

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

MARILENE PARENTE GONÇALVES

**DO MATERIAL RECICLÁVEL SOBREVIVER, RESISTIR E DELE UMA
IDENTIDADE CONSTRUIR**

**NITERÓI
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

MARILENE PARENTE GONÇALVES

**DO MATERIAL RECICLÁVEL SOBREVIVER, RESISTIR E DELE UMA
IDENTIDADE CONSTRUIR**

**Dissertação apresentada ao Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social do
Departamento de Serviço Social de Niterói da
Universidade Federal Fluminense como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre.
Titulação: Mestre em Política Social.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Santos Freitas

**NITERÓI
2006**

MARILENE PARENTE GOLÇALVES

**DO MATERIAL RECICLÁVEL SOBREVIVER, RESISTIR E DELE UMA
IDENTIDADE CONSTRUIR**

**Dissertação apresentada ao Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social do
Departamento de Serviço Social de Niterói da
Universidade Federal Fluminense como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre.
Titulação: Mestre em Política Social.**

Aprovada em setembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Santos Freitas (UFF)
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Minayo Gomez (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Emílio Maciel Eigenheer (UERJ)

NITERÓI

2006

**Para minha mãe, meu porto seguro.
Para meus filhos, minha vida.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a conclusão de mais uma etapa de minha vida. Os percalços existiram, mas o Senhor sempre me ajudou a superá-los.

Aos meus filhos, Eduardo e Marcella. Sei que em alguns momentos estive ausente e ocupada, mas, sempre pude contar com a compreensão de vocês por meio de um sorriso e um carinho dados a mim. A mãezinha agradece muito.

À minha querida mãe Dalva, muito obrigada pelo carinho, amizade, incentivo, compreensão e cuidados para com os meus filhos, em momentos de minha ausência.

A toda a minha família, pai, irmãos, sobrinhos, cunhados, primos, tios, que em algum momento contribuíram com o incentivo, nesta jornada percorrida.

Ao meu irmão Marcelo, pelas caronas na cidade do Rio de Janeiro, me levando aos locais de pesquisa.

Aos amigos, que me emprestaram o ouvido para que eu pudesse falar sobre minha dissertação e me incentivaram a continuar.

A um amigo especial, que me ensinou por meio das palavras de Chico Xavier que “embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”.

À Rita de Cássia Santos Freitas, minha professora e orientadora a qual tive o prazer de tê-la ao meu lado. Obrigada pelos dias de sábado em sua casa para as orientações, e pelas contribuições constantes que guiaram o meu caminho.

Aos outros professores do Curso de Mestrado, André Brandão, João Bôsko, Lenaura Lobato, pelas contribuições imensuráveis ao meu conhecimento.

Às colegas do Curso de Mestrado, pela oportunidade de conhecê-las. Somos todas vitoriosas.

Ao Prof. Dr. Carlos Minayo Gomez e ao Prof. Dr. Emílio Maciel Eigenheer, pela disponibilidade para participarem de minha Banca de Defesa.

À Denise Juncá, que acompanhou meus primeiros passos na Graduação, no curso de Serviço Social, e que nesta etapa de construção de meu conhecimento ainda se faz presente. Pelos

livros, teses, artigos que com carinho me emprestou. Pela sua participação em minha Banca de Qualificação. Pela atenção constante: “Diga menina”, com que sempre me atendeu.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Serviço Social de Campos – UFF, pelo interesse e incentivo.

À Adriana Mota, da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, pelo apoio e disponibilidade em atender às minhas necessidades de pesquisa.

À Pólita e Jorge, do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, pela acolhida.

A Tião, Zumbi, Estácio e todos os catadores de materiais recicláveis, pela lição de vida. Por mais que se estude e pesquise, ainda há o que se aprender. Muito obrigada.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste sonho.

*“Quem sabe andar
Nessa rua vai em frente
Pois atrás é que vem gente*



*Que assegure vida e dignidade
Rumo de prosperidade
E o direito de sonhar”*

Xote da marcha do povo
(Dimir Viana)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS
RESUMO
ABSTRACT

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1 UMA VISÃO EM CONSTRUÇÃO SOBRE O LIXO	12
2 O QUE DO LIXO JÁ SE PRODUZIU	14
3 COMO DO LIXO PODER RE-CRIAR?	24
3.1 Os passos para as entrevistas	27
<u>1 POBREZA VERSUS MATERIAL RECICLÁVEL: O APONTAR DE NOVOS CAMINHOS</u>	32
INTRODUÇÃO	32
1.1 ALGUNS PONTOS E CONTRAPONTO DA POBREZA	33
1.1.1 Pensando o Neoliberalismo	33
1.1.2 Capitalismo que se reorganiza, questão social que se reproduz	36
1.1.3 Pobreza: reflexões de alguns dados analíticos	38
1.1.4 A Pobreza das Políticas Públicas	42
1.2 MATERIAL RECICLÁVEL: O DEPERTAR PARA O NOVO	46
<u>2 A VIDA QUE SE RECICLA: IDENTIDADE, ESTIGMAS E TRABALHO NO UNIVERSO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL</u>	56
INTRODUÇÃO	56
2.1 UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE	56
2.1.1 Compreendendo a construção de identidade	57
2.1.2 A identidade na Modernidade	61
2.2 CATADOR: ENTRE ESTIGMAS E IDENTIDADES	65
2.2.1 O lugar dos estigmas	65
2.2.2 O lugar do trabalho	70
<u>3 CATADORES EM MOVIMENTO: A LUTA QUE NÃO PODE PARAR</u>	75
INTRODUÇÃO	75
3.1 O LUGAR DE CONQUISTAS	75
3.2 ENTRE IDENTIDADES E MOVIMENTOS: O LUGAR DO MNCR	86
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	97

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 100**ANEXOS**

Anexo I: Cordel de Marcos Bandeira: **A Luta dos Catadores de Lixo do Jangurussu**

Anexo II: Formulário

Anexo III: Consentimento Informado

Anexo IV: Política Nacional de Resíduos Sólidos

Anexo V: Carta de Brasília

Anexo VI: Princípios do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

LISTA DE SIGLAS

- ABES: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental
- ASMARE: Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte
- ASPAN: Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
- CBCISS: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
- CBO: Classificação Brasileira de Ocupação
- CEF: Caixa Econômica Federal
- CEMPRE: Compromisso Empresarial para Reciclagem
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente
- COOPAMARE: Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos de São Paulo
- COOPERGRAMACHO: Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
- EDUFF: Editora da UFF
- FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBISS: Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social
- INSEA: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MNCR: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
- OAF: Organização de Auxílio Fraternal
- ONG: Organização Não Governamental
- PNADs: Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
- RICAMARE: Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis
- RIO COOP.: Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Materiais Plásticos e Resíduos LTDA
- UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou compreender os significados da organização e lutas dos catadores de materiais recicláveis, que se expressam através do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). O trabalho é também produto da busca de compreensão da construção de suas identidades, tendo como campo para pesquisa as falas dos representantes do referido movimento no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram selecionadas para análise as categorias pobreza, identidade e movimentos sociais. Compreendemos que, a sociedade contemporânea ao mesmo passo que acumula ganhos, assiste também a perdas para uma parcela significativa de indivíduos relegados à marginalidade e à condição de pobres. Se passam então, a exercer atividades degradantes aos olhos da sociedade, sofrem o processo de estigmatização social e são tomados socialmente como inferiores. O encontro da pobreza com o lixo, em especial o material reciclável, sofre esta estigmatização. No entanto, este encontro revela novas formas de ser na sociedade, identificadas pelos catadores. Defendido pelos catadores, o trabalho com o material reciclável traz a possibilidade de construção de uma identidade, a identidade de catador que resguarda o valor do seu trabalho e de sua dignidade enquanto ser social. O caminho percorrido para esta defesa se dá através da organização em movimentos sociais, o MNCR. Um movimento próprio dos catadores que busca o reconhecimento social e jurídico de sua profissão, lutando também pela aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Passam a construir, concomitantemente, a sua identidade de categoria, colocando-se em resistência.

Palavras-chave: catador de materiais recicláveis, pobreza, identidade, movimento social.

ABSTRACT

The present work results from a search to understand the meaning of organization and recycling material collector fight, who show themselves through MNCR (National Movement of Recycling Material Collectors). This work is also a product of the search for comprehension to their identity building, using as research field the speeches from the referred movement representatives in Rio de Janeiro. In order to it, poverty, identity and social movements were selected to analysis. We know that, the present society, at the same time it amasses gains, it also supports the lost to a meaningful part of relegated individuals to marginality and poverty condition. If they begin doing degrading activities on society eyes, they suffer a social branding process, and they are considered second rate. The meeting of poverty and trash, mainly recycling material, suffers this branding. However, this meeting shows new ways of being in society, which are identified by the trash collectors. Saved by them, the work with recycling material brings the possibility for an identity formation, the collector identity which guards their work value and dignity while social being. The used way to this defense is through organization in social movements, the MNCR .It is a self collector movement, which searches for social and legal admission of their occupation, fighting for a National Politics and Solid Residue improvement. They turn to build, at the same time, the identity class, putting themselves in resistance.

Key words: recycling materials collector, poverty, identity, social movement.

INTRODUÇÃO

“Na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...”
(Lavoisier)

1 – UMA VISÃO EM CONSTRUÇÃO SOBRE O LIXO

A sociedade capitalista, além de suas riquezas, produziu historicamente resultados negativos para maioria de sua população no âmbito econômico e social. Concomitantemente ao usufruto do avanço da tecnologia e das formas de gerenciamento e produção, atingiu-se também o avanço da pobreza e da miséria, com seu conseqüente descaso. O que se observa, então, é o empobrecimento do setor majoritário da sociedade brasileira, contrastando com o aumento da riqueza do capital para uma minoria.

Estão incluídos nesta grande massa dos desprovidos economicamente os catadores de material reciclável que vivenciam uma realidade específica: vivem e sobrevivem das sobras materiais da sociedade consumista. Sua realidade de pobreza e enfrentamentos se tornou foco de interesse para nossas análises. Dessa forma objetivamos conhecer seus processos de organização e lutas em movimentos sociais e qual o sentido desses processos para a construção de sua identidade bem como para a formulação de políticas sociais.

Sendo assim, “Do material reciclável sobreviver, resistir e dele uma identidade construir” constitui nosso tema de pesquisa. Estimulamo-nos a seguir as seguintes indagações, como caminho para nossos objetivos: Como é a realidade de pobreza vivenciada pelo catador de material reciclável? Que fatores contribuem para o despertar de consciência de organização em movimentos sociais? Como se organizam? Quais as perspectivas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)? Em que se constitui este movimento? Como e quais significações são construídas pelo catador em torno do material reciclável e do MNCR?

O interesse pelo universo do catador não se expressou de forma aleatória, nem tão pouco é algo recente. A nossa experiência de estágio curricular no processo de graduação em Serviço Social, no período de 1995 a 1997, na comunidade dos catadores no município de Campos dos Goytacazes/RJ, nos possibilitou uma primeira aproximação analítica com a realidade de pobreza vivida pelo catador e o despertar para uma série de problematizações a serem construídas em torno do tema.

Neste período nosso olhar recaía, sobretudo, para uma realidade particular, resultando em um trabalho de conclusão de curso intitulado “A fé que remove montanhas: a religião como via para negação no cotidiano e construção da participação no universo do catador de lixo”¹, onde foram analisadas a pobreza e a religiosidade do grupo de catadores.

Hoje, o retorno a este universo, nada mais é do que a semente que ficou semeada e que germinou em nós o interesse pela constante investigação neste campo tão rico de possibilidades de análise. Assim, no Mestrado, nosso tema inicialmente se constituía em “o processo de participação dos catadores de lixo em programas assistenciais: uma busca de construção de conhecimento sobre as representações sociais destes sujeitos acerca da assistência recebida” a qual objetivávamos principalmente identificar o significado e a importância dos programas assistenciais na vida dos catadores, onde retornaríamos a mesma comunidade de nosso período de graduação.

No entanto, fomos influenciados a alterar tal temática quando nos colocamos em contato, por meio da pesquisa bibliográfica, com um movimento macro, de articulação de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro e outros Estados do Brasil, em prol do reconhecimento de seu trabalho e da efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesta está compreendida não só a questão social, como a pobreza vivida pelos catadores, mas também propostas de melhoria da qualidade de vida e emancipação social.

Dentro desta nova possibilidade de análise para pesquisa, ficamos interessados na busca de significados dos movimentos travados pelos catadores para a construção de suas identidades. Enfoque este despertado também pela disciplina obrigatória cursada, “Cultura, Subjetividade e Identidades Contemporâneas”; que aguçou nosso interesse pelas questões mais subjetivas, de descobertas do Outro.

Assim, nosso olhar constantemente refeito e em construção, buscou a compreensão da processualidade do movimento de organização dos catadores em busca de reconhecimento

¹ GONÇALVES, Marilene Parente. **A fé que remove montanhas**: a religião como via para negação do cotidiano e construção da participação, no universo do catador de lixo. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social de Campos, UFF, Campos dos Goytacazes, 1997.

social através do MNCR. Uma visão social foi construída, mas tantas outras podem ser empreendidas neste universo complexo dos catadores de materiais recicláveis e nos colocamos assim, em permanente construção.

Uma compreensão desta especificidade de Questão Social, da realidade de pobreza dos catadores e do seu processo de lutas, aliada ainda à questão ambiental assume relevância quando percebemos a urgência de se discutir a problemática do lixo que absorve a mão-de-obra de “100 mil pessoas que trabalham de forma desorganizada como catadoras de material reciclável nas ruas ou nos lixões..., havendo uma estimativa que eleva o número de catadores que atuam sem organização para 200 mil” (MORAES,1999,p.16).

Neste caso, são milhares de pessoas sofrendo as conseqüências de uma economia capitalista não inclusiva, alargando o mercado informal, realizando um trabalho insalubre, sem reconhecimento social e jurídico; a qual se acompanha uma realidade de descaso com tamanho do problema que é o montante de lixo produzido diariamente. Nossa hipótese de trabalho compreendeu a possibilidade desta realidade estar despertando o sentido de organização e possibilidade de mudança social através do movimento social organizado. Uma identidade social pode estar sendo construída em torno desta experiência e *a priori*, podemos considerá-la como possuidora de significações positivas que realimentam o movimentar-se.

Não há receitas de milagres, mas sendo o material reciclável bem gerenciado com políticas eficazes de inclusão social por meio da participação dos catadores reconhecidos enquanto categoria pode-se chegar a uma nova realidade para podermos vislumbrar, portanto, a construção de um novo quadro sócio-ambiental.

2 – O QUE DO LIXO JÁ SE PRODUZIU

Constituindo-se enquanto produto de uma revisão bibliográfica acerca do tema catador de material reciclável e em conformidade com a proposta de investigação da pesquisa, este item foi pensado a partir de análises contidas em artigos, livros, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, e artigos disponíveis na Internet.

Ao iniciarmos a pesquisa observamos a necessidade de uma análise mais ampla acerca do lixo, pois nos deparamos com uma extensa literatura sobre a temática e com novas terminologias que permitem hoje a diferenciação do termo lixo com o termo material reciclável ou resíduo sólido reciclável, constituindo-se estes em: papel, plástico, vidro, metal. Geralmente quando falamos em lixo nosso pensamento se remete a restos, mau cheiro, coisas que já não servem mais. Algo que queremos que fique longe de nós. Mas, o que mais podemos

pensar sobre ele? Que atores, falas, gestos, representações e significados ele pode revelar? Que sonhos e esperanças ele pode reciclar?

Inicialmente podemos considerar que o lixo representa tema de apresentação diária de atores sociais como os catadores de material reciclável em ruas, aterros ou lixões. Representando uma única alternativa de sobrevivência para milhares de brasileiros a catação em lixão a céu aberto é a realidade que se retrata em muitos municípios do Brasil. Um país imenso em sua amplitude territorial, contrasta com a presença de “ilhas de exclusão” tão bem exposto pela pesquisadora Juncá (1996) em seu artigo “Ilhas de exclusão; o cotidiano dos catadores de lixo de Campos”, onde a autora realiza uma análise da realidade socioeconômica brasileira dos anos 1990 e identifica categorias relacionadas enquanto produto das relações capitalistas como: exclusão social, desigualdade social, pobreza e miséria.

Localizando no tempo e no espaço, seu estudo recaiu para a realidade particular do cotidiano do catador de lixo do Depósito de Lixo Municipal de Campos dos Goytacazes, um município localizado ao norte do Estado do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa ocorreu através de sua participação desde abril de 1994 no Projeto de Pesquisa e Extensão “A Mão que obra no Lixo”, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social de Campos/ Universidade Federal Fluminense, e Escola Técnica Federal de Campos. Projeto este que também participamos enquanto estagiária de Serviço Social, no período de 1995-1997.

Para a autora,

a exclusão que, encontrando suas bases e fazendo parte do capitalismo, retrata uma história de vida que se constrói a partir de um movimento diversificado e contraditório de situações que se caracterizam não só pelo não-acesso, mas também por um processo crescente de desqualificação e exclusão, com a parcela majoritária da população distanciando-se cada vez mais dos padrões mínimos para sua sobrevivência e constituição enquanto sujeito político (JUNCÁ,1996,p.109).

Esse mesmo movimento se encontra presente na vida dos catadores. Muitos vindos de outras cidades e Estados, de outras atividades já realizadas como o corte de cana-de-açúcar e biscates em geral acabaram por terminar no trabalho com o lixo devido a inúmeros motivos, revelando a trajetória de uma exclusão social vivenciada e sentida na pele pelos catadores.

Mas é no trabalho com o lixo que encontram a possibilidade de busca da sobrevivência ao venderem o material reciclável que coletam e em suas falas transcritas por Juncá (1996) revelam que “a gente corre para onde dá” (fala de catador), “e se hoje o que está dando é o

lixo, encontram, antes de tudo, a possibilidade de continuar dignos e honestos, não se deixando contaminar pelo universo do roubo ou da esmola” (JUNCÁ,1996,p.111).

Em seu artigo publicado anteriormente em 1995, “Terra de Margaridas: vidas no compasso do lixo”, juntamente com Azeredo é realizado um relato e análise das atividades diárias dos catadores, o modo de viverem, condições de moradia, sua constituição familiar, que expressam novos arranjos familiares com mulheres que são mães-solteiras ou então, famílias numerosas pelo agregamento de enteados, genros, noras e até mesmo parentes que eram distantes, ou amigos.

Ao chegar o caminhão de coleta inicia-se a disputa pelo material buscado, como:

vidros, latas, papel e plástico. Realizadas por homens e mulheres e crianças, munidos de enxadas e facões, o trabalho com o lixo revela seu lado degradante: o mau-cheiro, a poeira, “as peles queimadas e ressecadas pelo sol”, produzindo “uma imagem em que o cenário e os atores se fundem, quase que reduzindo as cores do ambiente a um marrom carregado que contrasta com o verde intenso do restante da planície....(JUNCÁ; AZEREDO,1995,p.68).

A partir da maioria das falas dos catadores expressando o sentido do trabalho como “trabalho é futuro, é tudo na vida de uma pessoa. Sem trabalhar, não posso ser honrado, honesto”, as duas autoras mencionadas vão decifrando o que representa o trabalho com o lixo para os catadores que além de tirar o sustento diário, revela vantagens como não ter patrão, não ter hora marcada e ser próximo de casa, pois a maioria deles reside em um conjunto habitacional desenvolvido por um programa da prefeitura local, localizando-se na proximidade do lixão.

No entanto, mesmo com tantas “vantagens”, nem tudo são “margaridas”. Os catadores mantêm sonhos e esperanças numa “vida melhor”, num emprego de carteira assinada, onde possam ter condições de terminar a obra em suas casas e ter uma alimentação mais saudável. Este artigo representou apontamentos iniciais das autoras sobre a temática em questão por meio de uma pesquisa em processo de desenvolvimento que resultou na elaboração de relatório final intitulado “A mão que obra no lixo” publicado pela EDUFF (Editora da UFF), no ano 2000, por conta da premiação “CBCISS 50 Anos” (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social), em 1996, na sessão “Desenvolvimento e Exclusão Social”, a qual também participamos enquanto co-autora.

O livro “A mão que obra no lixo” (JUNCÁ; AZEREDO; GONÇALVES,2000) apresenta como eixo para discussões as categorias exclusão e trabalho, guiando-se pelas seguintes unidades de análise:

- as margens de uma exclusão que deu origem ao ingresso e contribui para a permanência na atividade com o lixo;
- o mundo do trabalho e seu significado;
- a possível existência de um espaço de expectativas e desejos, capaz de impulsionar ações para a construção de um outro cotidiano.

Partindo do cotidiano do catador, o livro expõe aspectos do trabalho com o lixo, e, a partir de percentuais de dados coletados em entrevistas com uso de formulário, vai construindo e traduzindo um perfil do grupo de catadores. A exclusão social é analisada em seu sentido histórico, de uma trajetória de degradação sofrida que acaba por terminar no trabalho com o lixo que carrega rótulos e estigmas socialmente produzidos. Revela também, pontos e contrapontos da exclusão social, realizando uma análise de realidade, bem como também mostra a visão dos catadores, seus sonhos e desejos e a identidade de trabalhador que perseguem.

O fato de seres humanos dependerem do lixo para sobreviver nos chama atenção para a questão da exclusão social. Considerada um fenômeno crescente, porém, não característico do hoje, ela incide sobre grupos sociais vulneráveis e acaba por promover um aumento da precariedade das condições de vida com conseqüente ruptura de vínculos em diversos setores da vida.

Estar na condição de excluído reflete o resultado objetivo de uma exclusão que se coloca em movimento, em processo de desvinculação.

Entendemos, portanto, a exclusão social como um amplo processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos, em cinco dimensões da existência humana em sociedade: trabalho, família, cidadania, representações sociais e vida (SCOREL,1999,p.112).

Exclusão social que se perfila também enquanto uma “inclusão forçada” nos termos de Fontes (1997), ou seja, uma situação onde os indivíduos não teriam condições de escapar à inserção no sistema mercantil e reproduziriam assim, as condições do capitalismo. Com isso os indivíduos estariam sendo

expropriados da capacidade autônoma de sobrevivência e de parte do valor produzido por seu trabalho, mas incluídos em um processo mercantil e industrial que produzirá, ainda segundo Marx, as formas de pensamento para assegurar sua continuidade (FONTES,1997,p. 37).

Em “Vida de cata-dor: outras palavras sobre o lixo”, Juncá (2001) aborda a questão que trabalho é esse? (o de catador). Em quais condições realiza-se? Visto que este trabalho

parte daquilo que já não tem mais valor para a sociedade: o lixo, mas que para o catador assume valor de troca e em alguns casos, valor de uso.

A autora esclarece que o trabalho com o lixo se dá não por escolha, mas por uma questão de falta de opção de emprego e ao realizarem a catação mantêm-se em uma ocupação em contraponto à idéia de malandragem e de preguiça socialmente atribuída a eles. Procuram, portanto “garantir um lugar na sociedade do trabalho, mantendo viva sua capacidade de reação ao desemprego que historicamente, vêm enfrentando” (JUNCÁ,2001,p.65), apesar do fato de ao catar lixo, “o indivíduo também cata a dor”.

Junca (2004), reportando-se novamente à problemática do lixo dissertou sua tese de Doutorado, com o título “Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo”. A partir da pergunta central: “Que mecanismos de filiação social podem ser construídos através da experiência com as sobras?”, a autora analisa a via de mão-dupla construída no trabalho com o lixo, pois se de um lado há a desfiliação, com sujeitos postos à margem dos processos produtivos e de consumo por outro, há a possibilidade “de re-invenção do cotidiano a partir do trabalho com o lixo” (2004,p.07). Nesta pesquisa, problematizou o eixo trabalho, saúde e vida.

Ainda sobre o “Lixão” da cidade de Campos dos Goytacazes, encontramos a dissertação de Mestrado de Azeredo, sob o título de “Os recicladores de miséria”, que revela o significado do trabalho e da família para os catadores do Lixão. A autora, se guiando em seu processo de investigação pelos eixos: lixo, trabalho e família, tentam “desmistificar e analisar os movimentos contraditórios por onde emergem os significados que os catadores de lixo atribuem ao seu cotidiano de trabalho e família” (AZEREDO,1999,p.18).

O trabalho de catar o lixo realizado por toda a família representa possibilidade de um maior percentual de ganho, pois se revela em mãos-de-obra a mais na disputa pelo lixo. Para os catadores, a família “como não poderia deixar de ser, tem também sua relevância cultural preservada e se revela como importante eixo sob o qual assentam as perspectivas de sobrevivência material e espiritual dos que a compõe” (AZEREDO,1999,p.126).

Realiza também uma análise da pobreza e exclusão, ressaltando a questão do trabalho com o lixo que representa para os catadores a via de “recriar a sua identidade de trabalhador, atribuindo significado ao trabalho no lixo através das vantagens e desvantagens nele encontrado” (AZEREDO,1999,p.190).

Se no trabalho com o lixo os catadores encontram vantagens podemos, portanto, afirmar que “de lixo também se vive”, o que se constitui em título do livro de Costa (1986) que é o resultado de pesquisa da sua tese de Mestrado. Abordando também a realidade dos Lixões, a autora analisa o lixo enquanto questão urbana, enquanto “fenômeno urbano que é

complexo e apresenta múltiplas implicações econômicas, políticas e sociais” (COSTA,1986,p.14), relacionando-se às problemáticas de concentração urbana, desemprego, saneamento básico, habitação, saúde, etc.

A obra apresenta duas categorias ligadas ao processo de coleta e comercialização, que são os catadores e os comerciantes, representando um estudo das relações desses dois componentes: a origem social de cada um, o processo de sua reprodução e as representações por eles elaboradas. São descritos e analisados os aspectos das relações mercantis estabelecidas entre eles, é ressaltado o aviltamento do trabalhador catador, suas péssimas condições de vida e de local de trabalho.

A autora defende a idéia de “teia das relações lixeiras”, a qual pertence tanto os catadores e comerciantes, quanto os funcionários dos órgãos que cuidam da limpeza pública, envolvendo aproximadamente ao todo, duas mil pessoas, direta ou indiretamente, referindo-se a Natal-RN.

Abordando a análise do cotidiano e das lutas diárias travadas em ‘lixões’, encontramos as dissertações de Mestrado “Viver sobre o lixo e sobreviver do lixo: um estudo com catadores de lixo em Vitória – ES” (NOGUEIRA,1996); “Sobrevivendo das sobras: as novas formas de miséria urbana” (SOUZA,1995); “Sobrevivendo do lixo: população excedente, trabalho e pobreza” (ESCURRA,1997); que guardando suas particularidades, abordam de forma similar a questão da pobreza, da exclusão social, do trabalho e as representações sociais que envolvem o sujeito catador.

A questão do desemprego e conseqüente inserção na informalidade e numa atividade que aos olhos da sociedade não assume o sentido de trabalho, bem como ser o trabalho com o lixo o único meio de sobrevivência, é um traço marcante que se faz presente nas análises das autoras. A catação é valorizada pelo catador, pois apesar de degradante apresenta certas vantagens e em suas falas exprimem o valor do trabalho: “é melhor trabalhar no lixo do que roubar”.

Nogueira, ao analisar a questão do sobreviver do lixo afirma que

apesar da visão negativa socialmente construída sobre o lixo, uma sociedade estruturada sobre a desigualdade acentuada impõe a algumas pessoas, como possibilidade mais viável, sobreviver do lixo. Isso ocorre mesmo que tais pessoas também tenham uma concepção negativa sobre esse mesmo lixo, pois a necessidade de sobrevivência é imperiosa (1996, p.16).

Procurando, portanto, sobreviver do lixo, o catador realiza um processo de trabalho, analisado por Souza (1995,p.77),

a partir das formas primitivas de extração do lixo. Estas se caracterizam por um processo de trabalho exaustivo e depredador da capacidade física dos indivíduos envolvidos que sem (ou com precário) equipamentos de proteção, expõem diretamente seu próprio corpo a desgastes físicos e acidentes. A esta situação, acrescenta-se a ausência de direitos e a vigilância constante, pondo em evidência o que alguns autores denominam de uso repressivo da força de trabalho.

Se o trabalho é degradante, sofrendo o catador estigmas e preconceitos, pois existe a idéia socialmente produzida de que quem com o lixo mexe nele se transforma, é possível olhar o lixo sob duas dimensões de acordo com as representações dos catadores:

“lixo para a comercialização” que apresenta-se como o valor de troca das mercadorias cuja expressão é o dinheiro e “lixo como lucro” que representa todo um variado conjunto de valores de uso que, achados no lixo, permitem a satisfação de necessidades pessoais: roupas, móveis, eletrodomésticos, etc. Dentre esta última dimensão, inclui-se também, a obtenção de alimentos de supermercados, comércio, restaurantes e do próprio lixo. A melhoria das condições de vida é vislumbrada como a possibilidade de encontrar “coisas” que possuem “valor”, ou seja, objetos para uso pessoal (ESCURRA, 1997, p.155).

Esse valor de troca de mercadorias vem sendo, de certa forma, compartilhado por uma parcela da sociedade quando observamos os catadores de latinhas nas praias, e de papelão nos centros comerciais e muitos recebendo o material previamente selecionado por escolas, shoppings, condomínios.

Internacionalmente, o valor da reciclagem vem aos poucos também sendo incorporado à população como em Nova York/ EUA, por exemplo. Considerada a “capital mundial do lixo”, com uma produção diária de “11.000 toneladas de lixo” (BROWN,2002,p.01), a cidade de Nova York vem reconhecendo a viabilidade da reciclagem. Estudos “revelaram que a diferença entre transportar os resíduos para os aterros sanitários e promover a reciclagem gerava uma economia de, no máximo US\$ 1 por tonelada” (CANCIO; FAGNOLI,2005,p.01). Assim, a prefeitura de Nova York “resolveu criar melhores condições para a reciclagem (...), anunciando um investimento de US\$ 25 milhões para a construção de uma espécie de ‘centro de escoamento’, com o objetivo de processar e disponibilizar metais, vidros e plásticos recicláveis” (CANCIO; FAGNOLI,2005,p.01).

Isto sem contar com o reaproveitamento de utensílios como móveis e eletrodomésticos que não servindo mais para seus antigos donos, podem representar muito para novos possuidores.

Podemos refletir com isto, em que sentido lixo é lixo? O lixo nem sempre é tão lixo assim. Algo que pode ser reaproveitado não pode receber o significado de inutilidade. A noção

de reciclagem vem transformando as representações em torno do lixo, que passa a ser utilizado em vários aspectos: compostagem, artesanato, matéria-prima para indústrias, etc. É a possibilidade de reciclagem que se coloca cada vez mais presente em nosso cotidiano, envolvendo os objetivos de proteção à natureza, economia de matéria-prima virgem e oportunidade de um trabalho, ressaltando-se a questão paralela da lucratividade com sua maior parcela para os atravessadores e donos de indústria e menos para os catadores.

Uma questão parece ser comum em todas as análises pesquisadas: a necessidade de relacionar o lixo a uma discussão mais ampla “a ser abordado de forma complexa contemplando os aspectos econômicos, político, sociológico, psicológico, sanitário, efetivo, mitológico e ambiental” (GONÇALVES,2001,p.02). A autora Gonçalves (2001), ressalta a importância do gerenciamento de resíduos se desenvolver, respeitando não só o enfoque sanitário, mas também o ambiental, econômico e principalmente o social, envolvendo os catadores de materiais reaproveitáveis. Esta concepção da autora tem reforço ainda em seu livro “A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos”, onde ressalta que “há a necessidade de uma transformação, de um trabalho que vise despertar a responsabilidade individual sobre o lixo na sociedade” (GONÇALVES, 2003, p.20).

Neste sentido não somente a questão da reciclagem se coloca, como também a proposta de seleção do lixo ainda na fonte, ou seja, onde é produzido. Acrescentando a proposta da “preciclagem”, ou seja, pensar “antes de comprar, se aquele produto tem uma embalagem reutilizável ou reciclável” (GONÇALVES,2003,p.36). Também é discutido por Gonçalves (2003), a importância de organização dos catadores de materiais recicláveis, em cooperativas e/ou associações lutando assim, por sua inclusão social.

Seguindo nesta mesma linha de pensamento, Aguiar (1997) em “A importância das parcerias no gerenciamento de resíduos sólidos domésticos”, defende a participação de diversos setores e atores sociais nos programas de coleta seletiva e reciclagem através de parcerias, o que se constitui tema de sua dissertação de Mestrado.

A partir do livro intitulado “Lixo: soluções alternativas, projeções a partir da experiência”, Nunesmaia (1997) trabalha também a questão da necessidade de um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos de origem doméstica, tomando como ponto de referência a experiência nas comunidades da região de Feira de Santana-BA, e ressalta que a responsabilidade ultrapassa as linhas do poder público, incluindo aí também a população, uma vez que é ela própria que produz boa parte do lixo.

Por um lado, o lixo vem representando um problema crescente, não sendo acompanhado por formulação e implantação de políticas públicas que solucionem tal

problemática e nem pela realização de gestão que compreenda a totalidade desta questão. Por outro, através da coleta seletiva, representa dinheiro produzido efetivamente a partir da reciclagem, como aponta Cláudia Bergamasco em seu artigo “A riqueza dos reciclados” (2003 p.21). Defendendo que o “lixo brasileiro é um dos mais ricos do mundo”, Bergamasco alia a questão da preservação ambiental à questão de crescimento econômico afirmando que há “um fim lucrativo para os resíduos”, pois a partir de dados do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), expõe que o Brasil movimenta atualmente algo em torno de R\$ 3 bilhões por ano, considerando apenas os cinco grandes grupos de materiais recicláveis: plástico, papel e papelão, vidro, alumínio e borracha” (2003, p.21).

Apoiando também a geração de emprego e renda através da reciclagem Moraes (1999), afirma que do montante de lixo do Brasil seria possível recuperar mais de 30%, quando apenas cerca de 5% é reciclado.

No cenário das ruas, geralmente ornamentadas por grandes prédios nos centros comerciais onde mais se produzem os lixos secos encontramos os atores sociais nos papéis de catadores de rua. Além de contribuírem para a limpeza pública, pois reduzem os gastos para a prefeitura neste sentido, há o benefício para a questão ambiental, uma vez que vendem para a reciclagem os materiais coletados, que são encaminhados para a indústria gerando empregos e poupando recursos naturais.

Não é possível ter uma precisão do número de catadores por todo o país. Nem uma pesquisa nacional, tampouco estadual, foi realizada, até o momento, com este objetivo pelos institutos de pesquisa oficiais visto que a categoria não se constitui ainda em uma profissão, não sendo, portanto de interesse mensurá-la. No entanto existem aproximações realizadas por grupos de interesse e/ou ONGs que divulgam em seus *sites* na internet resultados de suas pesquisas, como é o caso da cidade de São Paulo, por exemplo. “A coleta de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda dos catadores. Só na cidade de São Paulo, há cerca de 20 mil em atividade – com ganho mensal médio de R\$300,00²”.

Com esta prática querem ser reconhecidos enquanto categoria profissional como forma de enfrentar os estigmas que a sociedade lhes atribui como principalmente, o de mendigos. Em todo o Brasil, estão sendo considerados cada vez mais organizados, se reunindo em associações e cooperativas. Dois exemplos de cooperativas que representam sempre referências importantíssimas sendo citadas em várias obras são as COOPAMARE

² Fonte: Reciclagem de lixo: Exercício de cidadania. Disponível em: <<http://www.guiarh.com.br/pp117.html>>. Acesso em: 16 de set. 2002.

(Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos – São Paulo) criada em 1989 e a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte), fundada em primeiro de maio de 1990.

Os catadores de papel chamam a atenção de pesquisadores como Oliveira (2001), que em sua dissertação de Mestrado retrata a vida do catador de papel de rua: “Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em BELO HORIZONTE”. A dissertação analisa a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte, acentuando-se o movimento exclusão-inclusão desta categoria na cidade. Construindo uma análise sobre pobreza, trabalho e exclusão social a autora mostra em sua obra o movimento de luta e resistência dos catadores para tentar romper com a trajetória de exclusão a partir da organização coletiva e da legitimação do direito ao trabalhador, entrando em cena as discussões sobre identidade e cidadania. Assim, seu estudo analisa as práticas e vivências dos catadores que integram a ASMARE, já citada.

Merece destaque também o livro “No meio da rua: nômades, excluídos e viradores”, organizado Bursztyrn (2000) que comporta obras dele mesmo e de outros autores como Elimar Nascimento, Sarah Escorel, entre outros, resultantes de estudos e pesquisas realizados. De forma geral, analisam a vida dos excluídos que vivem na rua e dela tiram seu sustento, abordando aspectos como as estratégias de sobrevivências, as trajetórias de vida e as relações que travam nas ruas. Para estes atores sociais “o lixo cada vez mais opulento da pós-modernidade ofereceu campo para uma estratégia de sobrevivência ligada a coleta do reciclável do descarte urbano” (BURSZTYN,2000,p.15).

“Aceitando” e desempenhando os papéis a eles estipulados de catador de papel, catador de lixo, “Xepeiros”, “bagulhadores”, “badameiros”, “Cirujeo”... os catadores além da busca pela sobrevivência, procuram reciclar suas vidas, seus sonhos, interpretando o roteiro de ser um catador de cidadania, um catador de dignidade, tentando superar o mundo da negatividade o qual estão inseridos.

Neste mundo que lhes impõe limites, com uma problemática tão complexa como apresentada aqui por meio de várias falas construídas acerca do lixo, como teses, artigos, poesias e até Cordel (Anexo I) que retrata a vida, o trabalho e as representações dos catadores, nosso desafio, portanto, se constituiu em conhecer um pouco mais o mundo dos que “catam lixo, se vestem de lixo, se alimentam de lixo, vendem lixo e ganham dinheiro com o lixo” (GROSSI,1999,p.67). Assim, nosso desejo foi o de abordar o campo da construção de identidade, no que se refere ao cotidiano de pobreza e trabalho com o lixo, mas, sobretudo ao movimento de organização dos catadores em prol de sua inclusão social.

3 – COMO DO LIXO PODER RE-CRIAR?

O objeto desta pesquisa exploratória que foi realizada constituiu-se na experiência que é vivida pelo catador de material reciclável: seu processo de organização e lutas. Ao lidar com o lixo, este sujeito não só transforma o que é considerado inútil, descartável, em começo e meio de sua sobrevivência como também transforma a si mesmo, visto que é um ser social, político e histórico. Na arena de seu cotidiano, lutas são travadas em prol da sua existência e afirmação enquanto sujeito-cidadão, construindo sua história social.

Para uma melhor compreensão e contextualização, recorreremos a fontes documentais, relatórios, jornais informativos, deste movimento, no sentido de saber de suas propostas, encaminhamentos, e desdobramentos, o que nos auxiliou na realização de resgate de alguns pontos históricos da questão ambiental e do MNCR, reconhecendo, contudo a limitação de nossa pesquisa haja vista a extensão nacional do movimento e o fato de não haver registros documentais dele como um todo.

A pesquisa bibliográfica e documental realizada em 2004/2005, que resultou no item 1.2 desta introdução, foi de grande importância, pois proporcionou um panorama da questão acerca do material reciclável bem como mostrou que estávamos no caminho viável de investigação com um foco de análise que não se apresentava saturado. Os jornais e folhetos específicos da categoria de catadores tratavam mais de questões práticas acerca da problemática de resíduos sólidos recicláveis e eram de caráter mais informativo e menos subjetivos.

Dos textos pesquisados não foi encontrado nenhum que pudesse falar da identidade do catador, o que revelou ser um tema novo não somente para nós como também para o meio acadêmico, aumentando a responsabilidade de nossas análises enquanto pesquisadora social, dentro do curso de Mestrado em Políticas Sociais, a qual associações precisariam ser realizadas como forma de justificar nossa temática dentro do referido curso.

Um ponto que serviria dessa justificativa mostrou-se através da Política Nacional de Resíduos Sólidos, contextualizada em nosso trabalho de final de semestre da disciplina Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas, cursada em 2004. A defesa da Política Nacional de Resíduos Sólidos lançada desde 1997, se relaciona no início deste século a esta trajetória dos catadores e propõe a inclusão destes a partir de políticas direcionadas para a utilização de sua mão-de-obra e melhoria de sua qualidade de vida intervindo assim, diretamente na questão social, o que é melhor discutido, juntamente com o MNCR no Capítulo III. Destaca-se, no entanto, que nosso interesse recaiu na experiência do referido

movimento em suas bases no Estado do Rio de Janeiro, precisamente em sua região metropolitana, foco de sua maior representatividade em todo o estado.

Peças, portanto, precisariam ser articuladas. Para tanto, o trabalho de campo tornou-se primordial. Muitas questões ainda sem respostas e objetivos ainda turvos puderam ser esclarecidos com a nossa participação no I Encontro de Catadores da Região da Baixada Fluminense e Rio de Janeiro realizado no dia 08 de julho de 2005 no ginásio da UNIGRANRIO – Duque de Caxias/RJ. Neste encontro ficou claro o interesse dos catadores por inclusão social via Política Nacional de Resíduos Sólidos, visto que esta prevê a inserção de trabalhadores já experientes no trato com resíduos sólidos, em programas e projetos de seleção e coleta de material reciclável.

A partir de então, um caminho de investigação se iniciava: buscar as significações acerca do movimento em prol da Política Nacional de Resíduos Sólidos para a construção de identidade do catador. Posteriormente, ao participarmos do I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis – Rio de Janeiro e Espírito Santo, ocorrido em 01 de outubro de 2005 pudemos despertar, através da prática de observação participante e estabelecimento de diálogos, para a complexidade do movimento dos catadores, pois se colocam na luta também por reconhecimento social por meio do MNCR. Sendo assim, posicionamo-nos na consideração de tratar a organização empreendida pelos catadores sobre o prisma deste movimento social.

Nosso trabalho de campo se deu inicialmente, portanto nos dois encontros acima citados, com realização de observação participante e interação com o grupo. Visitamos ainda as entidades de organização dos catadores como a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias/RJ, e a Rio COOP 2000 (Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Materiais Plásticos e Resíduos LTDA), em Bonsucesso/RJ com intuito de realização das entrevistas. Também participamos nos meses de abril, maio e junho de 2006, do encontro promovido mensalmente pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania/RJ, intitulado “Debate Sócio Ambiental” que acontece na primeira semana de cada mês, com temas que chamam a atenção para a questão dos resíduos sólidos e inclusão social dos catadores. Tivemos a oportunidade de conhecer outros pesquisadores sociais e realizar contato com entidades como a Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, que apóia o MNCR e a RICAMARE/RJ (Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis), que na pessoa de sua representante ligada ao movimento dos catadores pudemos obter muitas informações pertinentes.

Sendo assim, consideramos as categorias pobreza, identidade e movimentos sociais em nossas análises. No campo da pobreza, procuramos perceber como os catadores a sentem. Nos campos da identidade e dos movimentos sociais, por sua vez, seguimos o caminho das significações, buscando a compreensão do MNCR.

Como forma de apreensão e desvendamento destas categorias utilizamos do instrumental técnico de história oral, por se tratar de um instrumento que ao captar o conteúdo proporciona o

exercício de compreensão dos enredos construídos por nossos interlocutores, analisando as falas no contexto da vida de cada indivíduo, comparando-as entre si, numa reflexão complexa e imbricada, em que se cruzam informações de natureza e procedências variadas e decodificação de significados trazidos pela subjetividade de cada um (KHOURY, 2001, p.102).

A história oral é um instrumental que possibilita a explicitação, em palavras, das experiências pessoais, das emoções e sentimentos convertidos em experiência social. Trata-se de uma reflexão dos fatos trazidos à tona, em um espaço social e tempo historicamente determinado.

Através desta técnica podemos compreender a realidade do sujeito que é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos e que se expressam pela linguagem que para Koumrouyan (1994)

é tomada como manifestação do pensamento, ou seja, o pensamento se revela, revelando o mundo através da palavra. E é nessa mesma perspectiva que o homem não é senão pensamento; é definido antecipadamente pelo pensamento. O movimento que a razão empreende para se apropriar do mundo traz com ele implícito o movimento próprio de criação da linguagem que não pode ser outro senão aquele de reflexo de uma organização já existente. A linguagem é, portanto, representação do pensamento (KOUUROUYAN,1994,,p.71).

Temos assim, melhores condições de entender um fenômeno social a partir de informações de quem sofreu ou sofre as implicações de determinado problema.

Isto por exemplo, para o antropólogo é de suma importância, pois representa a maneira “de captar a realidade que lhe permita apreender e reconstruir a lógica, pela qual os próprios agentes sociais vivem e constroem a sua realidade, de acordo com suas práticas e representações” (COSTA,1986,p.18).

A escuta do sujeito foi, portanto, privilegiada o que possibilitou o ressaltar do lado subjetivo do catador, captando a sua experiência individual. Este processo nos proporciona uma melhor compreensão do outro apesar de toda a diversidade de olhares e de significados

entre entrevistado e entrevistador. Sendo, portanto, mister de acordo com Martinelli (2005,p.10), “falar a partir do lugar da experiência, trabalhar a partir de uma proximidade crítica com os sujeitos”.

Para além de considerarmos o relato do catador, não podemos nos poupar da consideração de que este sujeito está inserido numa dada realidade e que com ela estabelece relações que contribuem para sua própria constituição enquanto ser humano. Sua vida se realiza em uma totalidade, suas significações são construídas a partir das experiências diárias e não temos condições de apreender este mundo sem nos voltarmos para uma postura de compreensão de seu cotidiano. Cotidiano este que se expressa em teias de relações estabelecidas se tornando necessário, portanto, interpretá-las. Com isso,

tentar compreender uma vida como uma séria única e por si só suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU,1998,p.189).

Neste processo, trabalhamos com três participantes militantes do MNCR, sendo um deles líder do movimento no Estado do Rio de Janeiro, presidente da RICAMARE/RJ e da Rio COOP. Outro deles é presidente da Associação dos Catadores de Jardim Gramacho e o terceiro é integrante desta associação.

Para registro das entrevistas foi utilizado um aparelho gravador, previamente apresentado aos catadores com autorização dos mesmos, através de assinatura de termo de consentimento. Suas falas foram transcritas tendo como pressuposto de que neste processo de transcrição não devemos intervir no conteúdo do relato, tentando ao máximo suspender o que o teórico Durkheim denominou de “pré-juízo de valor”. Ressalta-se, portanto, a necessidade de se manter a originalidade do sentido da fala no que diz respeito ao contexto elaborado pelo sujeito. Não deixando, contudo, de realizar um diálogo com o relato recebido.

Seguimos um roteiro de perguntas de característica aberta (Anexo II), que comportou principalmente uma abordagem da vida dos catadores a partir de sua relação com o material reciclável, a importância deste para as suas vidas, a participação dos catadores no MNCR e suas significações construídas.

3.1 – Os passos para as entrevistas

A etapa de entrevistas realizada nos meses de maio e junho/2006, a mais essencial de

nossa pesquisa de campo, revelou conteúdos que em si trouxeram importantes significações para a articulação das categorias identidade e movimentos sociais.

Nosso primeiro contato com os participantes, se deu no encontro de catadores do mês de julho de 2005. A descrição do perfil relatado por uma pesquisadora conhecida nossa de como se apresentava o militante do movimento conhecido como Tião, de ser uma pessoa muito comunicativa, simpática e carismática, me fez reconhecê-lo antes mesmo de sermos apresentados.

Tanto neste encontro quanto no encontro de outubro de 2005 não houve condições de realizar entrevistas. A euforia pela possibilidade de se reunirem criou um momento festivo nos intervalos entre as palestras e apresentações dos catadores de entidades, como a RICAMARE, cooperativas e associações. Tivemos a oportunidade de realizar diálogos e registrar alguns depoimentos, bem como realizar observações, expondo para Tião os objetivos de nossa pesquisa e interesse em entrevistá-lo bem como aos outros militantes. De imediato o mesmo se mostrou solícito a uma entrevista colocando-se à disposição para um encontro.

Em março de 2006, ao retornarmos de férias, recomeçamos os trabalhos de campo e pudemos participar já em abril de 2006 do encontro promovido pelo Fórum. Neste encontro esteve presente um de nossos entrevistados, o Zumbi, catador ligado à Associação de Catadores de Jardim Gramacho. Quando abordado sobre o meu interesse em entrevistá-lo, o mesmo também se colocou com disponibilidade e presteza para contribuir com o seu relato. Posteriormente foram marcados os encontros com Tião e Estácio. As entrevistas ficaram agendadas para os meses de maio e junho.

De forma alguma apresentaram resistência em participar, pois já têm a experiência de contatos anteriores com pesquisadores, o que facilitou a nossa abordagem. Destaca-se que há a possibilidade destas experiências anteriores dos entrevistados tornarem-se um limite ao processo de entrevista, o que não foi o nosso caso. Primeiro porque pode compreender uma experiência negativa para eles, e com certeza irá interferir em novos processos de entrevistas. O conhecimento adquirido em ser um entrevistado pode também ser prejudicial a uma nova entrevista, com possibilidades de alteração de suas falas ao re-elaborarem conteúdos, bem como de suas expressões.

Neste sentido, nos enganamos quando geralmente supomos que conduzimos unicamente a entrevista. O sujeito se revela ao revelar seu conteúdo, e também conduz ao se expressar. É ele em que elege o que falar, como falar e quando falar. Assim, o momento da entrevista pressupõe justamente o encontro entre dois sujeitos, revelando uma relação entre olhares. De acordo com Faes e Gonçalves (2004, p.46), “ambos possuem rostos, objetivos,

nomes e identidades. É preciso superar a noção hermética e padronizada de que numa entrevista há apenas uma relação entre sujeito e objeto” a qual este último estaria subjugado ao primeiro.

Tivemos a preocupação de marcar um melhor horário e local para as entrevistas com Zumbi e Tião, de acordo com o interesse dos entrevistados, sendo o encontro marcado em Duque de Caxias/RJ, na sede da associação dos catadores, no Jardim Gramacho. Antes de iniciarmos as entrevistas realizamos uma breve apresentação dos objetivos de pesquisa e solicitamos a eles que tomassem ciência do Consentimento Informado (Anexo III), ao qual se prontificaram a ler e assinar.

Acerca do momento da entrevista com o Tião, um rapaz de 23 anos, pudemos perceber um grande contentamento ao falar sobre o MNCR, e sua trajetória até chegar ao movimento. O mesmo relata com muita ênfase sobre sua determinação em defender a categoria dos catadores de material reciclável. A entrevista foi conduzida por um formulário, no entanto ressalta-se que no início o entrevistado já se pôs a relatar sobre o MNCR.

Isto nos direciona pontos que muitas vezes se distanciam dos procedimentos metodológicos que devemos seguir e que podem ser aceitos justamente pelo receio de perda de espontaneidade do entrevistado ao falar sobre o que coloca maior significado em seu relato.

Tanto nesta entrevista quanto nas seguintes, incluímos uma flexibilidade no ordenamento das questões, observando seu encadeamento no que relatavam. Neste sentido, no momento da entrevista encontram-se caminhos que devem ser seguidos e caminhos que podem ser reconduzidos numa simbiose de interesses do entrevistador e do entrevistado.

A entrevista com Tião terminou com uma particularidade: a participação de outros catadores que chegavam à Associação naquele momento, tornando a entrevista um trabalho coletivo. Tal fato não se revelou, no entanto, prejudicial a coleta de dados.

Sobre a entrevista com Zumbi, o mesmo nos solicitou que fosse realizada em uma caminhada pela comunidade. Apesar de imediato refletir sobre os percalços que certamente iria enfrentar como ruídos e dispersão da atenção do entrevistado, pudemos perceber que naquele momento o mesmo se sentiria melhor se pudesse expressar-se sozinho e até mesmo que pudesse ser ele a me mostrar a comunidade a qual me apresentei interessada em conhecer.

Mesmo com a confirmação dos percalços por mim refletidos, a entrevista transcorreu bem, revelando o entrevistado muita espontaneidade ao falar.

A entrevista com Estácio foi agendada por contato telefônico, respeitando um melhor dia e horário para sua realização. O local escolhido pelo mesmo, foi a Rio COOP localizada em Bonsucesso – Maré /RJ. O fato de ter sido escolhido para nossa pesquisa compreende o

motivo de ser ele representante do MNCR no Estado do Rio de Janeiro. Pudemos perceber através de sua fala que ele é uma pessoa muito ativa no movimento, conhecedor de questões que envolvem a categoria dos catadores de material reciclável.

Iniciamos a entrevista seguindo os passos de apresentação. Apesar do entrevistado se mostrar uma pessoa interessada em falar revelou acima de tudo uma preocupação com o uso do conteúdo de sua fala, sendo assegurado por nós a fidedignidade do relato coletado. Uma diferenciação se revelou através da entrevista, com o fato de Estácio não trabalhar em lixão ou aterro. Seu trabalho compreende a coleta seletiva de material reciclável na fonte, ponto este que faz a diferença no relato de alguns itens do formulário em comparação aos relatos de Tião e Zumbi que trabalham com a seleção do material no aterro sanitário de Jardim Gramacho.

Apesar de ter em mãos um formulário, não nos poupamos de realizar outras perguntas que pareceram pertinentes de acordo com suas falas e com conteúdos absorvidos por nós, pela nossa participação nos encontros do Fórum. Muitos pontos das falas dos entrevistados eram mesclados com a especificidade da realidade em que vivem como, por exemplo, para os catadores de Jardim Gramacho que se resalta a problemática particular da eminência de fechamento de seu aterro, o que irá interferir na vida de milhares de pessoas. E a realidade de Estácio, ao falar sobre a Rio COOP. O que, no entanto, não chegou a atrapalhar os objetivos desta entrevista.

Após nossa participação nos encontros e as visitas que realizamos para o processo de entrevista, analisamos os dados coletados e elaboramos o relatório final de pesquisa. Consideramos que este processo de interpretação de análise de conteúdo deve ser realizado buscando a inter-relação dos fatos, colocando-se a uma decodificação das informações rumo à essência, compreendendo as várias determinações e conteúdo de uma fala.

A exposição de nosso trabalho se faz em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a problemática da pobreza, contextualizando-a historicamente, compreendendo seu conceito e sua contemporaneidade, relacionando-a a questão do material reciclável, quando privação e busca de alternativa de sobrevivência se encontram. Também será exposto como os catadores percebem a relação catador/pobreza.

A proposta de estudo sobre a construção de identidade do catador foi trabalhada no segundo capítulo, havendo um tratamento teórico acerca da temática identidade, bem como uma análise das conseqüências que sofre este sujeito ao estar submetido ao processo de estigmatização presente em nossa sociedade. No entanto, mesmo sofrendo este processo, ele se posiciona e se coloca no mundo por meio da afirmação de sua condição humana e de seu trabalho.

O terceiro capítulo compreende uma análise sobre os movimentos sociais. O último item reserva espaço para o pensar e o agir do catador em relação ao movimento. Empreendemos também uma análise de seus valores e das suas significações construídas acerca do material reciclável e do movimento social de organização e de reivindicações que participam, o MNCR.

Neste sentido, identidade social e movimentos sociais se encontram na trama do material reciclável, antes considerado como lixo, mas que na contemporaneidade e no nosso trabalho a partir de agora ascende enquanto possibilidade de uma nova história para contar. Ressalta-se que em alguns momentos ainda usamos o termo *lixo* devido ao contexto da bibliografia utilizada que sendo da década de 1990 não se reportava a este termo enquanto material reciclável.

Seus relatos foram significativos e revelaram ter clara a articulação de suas lutas com a noção de movimento social. Movimento este impulsionado pela identidade de catador defendida e em construção. Pontos desta trajetória em curso confere-se a seguir.

1 POBREZA VERSUS MATERIAL RECICLÁVEL: O APONTAR DE NOVOS CAMINHOS

A nova realidade não é saturada de possibilidades. Ao contrário. É saturada de carência.
(José de Souza Martins)

INTRODUÇÃO

Procurando abordar a temática da pobreza e do material reciclável neste capítulo, consideramos ser de relevância para as discussões, a abordagem inicial acerca do neoliberalismo. Trata-se de considerar uma lógica excludente, que marca as formas de produção e expansão do capitalismo, a qual se sobressai a importância ao capital financeiro, produzindo mais do que suas riquezas concentradas, uma pobreza exacerbada.

O progresso tecnológico e informacional presente na sociedade capitalista contemporânea processa-se concomitantemente com o avanço da pobreza e da fome. Resultados da automação e de novas técnicas de gestão, como a flexibilização e a terceirização, “os desempregados estruturais” numa terminologia de Nascimento (1995,p.24), engrossam as fileiras dos que se tornam incluídos, estatisticamente, numa dura realidade na década de 90: “o relatório divulgado pelo Banco Mundial em julho de 1990 aponta que um bilhão de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza no terceiro mundo” (YASBEK,1996,p.13).

Ressalta-se neste contexto, portanto, o agravamento da questão social, que põe em destaque o grau de coesão social de uma sociedade, que passa a comportar problemáticas relacionadas à violência, precarização do trabalho, vulnerabilidade social e pobreza.

Assim, procurando compreender estas questões, reconhecendo a complexidade do tema que abarca uma amplitude de discussões, nos detivemos em focar a problemática da pobreza utilizando, para tanto, dados analíticos a partir da década de 90, visto que neste período, observa-se a consolidação dos ideais neoliberais nos países de capitalismo periférico, como o

Brasil, por exemplo. Ideais estes que perpassam a estruturação das organizações societal e estatal, e passam a influenciar a vida cotidiana da sociedade capitalista moderna.

Partimos do pressuposto de que esta realidade não encontra-se de forma isolada, fechada em uma micro-unidade do todo. Ao contrário, expressa de forma marcante aspectos de uma realidade contraditória, sofrendo como diria o filósofo Weber “um feixe infinito de causalidades”. Realidade esta caracterizada pela falta e pela presença de sujeitos em busca de um lugar, em busca de uma história feliz para viver e contar.

História esta que contém capítulos de busca de superação de uma política *pobre*, que pensa a pobreza como natural e tratável em nível do imediato. Uma história que por vezes construída num cenário como é o de um lixão ou um aterro, com flagrantes de pobreza, mas também de trabalho, num cotidiano de busca de alternativas para sobreviver, marcando assim, o encontro entre pobreza e material reciclável. Este encontro promove o novo, muitas vezes usufruído por terceiros envolvidos no processo de reciclagem, mas que ainda assim reserva para o catador um sabor de conquista.

1.1 ALGUNS PONTOS E CONTRAPONTO DA POBREZA

1.1.1 Pensando o Neoliberalismo

O projeto neoliberal vigente na sociedade capitalista é identificado enquanto “uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação do capitalismo moderno” (THERBORN,1995,p.39), que vem acarretando profundas desigualdades sociais, onde a camada mais rica da população tem cada vez mais se apropriado da renda nacional.

Ganhando projeção na década de 80, o paradigma neoliberal representa o retorno do liberalismo, agora num capitalismo ainda mais selvagem, em detrimento aos postulados do Keynesianismo, que se baseava numa proposta de Estado de Bem-Estar Social, consolidado no período pós-Segunda Guerra Mundial, cujo formato da “política estatal sustentava-se em dois princípios, o pleno emprego e a igualdade (ou seja, os direitos sociais de cidadania)” (BRANDÃO,1991,p.90). Ainda conforme Brandão (1991,p.92),

é para lutar contra este desenvolvimento do Welfare State e a formação de uma cultura do bem-estar (que solapa as bases de uma cultura liberal), que o liberalismo retorna à cena política na década de 80 transformado, agora, no paradigma neoliberal. Este retorno ocorre justamente num momento de crise na economia européia e norte-americana (cujos reflexos podem ser encontrados na pequena taxa de crescimento econômico e na inflação crescente, o que decorre sobretudo da crise de energia iniciada em meados da década de 70, e da internalização progressiva do capital – que estrategicamente foge às taxas progressivas dos Estados de Bem-Estar, deslocando para países que ofereçam boas possibilidades de investimento, com

poucas interferências econômicas no mercado; diminuindo, assim, a produção de riqueza para os países de origem).

O liberalismo encontrou espaço nos séculos XVIII e XIX, com a doutrina econômica liberal de Adam Smith que partia “da concepção do indivíduo naturalmente livre”. Brandão ressalta que Smith afirmava “que a motivação natural para o ganho econômico é o móvel do Bem-Estar Social” (1991,p.86). Assim, todos os indivíduos seriam livres e concorreriam em igual forma nas relações de produção, cabendo ao Estado uma não intervenção no mercado, bem como uma menor intervenção nas relações sociais, visto que o ordenamento das questões processualiza-se numa dimensão “natural”, como se seguisse o fluxo da “própria evolução humana”.

Esse será o argumento fundante da teoria liberal, sendo base também para o neoliberalismo, cujos ideais ressurgem em reação, portanto, às intervenções do Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Brandão (1991,p.94) é possível observar a intervenção do Estado na ordem econômica e social, sob três parâmetros:

- a) Defesa contra possíveis agressões externas;
- b) Administração da justiça;
- c) Reorganização do mercado (se este apresentar efeitos de externalidade como: equívocos na esfera do consumo, diferenças nocivas entre poupança e investimento, etc) e produção de bens públicos, desde que seja comprovada uma maior eficiência destas intervenções em relação aos mecanismos autorregulatórios inerentes ao mercado.

Também Pastorini (2004) vai analisar a proposta de um novo Estado para os interesses neoliberais, com supostos objetivos de redução das desigualdades sociais ao defender as liberdades individuais, mas dentro da noção capitalista de que as diferenças são naturais. Assim,

para os pensadores neoliberais só com a existência de um Estado mínimo é que poderão ser protegidas tanto a igualdade de oportunidade quanto a liberdade dos indivíduos. Dessa forma, concluem que um governo legítimo tem duas únicas funções a desenvolver: prover uma estrutura para o mercado (assegurando ampla liberdade de movimento ao capital e às mercadorias) e oferecer serviços que o mercado não pode fornecer (PASTORINI,2004,p.40).

Nota-se que a re-elaboração do liberalismo consistia apenas em teoria no final da década de 1940, sendo pensada no espaço de uma “espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON,1995,p.10). A época não era propícia para este ideal, haja vista a constituição

dos Estados de Bem-Estar Social e o progressivo desenvolvimento do capitalismo avançado liderando, portanto, as idéias Keynesianas.

A grande crise do modelo econômico do pós-guerra, na década de 1970, freando o capitalismo avançado, que “caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON,1995,p.10), permitiu assim que ganhasse terreno as idéias neoliberais.

Era decisivo combater o poder dos sindicatos e do movimento operário e deixar fazer valer os interesses do capital para que não fosse prejudicada a acumulação capitalista, bem como uma menor intervenção do Estado na economia, em prol, portanto, de uma nova forma de capitalismo, “duro e livre de regras para o futuro”, como analisa Anderson (1995,p.10).

O desemprego seria a partir de então uma conseqüência, bem como uma retração nos gastos da área social. A especulação financeira assume lugar de destaque em detrimento ao incentivo de maior produtividade de mercadorias, havendo um processo de desindustrialização, concomitante a uma reestruturação produtiva, impondo novas formas de relação de produção racionalizando, portanto o sistema.

Assim, o projeto neoliberal associado à reestruturação produtiva traz como proposta a desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseado na superioridade da eficiência do mercado, circunscrita em seu próprio dogmatismo, onde “os neoliberais afirmam que só existe uma única alternativa para a crise: o domínio absoluto do mercado” (SALAMA,1995,p.52).

Alia-se ainda a esta desregulamentação um processo de desestatização e de desuniversalização. O primeiro, refere-se ao processo de privatizações e desvalorização das empresas públicas. O segundo aspecto associa-se a uma mercadorização do sistema de proteção social, uma lógica mercadológica que passa a permear o sistema.

Neste sentido, o neoliberalismo em

seu sentido geral aponta para um projeto comum de reconfiguração institucional do capitalismo contemporâneo que se tornou claramente hegemônico no mundo neste final de século. Os três elementos indicados – a desestatização, a desregulamentação e a desuniversalização – podem servir de base, assim, para uma definição mais operacional do neoliberalismo que leve em conta as especificidades da sua materialização nacional (FERNANDES,1995,p.56).

Ocorre através desse novo projeto de reestruturação um deslocamento do que é da ordem do público, do Estatal, para a ordem do privado, que passa a constituir-se em locus das

relações sociais. Processa-se assim, uma mercantilização das condições sociais, onde o endeusamento às leis do mercado se coloca na ordem do dia.

1.1.2 Capitalismo que se reorganiza, questão social que se reproduz

Com o composto do neoliberalismo – desestatização, desregulamentação e desuniversalização –, é possível verificar uma reprodução de dimensão negativa para o social, o que acaba por interferir dramaticamente na questão social e nas formas de seu enfrentamento, visto que sua produção e reprodução são intrínsecas ao sistema capitalista.

De acordo com Castel (1998) a problemática parece se afirmar na fragilidade de vínculos sociais produzida e imbricadamente vinculada à vulnerabilidade social sendo a questão social “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (CASTEL,1998,p.30). A necessidade de integração social é posta e emergem enquanto questão social na contemporaneidade, novas formas de sua expressão como a desfiliação social, a pobreza aprofundada, a violência³.

Também Fleury (2002), vai reconhecer na questão social a problemática pela busca de integração, constituindo-se em espaço politizado. De acordo com a autora,

a questão social passa a ser reconhecida quando politizada por novos atores que através da construção de suas identidades, formulação de projetos e estratégias, repõem a problemática da integração e da necessidade de recriar os vínculos sociais. Neste sentido, a emergência da questão social é sempre um analisador (no sentido analítico – institucional usado por Lourran) porque desvela as contradições sociais e expõe as fragilidades da construção política de uma comunidade coesa (FLEURY,2002,p.02).

A problemática de fragilidade de coesão social para alguns autores, aproxima-se também de uma expressão da questão social denominada exclusão social. Para Nascimento (1994) o conceito da exclusão social está mais próximo desta fragilidade, revelando um abalo na dita *harmonia social*.

Neste sentido, falar de exclusão social “é tomar registro mais amplo do que o da carência ou do déficit de renda para informar o debate da pobreza. É transitar do universo restrito do não atendimento das necessidades básicas e vitais para o espaço da equidade, da emancipação e do pertencimento” (LAVINAS,2003,p.03).

A proposta de análise de um ‘nova questão social’ hoje é posta por Castel (1997) associando-a às transformações ocorridas na esfera do trabalho, com conseqüente perda de proteção social alcançada historicamente por movimentos do proletariado.

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL,1997,p.165).

Contudo, a análise dessa nova questão social diz respeito à sociedade salarial que se constituiu na Europa nos auspícios da teoria Keynesiana e que na contemporaneidade apresenta-se como possuidora de um quadro de pós-proteções sociais. O mesmo não pode ser observado em países em desenvolvimento, de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, que não teve uma política de pleno emprego e proteção social. Com isso, de acordo com Brandão (2002,p.151), o Brasil está mais próximo “de uma pré-proteção, baseada em uma rede de políticas públicas de consumo coletivo ineficiente e em uma cobertura previdenciária que jamais ousou qualquer iniciativa redistributiva”.

O ponto que parece associar a “nova questão social” e a problemática social brasileira, diz respeito à precarização do trabalho; sendo referencial a “produção de vulnerabilidades sociais acopladas à perda do lugar de trabalhador para uma parcela da sociedade que, se instala em uma área de precariedade de suas condições materiais de reprodução” (BRANDÃO,2002,p.142).

De forma geral, concomitante à reorganização do capitalismo em seu sistema ideológico e produtivo, altera-se a questão social fazendo com que existam “novidades” (PASTORINI,2004,p.15) em suas manifestações imediatas como o aprofundamento da desigualdade na distribuição de renda, a redução dos salários, a ausência de políticas de emprego, menos postos de trabalho e precarização das condições trabalhistas.

No entanto, ao pensar nestas novidades não se deve incorrer no erro de desconsiderar, como aponta Pastorini (2004,p.99)

a possibilidade de analisar a questão social como uma questão política, econômica, social e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes e setores de classes, inserida no contexto mais amplo do movimento social de luta pela hegemonia.

Dito isto, seria mister portanto, incluir o caráter histórico quando se analisa a questão social, “com a intencionalidade de capturar a processualidade dessa problemática, recuperando o processo de conservação e renovação” (PASTORINI,2004,p.46).

³ Confrontar Castell 1997 e 1998.

A teoria defendida por Pastorini (2004), diz respeito à não existência de uma “nova questão social” (CASTEL,1997). Ao contrário disto,

as principais manifestações da ‘questão social’ – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da ‘questão social’. (PASTORINI,2004,p.97)

Sendo assim, o que se pode considerar é que haja novas expressões, no entanto, da mesma “questão social”. Não se pode falar em *nova* visto que ainda não foram superados os traços que deram origem à questão social que “apresenta-se, desde as suas primeiras manifestações, estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social” (PASTORINI,2004,p.110).

A partir destes pontos de vista discutidos, o que podemos concluir é que a sociedade contemporânea ao mesmo passo que acumula ganhos, por um lado, de outro assiste a perdas para uma parcela significativa de indivíduos relegados à marginalidade e à condição de pobres e miseráveis. A falta de “um lugar” no mundo atual empurra sujeitos à linha de pobreza, a situações de exclusão social e até “desqualificação” de sua condição de ser humano.

1.1.3 Pobreza: reflexões de alguns dados analíticos

Conforme já analisado, a sociedade contemporânea industrializada, pautada no avanço da tecnologia, vem construindo de forma contraditória, uma realidade de pobreza e miséria, resultantes do modelo econômico adotado. Observa-se que o aumento vertiginoso da riqueza do capital se dá simultaneamente à formação e expansão de uma população excluída. Como afirma Nascimento (1994,p.59), há o “aumento simultâneo das riquezas e da pobreza”. Tal processo inclui sujeitos sociais na categoria de pobres, por “não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA,2003,p.10).

A pobreza põe em destaque um cotidiano marcado pela falta, é o cotidiano do *não ter e do não ser*. Para Abranches (1987,p.16),

pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar.

Partindo deste conceito, analisaremos a pobreza a partir da última década do século XX, período em que aparece de forma diferenciada em relação às décadas anteriores, estando mais explícita, mais visível, clamando por ser olhada. Ugá (2004,p.55) aponta que também se torna

notória a centralidade que o conceito pobreza passou a assumir desde início dos anos 1990, sobretudo em função de sua ampla utilização, tanto em relatórios de organismos internacionais quanto em documentos de formulação e avaliação de políticas públicas, principalmente de países seguidores das recomendações dessas agências.

Considerando então, análise de índices sobre a década de 1990 percebe-se, no período 93/95, uma redução dos níveis de incidência de pobreza tomando como marco “o Plano Real que estabeleceu uma fronteira clara quando se trata de analisar a evolução da pobreza ao longo da década” (ROCHA,2003,p.109). De acordo com Rocha (2003), o referido plano foi causador da estabilização dos preços e uma redução dos índices de inflação chegando a uma taxa anual de 22% em 1995, e que continuou declinando até 1998.

Tal quadro propiciou uma modificação favorável no nível de atividade econômica e de renda no país, beneficiando os mais pobres “devido à ponderação maior dos produtos do grupo alimentação na estrutura de despesa dessas famílias” (ROCHA,2003,p.118).

O estancamento do processo inflacionário possibilitou ainda um melhor rendimento dos trabalhadores dos setores de comércio e serviços e ainda um “aumento do salário mínimo em 42% em maio de 1995” (ROCHA,2003,p.119).

Tem-se com todo esse processo uma redução generalizada da pobreza no período 93/95, “a redução da proporção de pobres nas metrópoles esteve diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos” (ROCHA,2003,p.121).

No entanto, tal realidade não se sustentou por muito tempo. Por meio dos dados de Rocha (2003), observamos que revelou-se no ano 1999, um esgotamento dos efeitos distributivos do plano de estabilização, estando associada a uma situação macroeconômica delicada, a uma sobrevalorização do câmbio e a déficits públicos crescentes, afetando de forma direta aos pobres. E ainda atinge-se um percentual de 35% da proporção de pobres no país, em detrimento dos 34% em 1996. Para o período de 1995 a 2001, os dados demonstram que houve um crescimento anual de 6,7% da população pobre nas regiões metropolitanas.

Gomes e Pereira (2005) ao realizar análises do estudo apresentado pelo economista Dedecca (2003)⁴ vão demonstrar que “de 1992 a 1999, os 25% mais pobres perderam 20% da renda e os 5% mais ricos perderam 10%” (GOMES; PEREIRA,2005,p.359), o que vem a justificar o aumento do percentual de pobres acima explicitado, visto que a defasagem salarial concentra-se mais nas classes pobres.

A década de 1990, marcada pelo controle inflacionário, vai revelar também a incorporação no Brasil do novo preceito econômico, o neoliberalismo. Como forma de atender a novos interesses de concorrência internacional por capitais externos, o Brasil vai se colocar numa adequação ‘ao padrão de custos’ da produção internacional, o que levou “a uma situação onde automação, terceirização e reestruturação, produziram uma grande onda de desemprego e subemprego durante o correr da década” (BRANDÃO,2002,p.13).

Assume destaque também o processo de precarização do trabalho. De acordo com Brandão (2002,p.14),

além do desemprego, a questão da precarização do trabalho também se impõe no período. Se entre 1986 e 1990 o número de empregos novos com carteira assinada está em amplo crescimento de 23%; entre 1991 a 1997, ocorre uma queda brutal e o mesmo número decresce agora 28%. Para além disto, se forem somados os desempregados, os trabalhadores ocupados sem remuneração e os trabalhadores por conta própria (segundo os critérios do IBGE); este conjunto representava 31,8% da PEA brasileira em 1989 e passa a representar 39,7% em 1998.

Para Rocha (2003,p.125), “as perdas em termos de postos de trabalho e de rendimentos recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade, tendo por si só um efeito provável de aumento da pobreza absoluta e da desigualdade”.

Neste quadro, manteve-se para o ano 2000 em diante, “a tendência de redução dos postos de trabalho para os trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, os quais perderam 2,6% dos postos de trabalho que detinham no ano anterior” (ROCHA,2003,p.131).

Isso nos leva a identificar uma produção perversa de desemprego, aspecto presente no projeto neoliberal, que acarreta a exclusão de parcelas significativas da população dos mecanismos de produção e consumo. Esta população desfilada do processo econômico vai constituir o que Castel (1998,p.33), denomina de “supranumerários”, ou seja, os que são supérfluos, pois nem sequer são explorados.

⁴ DEDECCA, Cláudio Salvadore. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, p. 109-139, 2003.

Nesta intensificação dos processos de exclusão observa-se que a “desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (ANDERSON,1995,p.16).

Brandão (2002,p.06), aborda uma transformação não no modo de produção, mas que se dá no âmbito da forma de desenvolvimento do capitalismo, “o informacionalismo”, de fins de século XX, representando “a passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional”.

Há uma tendência de organização do sistema produtivo, agora globalmente interdependente, para a consecução de parâmetros de maximização econômica que se tornaram possíveis com o desenvolvimento e a difusão da tecnologia da informação (BRANDÃO,2002, p.06).

Torna-se característico desta “nova forma de desenvolvimento” expansão do setor de serviços, que de acordo com Brandão (2002,p.06), “tende a ocupar uma parcela cada vez maior do mercado de trabalho”.

Tais apontamentos nos levam a pensar numa representação, como modo de exposição, de dois *brasis* devido ao progresso econômico prometido e por pouco tempo sustentado. Estes dois *brasis*, apesar de dialogarem, seriam o resultado do aprofundamento do fosso social existente. Pólos dicotomizados em *Brasil legal* e o *Brasil real*. O primeiro com garantias dos direitos sociais como moradia, alimentação, educação, saúde e outros; e o segundo com a realidade nua e crua, sendo palco constante de cenas de lutas, miséria e violência explícita.

A superposição do mundo da economia ao social, obedecendo aos preceitos do neoliberalismo, fez com que o capitalismo produzisse perversamente uma situação de pobreza que ultrapassa as desigualdades sociais, refletindo na linha de pobreza uma realidade de marginalidade. Como analisa Barros (2002,p.2), a linha de pobreza é atingida quando indivíduos se encontram abaixo do valor “de um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”. É esse mesmo autor que analisando os dados da PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) – 1998, revela que aproximadamente 33% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de pobreza, expressando 50 milhões como pobres.

Para o ano de 2002, dados do IBGE⁵ (apud GOMES; PEREIRA,2005,p.359), revelaram que “há no país 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e destas, 24,7 milhões vivem em extrema pobreza”.

⁵ IBGE 2003. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese de indicadores 2002**. IBGE, Rio de Janeiro.

Afirmar, então, que o capitalismo brasileiro estaria sendo uma indústria de produção e reprodução de desigualdades não seria uma panacéia. Nem tão pouco seria falácia afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas de acordo com Barros (2000,p.2), “um país com muitos pobres”. Para sustentar tal hipótese, Barros parte do pressuposto de que está na estrutura da desigualdade brasileira, como principal determinante, os índices elevados de pobreza. Assim, a pobreza brasileira seria uma decorrência da “perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social” (BARROS,2000,p.2), considerando-se que o Brasil assume atualmente a posição de 9º lugar em renda per capita, dentre os países em desenvolvimento (GOMES; PEREIRA,2005).

No entanto, mesmo diante desta posição, o país

cai para 25º lugar quando se fala em proporção de pobres. Isto coloca o Brasil entre os países de alta renda e alta pobreza. Ao mesmo tempo em que está entre os 10% mais ricos, integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento, sendo um dos primeiros do mundo em desigualdade social. Aqui, 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que os 50% mais pobres (GOMES; PEREIRA,2005,p.359).

Ao comparar o grau de pobreza no Brasil – considerando pobreza na dimensão de insuficiência de renda –, com o grau observado nos demais países com renda per capita similar, Barros (2000) vai identificar “que enquanto no Brasil, a população pobre representa cerca de 30% da população total, nos países com renda per capita similar este valor corresponde a menos de 10%” (2000,p.08). O que revela, portanto, uma má distribuição dos recursos, que serve de subsídio para explicar o nível elevado da pobreza nacional.

1.1.4 A Pobreza das Políticas Públicas

A noção de pobreza não circunda apenas o campo econômico. Ela está presente também nas formas de constituição e apresentação de políticas públicas, revelando o quanto uma política pode ser benéfica ou não a uma população. Neste sentido, estamos considerando de forma complexa a pobreza, como sendo expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade, não a reduzindo, portanto, a privações materiais. Ao contrário, alcança também os níveis da moral e do político, compreendendo o campo de “repressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO,1991,p.10).

A pobreza começa a aparecer em outro horizonte, se apenas certos grupos passam fome, enquanto algumas minorias sobretudo os chefes, já não passam (...). Assim, pobreza não é miséria pura e simples (...). Pobre é sobretudo quem faz a riqueza do outro, sem delas participar. Pobreza em sua essência é discriminação, injustiça (DEMO,1991,p.11).

Como forma de compreendermos melhor esta questão, faz-se mister uma reflexão sobre o processo de “fazer” política. Para pensarmos neste processo no Brasil hoje, não podemos deixar de considerar que no país o problema da dívida externa gera, entre outros fatores, a nossa incapacidade de auto-governo, o que por sua vez acarreta conseqüentemente na diminuição de nossa autonomia política diante da dependência do mercado financeiro exterior. A ordem do dia para a formulação de políticas públicas no campo social parece circundar a idéia de “políticas focalizadas e compensatórias voltadas para pobres” (UGÁ,2004,p.55).

Esta idéia fere os preceitos constitucionais de universalização dos direitos sociais, e passa-se a seguir as indicações de agências internacionais no enfrentamento da pobreza. De acordo com Ugá (2004,p.57) “desde os anos 1980 o Banco Mundial vem atuando como importante formulador de recomendações políticas para os países da periferia e como disseminador, junto com o FMI, das políticas de cunho neoliberal” que tratam de defender um Estado Mínimo atuando somente como um “catalisador, facilitador e parceiro dos mercados”.

A lógica, portanto, de mercadorização, defende que o “Estado deve complementar os mercados naqueles setores da produção de bens e serviços em que ao setor privado não interessa entrar (...), por exemplo, na produção de bens públicos” (UGÁ,2004,p.58). Para o setor social, são guardadas políticas sociais residuais e focalizadas, que não indicam a solução da problemática em sua origem, agindo apenas como paliativas e imediatas.

Nesse sentido, se o Estado proposto pelo Banco Mundial ainda reserva algum papel no âmbito econômico – complementar e garantidor do bom funcionamento dos mercados – , no que tange à questão social, ou seja, à sua atuação no mundo do trabalho, pode-se perceber que o termo “Estado mínimo” é bastante adequado, uma vez que se percebe a tendência a uma drástica retração do seu papel de provedor de políticas sociais. (UGÁ,2004,p.58)

É, portanto, o campo econômico e financeiro interferindo nos campos político e social, produzindo a contradição de termos instituições democráticas, mas a democracia ainda não está construída, pois não há uma interação maior com a população, que não tem vocalização, visto que podemos entender democracia também “como um sistema político no qual o povo inteiro toma, e tem o direito de tomar, as decisões básicas determinantes a respeito de questões importantes de políticas públicas” (LOBATO,2003,p.12). No entanto, a plenitude dessa definição de Democracia incorreria no fato de ferir justamente aos seus valores, de liberdade e igualdade. Bobbio (2000,p.422), acerca desta disparidade explica que

a Declaração Universal dos Direitos do Homem começa, como todos sabem, com estas sacrossantas palavras: “todos os seres humanos nascem livres em dignidade e direitos”. A verdade é que os seres humanos, ao menos a sua grande maioria, não nascem nem livres, nem iguais. Seria muito mais exato dizer: “os homens aspiram a tornar-se livres e iguais”. A liberdade e a igualdade são não um ponto de partida, mas sim um ponto de chegada. A democracia pode ser considerada um processo, lento mas irrefreável, no sentido da aproximação dessa meta. Mas a meta é na sua plenitude inatingível, por uma razão intrínseca aos dois princípios mesmos da liberdade e da igualdade. Esses dois princípios são entre si, em última instância quando levados às suas extremas conseqüências, incompatíveis. Uma sociedade na qual estejam protegidas todas as liberdades, nelas incluída a liberdade econômica, é uma sociedade profundamente desigual, não obstante o que digam sobre ela os fautores do mercado.

Bobbio (2000,p.421), ainda explicita sobre a necessidade de nos atentarmos para o fato de quão equivocado é generalizar a noção de democracia, visto que “há no mundo democracias muito diferentes entre si, e que podem ser distinguidas com base no diferente grau de aproximação do modelo ideal”.

Este destaque nos faz refletir sobre a democracia na América Latina, tomando por base a análise de Kliksberg (2003,p.01) que expõe que por mais que comporte um quadro de profundas desigualdades sociais e econômicas, analisadas e divulgadas mundialmente, é justamente a América Latina a ter um índice maior de democracia.

Los análisis de muy diversas fuentes indican una América Latina em profunda conmoción. La evolución de los hechos há generado fuertes protestas sociales em numerosos países de la región que tomam formas diferentes de acuerdo a los contextos históricos. Sin embargo, existen al mismo tiempo, datos esperanzadores. De acuerdo a las encuestas, a pesar de los graves problemas económicos, la gran mayoría de los latino americanos respalda firmemente el proceso de democratización emprendido por la región. Em un mundo donde sobre 190 países, solo 82 son democráticos, América Latina aparece como uma de las áreas Del orbe com más avances em este campo. Los datos económicos críticos destruyeron buena parte de la ‘ilusión económica’, pero no ham doblegado la ilusión de la democracia.

No Brasil, a democratização das políticas públicas atingiu sua institucionalização a partir da Constituição de 1988⁶ – considerada a Constituição Cidadã – ascendendo, portanto, o princípio organizador das políticas públicas, “o Reformismo social-democrata: universalismo, descentralização, transparência” (MELO,2001,p.12). Direitos sociais foram consagrados, precedidos por movimentos os quais “as dimensões processuais da democracia passaram, pela primeira vez, a ser colocadas na agenda da discussão pública” (MELO,2001,p.19).

Era o preceito da participação em detrimento à problematização e crítica aos mecanismos de representação numa década de profunda efervescência política e mobilização

⁶ BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1988.

social na busca de estabelecer novos rumos, na intenção de desprender-se da herança autoritária que há tempos regia o poder executivo nacional.

Com isso, processa-se no Brasil uma formação social com nova expressão, dado que irá também estabelecer novos rumos ao processo de formulação de políticas públicas, visto que as condições para este processo “residem em um nível mais singular e são dadas pela organização sociopolítica específica” (LOBATO,1997,p.40). Condições estas que não estão estabelecidas de forma prévia. Ao contrário, “elas se manifestam através de diferentes atores sociais, que representam interesses diversos” como completa Lobato (1997,p.40).

O reconhecimento da existência de diferentes atores sociais gerou no Brasil, portanto, com o processo de redemocratização, uma diversidade de novas formas de organizações sociais, tirando a centralidade das questões no âmbito exclusivo do Estado e da política; aliando ao princípio de democracia invenções institucionais de novos mecanismos de interpelação da relação Sociedade/Estado, como o orçamento participativo e Conselhos Paritários, diferentemente das formas tradicionais de organização como partidos e sindicatos.

Isto reflete uma noção de uma sociedade civil mais articulada, o que abriria para Kliksberg (2003,p.01), “muy importantes posibilidades de acción para políticas renovadoras”.

Contudo, não observamos uma consolidação do regime democrático, contradição apontada inicialmente, pois “dada a forte presença do Estado, altamente privatizado, tenderíamos a concluir que é o Estado quem principalmente determina a intervenção ou não de grupos nas políticas públicas” (LOBATO,1997,p.41).

No entanto, esta predominância do Estado aplica-se menos ao processo de formulação de políticas, e mais ao relacionamento Estado/Sociedade. Assim, pode-se empreender que no âmbito da formulação, “interagem mutuamente interesses diversos, representados por vários setores, entre eles o Estado” como ressalta Lobato (1997,p.41).

Sobre a trajetória do processo de formulação de uma política, ela apresenta um caminho complexo que vai desde sua inclusão na agenda até o processo de tomada de decisão. “A agenda governamental é então definida como o espaço em que se constituem os problemas, assuntos ou demandas que os ‘fazedores’ escolhem ou são compelidos a escolher” (VIANA,1998,p.[3?]).

Mas existe não só a agenda governamental como também a sistêmica (ou não-governamental) e de decisão. A não-governamental possui uma “lista de assuntos que são, há anos, preocupação do país sem, contudo, merecer atenção do governo”; e de decisão consiste em ser a “lista dos problemas a serem decididos” (VIANA,1998,p.[3?]).

Não se constitui enquanto processo automático a passagem de um assunto da agenda sistêmica para a governamental. Depende de forma geral, de eventos dramáticos, e acontecimentos que despertem o interesse dos ‘fazedores’ de política em determinados assuntos. Fatores como participantes ativos envolvidos podem contribuir para o processo.

Os participantes ativos podem ser classificados como atores governamentais e atores não-governamentais. O primeiro grupo seria composto pelo alto staff da administração (presidente, staff do Executivo e políticos nomeados para cargos públicos); pelo funcionalismo da carreira; e, finalmente, pelos parlamentares e funcionários do Congresso (...), o grupo dos atores não-governamentais abrangeria: grupos de pressão ou interesse; acadêmicos, pesquisadores e consultores; mídia; participantes das campanhas eleitorais; partidos políticos e opinião pública (VIANA,1998,[4?]).

A construção da agenda seria a primeira fase de formulação de uma política, estando presentes também a elaboração do projeto; adoção do projeto; implementação; avaliação; e reajuste. Destaca-se que oficialmente são os legisladores, executores, administradores e juízes ‘fazedores’ de política. Os grupos de interesse, os partidos políticos e simples indivíduos compreendem os ‘fazedores’ não-oficiais.

Cabe ainda destacar a distinção entre formulação de políticas e implementação. A primeira poderia ser vista, portanto, “como um diálogo entre intenções e ações, isto é, um processo contínuo de reflexão para dentro e ação para fora. A implementação caracteriza-se por mostrar resultados, que servem de ensinamentos para os formuladores” (VIANA,1998,p.[10?]).

Neste sentido, numa relação complexa, convivem vários fatores que se interligam e servem como explicação para podermos compreender a pobreza em nossa sociedade. Interesses econômicos, financeiros e políticos se fazem presentes e acabam por produzir e reproduzir nuance diferenciada da pobreza que se expressa por sua vez, em diversos cenários, imbricada no cotidiano de atores sociais como os catadores de materiais recicláveis, que sofrem as conseqüências de uma cultura de políticas pobres e de um sistema econômico não inclusivo.

1.2 MATERIAL RECICLÁVEL: O DEPERTAR PARA O *NOVO*

Observa-se que no setor de mercado de trabalho, a lógica do progresso e da automação que prometia abertura de novos empregos, criou e ainda continua criando em seu desenvolvimento, uma expulsão e aviltamento do trabalhador que, com possibilidades limitadas de conseguir emprego no setor formal passa a constituir uma legião dos que sempre

estão em busca de um lugar, mudando de cidade e até mesmo de Estado, à procura de alguma ocupação que lhes proporcione a sobrevivência e o sustento diário.

Pobreza e precarização do trabalho são vivenciadas no capitalismo brasileiro dos tempos atuais que convive com uma diversidade de atividades que hoje são denominadas como “trabalho”, englobando tanto formas sofisticadas quanto rudimentares e precárias de inserção no universo produtivo.

O setor informal passa, então a se constituir como alternativa para geração de renda, ocupando espaços rentáveis diferenciados ao capital, estando em constante crescimento devido ao fato do número de pessoas que absorve.

Inseridos no setor informal, os indivíduos sofrem a precarização do trabalho, como perdas salariais, exclusão dos direitos trabalhistas, aviltamento de sua condição de trabalhador, exercendo muitas vezes atividades que lhes degradam fisicamente. Tais indivíduos passam a fazer parte de uma parcela da população cada vez mais desconsiderada como necessária ao sistema, os supranumerários. “Os pobres agora não seriam mais importantes como exército industrial de reserva, nem como consumidores necessários ao crescimento da economia” (BRANDÃO,2002,p.10).

Brandão (2002,p.19), avalia estas questões concluindo se tratar de “um circuito de determinações que se sucedem e no qual as finanças passam a desenvolver um papel ‘parasitário’ ”. Determinações estas que marcam a trajetória de vida de indivíduos que transitam na instabilidade econômica e acabam por “inventar trabalho”, procurando formas alternativas de sobrevivência.

Sem poder aquisitivo e trabalho formal que lhes garanta, saúde, educação e moradia dignas, vários atores sociais sofrendo as conseqüências da pobreza, foram se instalando de forma precária e desordenada, nos centros urbanos ou em bairros periféricos, construindo suas alternativas de trabalho e vida. Em decorrência, passaram a conviver com as múltiplas formas de exclusão: estigmas sociais, moradias precárias construídas sem infra-estrutura adequada, ausência de saneamento básico, pouco acesso a bens e serviços, desemprego, emprego informal.

Este quadro, de acordo com Rocha (2003,p.135) tem tido maior “incidência nas regiões Norte e Nordeste, reduzindo-se em direção ao Sul, (...) apresentando-se sensivelmente mais altas nas áreas rurais”. Contudo, a autora ressalta que nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro “as regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano”.

Sendo, portanto, presença marcada nos grandes centros urbanos, a pobreza pode ser localizada por vários endereços: ruas, favelas, periferias. Pontos estes que apresentam suas particularidades, modos de vida e trabalho, modos de viver e sobreviver diante do caos. No entanto, esta mesma situação faz com que ressurgam possibilidades, para que pessoas nela inseridas se movimentem em prol da manutenção diária de vida.

E, sem dúvida, uma parcela destas pessoas encontra-se no trabalho com o lixo, colocando-se em busca de possíveis alternativas de trabalho que lhes proporcionem a sobrevivência, realizando a prática de catação de material reciclável. Neste momento observa-se o encontro da pobreza com o lixo. Encontro este promovido pela sua situação extrema de carência. Para Demo (1991,p.10), falar de pobreza é “Ter” consciência que não é somente o não “Ter”, ser destituído materialmente, mas também ser “coibido de Ter”. Assim, a pobreza, como fenômeno conseqüente da sociedade capitalista, não pode ser entendida unicamente como carência, mas também como a repressão do acesso às vantagens sociais.

De acordo com os relatos de Estácio, Tião e Zumbi, catadores entrevistados, que estão no trabalho com o lixo respectivamente há 23, 13 e 22 anos respectivamente, esta tendência de percurso de carência até chegar ao lixo se confirma, quando falam dos motivos que os levaram a trabalhar com o material reciclável:

“Quando surgiu a embalagem ‘pet’ no mercado, porque o pessoal não coletava aquilo, mas aquilo ali é resíduo, é petróleo, foi o que me chamou a atenção e eu também estava desempregado. Tinha ficado quatro anos desempregado, entendeu? Começou o mercado a ficar difícil, então eu comecei a estudar sobre isso, comecei a bolar este tipo de coisa, sobre coleta seletiva. Além da percepção da questão ambiental, é porque eu tava desempregado também. Se eu passei a ser catador, e a pessoa cata é por necessidade própria, é porque tava desempregado”. (Estácio)

“A minha mãe ainda é catadora, ela trabalha 25 anos aqui. A minha mãe me trazia, insistia. Foi à força, vim puramente forçado”. (Tião)

“Foi a falta de oportunidade por eu ser de menor e também por necessidade de minha mãe ter ficado desempregada, meu pai ter falecido. Aí minha mãe veio para cá e como o que ela tinha não dava pra sustentar, porque como a gente é pobre não quer ficar só com comida a gente quer ter umas coisinhas boas dentro de casa, um sofá manêro, uma televisão manêra, uma roupa manêra, então o que me trouxe mais pra cá foi a necessidade. E também não só a minha necessidade como a necessidade de ajudar a minha família, porque era só eu, minha mãe e meus dois irmãos. Eu sou o mais velho, então tinha que ajudar”. (Zumbi)

Na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, encontramos os aterros Itaóca (município de São Gonçalo), Morro do Céu (município de Niterói) e Aterro Sanitário Metropolitano de Jardim Gramacho (município de Duque de Caxias). Este último, atendendo

aos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Rio de Janeiro e São João de Meriti, considerado como o maior aterro sanitário da América Latina.

Não só a presença de catadores pode ser encontrada nos aterros. Verifica-se uma rede interligada em torno, onde se localizam também empregados das empresas que regulam os aterros; pequenos e médios comerciantes, com suas vendas e bares, postos de gasolina, lojas de equipamentos; compradores de material reciclável – os atravessadores. Também nas ruas pessoas vivenciam esta realidade, revirando o lixo das calçadas, prédios, lojas comerciais de forma desorganizada, ou então participante de cooperativa de coleta de lixo, recolhendo o material reciclável selecionado.

Como podemos, então, compreender esta alternativa? O que é o lixo? Como é o trabalho com o lixo? Qual seu rendimento em termos econômicos? Afinal: Lixo, a quem interessa? Inicialmente podemos considerar que esta alternativa não somente compreende uma possibilidade de trabalho, como também vem sendo discutida na contemporaneidade como algo necessário haja vista os prognósticos de esgotamento dos recursos naturais, ressaltando-se, portanto, a importância da reciclagem.

É denominado lixo “os materiais orgânicos e não orgânicos que estão totalmente misturados” e rejeito o que “não tem condições mais de ser aproveitado na cadeia de reciclagem⁷”.

O lixo classifica-se em:

***domiciliar**: originado na vida diária das residências: jornais, revistas, restos de alimentos, embalagens em geral, plásticos, papel higiênico, fraldas descartáveis, absorventes femininos, pilhas, lâmpadas, enfim, material do uso cotidiano;

***hospitalar**: constituem resíduos em geral de hospitais, farmácias. Formado principalmente por seringas, agulhas, luvas, gases, bandagens, órgãos e tecidos removidos, filmes de raio x, medicamentos vencidos...

***comercial**: originado de estabelecimentos como bancos, escritórios, supermercados, lojas. Seus componentes principais são o papel e o plástico ligados diretamente com embalagens dos mais variados tipos, móveis e equipamentos obsoletos;

***industrial**: é o tipo de lixo mais variado, podendo ir das cinzas até resíduos tóxicos como ácidos, fibras, borrachas, escórias metálicas, vidros e cerâmicas...

***agrícola**: resíduos sólidos provenientes das atividades agrícolas ou pecuárias. Constituído basicamente por embalagens de herbicidas, adubos, esterco, animais mortos e agrotóxicos. (Disponível em: <www.uel.br/pos/quimica/lixourbano/pag2.htm>. Acesso: 22 set. 2005)

A reciclagem pode ser compreendida enquanto reaproveitamento de produto reciclável a partir de sua reintrodução no ciclo da produção. Reafirmando seus benefícios para o Brasil, de acordo com Bergamasco (2003,p.21), ela seria rentável para o país, visto que o seu lixo “é

⁷ Fonte: www.polis.org.br. Acesso em: 22 set. 2005.

um dos mais ricos do mundo”. A autora afirma que uma cifra de “5 bilhões de dólares por ano é o volume de negócios que o mercado de reciclagem de lixo poderia gerar no Brasil” (BERGAMASCO,2003,p.21).

Grande parte da riqueza produzida pelo lixo, contudo, se concentra nas indústrias, não chegando aos catadores, apesar de serem os primeiros nesta teia de relações estabelecidas que vai, sinteticamente falando, do catador, chega aos atravessadores, aos galpões, e por fim às indústrias e mercado consumidor.

Apesar das vantagens sócio-econômicas e ambientais não só da reciclagem como também do reaproveitamento e da redução da geração do lixo, bem como da preocupação de um problema da ordem de aproximadamente “240 mil toneladas de resíduos produzidos por dia” (MUNIZ,1999,p.01), um percentual chamativo de municípios que não cuidam do seu lixo se destaca. A autora Menezes (2005,p.18) aponta que

segundo dados de 2000 da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos 5.507 municípios brasileiros pesquisados, 59% possuem lixões onde os resíduos são dispostos a céu aberto, sem tratamento, poluindo o solo, a água – margens de córregos, rios e lençóis freáticos – e o ar.

De acordo com o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE,2000,p.251), podemos entender um “lixão” como “uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos municipais, que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública”. Cabem ainda às características do lixão, a associação de criação de animais e a presença de pessoas exercendo a prática de catação de resíduos sólidos recicláveis.

Observa-se em todo o Brasil um número ainda muito pequeno de aterros sanitários ou controlados. Por aterro controlado compreende-se “uma técnica de disposição de resíduos sólidos municipais no solo, sem causar danos à saúde e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais”, a qual recebeu “em 2000 um volume de lixo de 16,78%” (CEMPRE,2000,p.251).

O aterro sanitário assemelha-se à técnica empregada ao aterro controlado, porém é superior a este, permitindo “um confinamento seguro em termos de controle de poluição ambiental e proteção à saúde pública, sendo uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, mediante confinamento em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo” (CEMPRE,2000,p.252).

Detendo-nos aos catadores de materiais recicláveis, estes são considerados os primeiros recicladores da História. Papel este que sempre combinou sobrevivência com reaproveitamento, como podemos observar na fala de Zumbi: *“Eu senti uma sensação de liberdade, porque se eu quisesse comprar qualquer coisa, bastava só eu ir no aterro e vir trabalhar. Se eu quisesse comprar um chinelo, eu vinha e trabalhava porque você tem da onde tirar sem precisar mexer em nada de ninguém”*. Devido ao problema social da pobreza, que mantém seu caráter histórico, arrastou-se por décadas esta combinação, expressando na atualidade o famoso “jeitinho brasileiro” para sobreviver, revelando o lixo como via possível de sustento. O início desta combinação pode ser lembrado pelos catadores entrevistados quando relatam sobre seu primeiro contato com o lixo:

“Eu trabalhava com o plástico já. A própria sobra da indústria eu já moia e já aproveitava já aqueles galhos, eu aproveitava... Eu trabalhei em indústria de plástico... Minha vida sempre foi sobre resíduo sólido mesmo. Meu sonho era organizar uma cooperativa e ser independente e tem a questão do meio ambiente, de ser ambientalista”. (Estácio)

“Meu primeiro contato foi bom. Eu era pequeno, eu largava do colégio e ia levar comida pra ela (mãe). Pra criança tudo era novidade, desde que não tinha que trabalhar. Eu não tinha muito brinquedo, eu nunca tinha visto urubu no chão, então eu achei legal”. (Tião)

A face mais produtiva do lixo talvez seja essa: pessoas que reviram o lixo, catam o material reciclável, dele vivem e sobrevivam, e sustentam há anos a reciclagem no Brasil, através da catação nas ruas, nos aterros e nos lixões. Abreu (2001,p.34), acrescenta que

apesar de todas as dificuldades, esses trabalhadores informais dos lixões e das ruas das cidades são hoje os responsáveis por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem no Brasil, fazendo do país um dos maiores recicladores de alumínio do Mundo. Além de terem um importante papel na economia, os catadores diminuem a quantidade de lixo a ser tratado pelas municipalidades. Possuem muitos conhecimentos específicos e habilidades para identificar, coletar, separar e vender os recicláveis. Garimpam no lixo o nosso desperdício de recursos naturais que retornam ao processo produtivo como matérias-primas secundárias .

Sob sol ou chuva, os catadores de lixões ou aterros, realizam um trabalho diário que geralmente não permite nem mesmo uma folga aos domingos. Munidos de enxada ou foice, com sacos nas costas, reviram o lixo que acabou de ser deixado pelo caminhão. Se para a sociedade, o lixo trazido é algo que não presta mais, assumindo um caráter final, para os catadores é o princípio e meio de se chegar ao objetivo de sobreviver, através da comercialização do material coletado (vidros, alumínio, papel, plástico e borracha).

Sem proteção ou normas de segurança como no caso de catação em lixões, os catadores se aventuram ao inesperado, uma vez que o risco de cortes é constante com vidros quebrados e/ou outros, ao violarem as sacolas de lixos. A tarefa é árdua: há a existência da concorrência, a qual se faz necessário ter gestos rápidos para a coleta do material. O “ritmo de trabalho” (SOUZA,1995,p.88), no entanto, não depende somente da concorrência, mas também da rotatividade dos caminhões. A autora Souza (1995,p.88), ao analisar o trabalho dos catadores no Aterro de Jardim Gramacho, nos relata que

o ritmo de trabalho é fixado pela intensa rotatividade das carretas e rapidez do trator. Na chegada de cada caminhão, a visão que se tem é de um “formigueiro humano”. Os catadores sobem nos caminhões e, enquanto o material é despejado “mergulham” nas montanhas de lixo na busca do melhor produto.

No caso de aterros, geralmente há a presença de uma organização, visto que existem empresas que controlam os mesmos e procuram instalar técnicas de segurança do trabalho: botas, luvas, macacões. O que, no entanto, não afasta também o perigo eminente de acidentes. Também se presencia certa organização do trabalho dos catadores: há casos de formação de associações e cooperativas.

Com o trabalho de catação, os catadores conseguem obter um ganho para o seu sustento diário. Ganho este relativo, visto que depende de sua produtividade. Contudo, não conseguem obter lucratividade, a qual se concentra nas mãos dos atravessadores – compradores do material reciclável coletado. Este ganho também é percebido pelos donos de depósitos que muitas vezes exploram os catadores. “A exploração destes donos de depósitos é tão desenfreada que, até mesmo no peso os catadores são roubados. De acordo com alguns depoimentos, a balança dos sucateiros é ‘mexida’ para pesar menos” (SOUZA,1995,p.111).

Como já apontado anteriormente, as indústrias também são beneficiadas. De acordo com Falcão (1999,p.01), “a indústria brasileira descobriu o grande filão: a reciclagem (...) As grandes empresas estão correndo atrás da economia dos custos de produção, principalmente com energia elétrica, matéria-prima e mão-de-obra” . Estácio acerca disto, nos relata que para os catadores a

“Coleta seletiva é bom pra inglês ver, mas ela no final é pouco, só ela não dá o retorno... A gente tem que assumir toda a cadeia produtiva, desde a coleta e sair da mão do atravessador. Existe quatro etapas para se chegar à indústria: você coleta, tem o sucateiro, o reciclador para depois chegar à indústria, e o último a ter o ganho é a gente ali. A pirâmide é inversa, quando 90% do trabalho é da mão do catador e 10% são os outros.

O ganho do catador também pode ser relativo em virtude de sua condição de ser *organizado* (integrante de cooperativa) ou não, fato este que também influencia no modo como percebem a pobreza. De acordo com os catadores entrevistados:

“Eu não vejo este tipo de coisa (pobreza). O catador hoje tira na base de R\$500,00 ou R\$600,00, se bobear ele tira até R\$1.000,00 depende do material reciclável, mas o catador organizado. Agora, a maioria não quer se organizar, se vai lá no lixão, o cara tira até R\$50,00 por dia, às vezes tira mais do que a gente aqui, mas ele não tem direito a nada... de repente fica doente, e aí?”. (Estácio)

“Eu não me acho muito pobre não, pelas condições de vida que as pessoas hoje apresentam em geral no Brasil eu não me acho muito pobre não. Dá pra sustentar o básico, ta dando pra botar o filho no colégio, poder estudar, ter alguns móveis, essas coisas. Então não é uma vida maravilhosa, mas eu também não gosto de ficar reclamando tanto assim não... Na minha casa nunca passamos necessidades. Minha esposa trabalha, ajuda, então assim, nunca passamos necessidades, minha filha nunca foi desprovida de nada por eu ser catador”. (Tião)

Cabe aqui considerar o quanto se faz necessário escutar o próprio sujeito desta história, compreendendo sua problemática. Isto porque, contrariando a tantos rótulos que a sociedade lhes atribui, os catadores não apenas passam pela vida, eles a pensam e buscam saídas. Conforme análise de Abreu (2001,p.30), os catadores

não são destituídos de conhecimento e de habilidades, ao contrário, são fonte de conhecimento e de sabedoria e tomam decisões baseadas numa compreensão e avaliação precisas de suas necessidades. Deve-se ter respeito à capacidade dos próprios catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos.

O catador Zumbi, ao expor sobre a questão da pobreza nos diz que:

“A necessidade tá em cada cantinho, tudo mundo tá passando necessidade em nosso país. Tanto no sertão, como nas grandes cidades... Então acho que a pobreza é uma coisa muito séria em nosso país. Não adianta fazer projeto aqui, projeto dali, que não vai expandir, não vai ajudar toda a população, porque existe políticos e políticos. Existe político que luta pelo social, que quer fazer inclusão social, que quer lutar pelo trabalhador, pelo pai de família, sem esse negócio de cesta básica, de cheque...E também político que só querem saber do bem do seu bolso. Eu vou falar pra você, eu sou catador mas não sou pobre não. Por causa de quê? Vou falar pra você: eu tenho casa própria, não tenho um emprego fixo, mas tenho uma ocupação, catador é ocupação. Tenho uma ocupação pra minha mente, que é me dedicar a minha família, ao Movimento Nacional e à Associação, e sou rico de saúde. Eu acho que aquelas pessoas pobre, pobre mesmo são aquelas que não tem uma casa, não tem uma saúde legal, assim, que moram na rua, às vezes nem porque quer, mas por necessidade. Eu não me considero uma pessoa rica, me considero uma pessoa batalhadora que consegue vencer os obstáculos na vida”.

Em suas histórias, as marcas da pobreza não são recentes. Elas vêm de longe, no entanto, parecem encontrar no lixo a confirmação de que o material reciclável se torna uma nova possibilidade de trabalho viável, tirando-os da marginalidade econômica. Esta nova possibilidade exige um exercício cotidiano de tentativas como forma de conseguirem provocar algumas alterações que possam imprimir um sabor a mais de qualidade a seu mundo como relata Tião:

“Nunca tive uma vida muito boa, mas é claro que a gente quer melhorar. Mas melhorar pelo trabalho. Então eu acho que tudo na minha vida vai acontecer a partir que meu lado profissional cresça. Então, pelo amadurecimento profissional vale você passar por qualquer coisa”.

Alterações essas que vislumbram possibilidades de materialização através do posicionamento reivindicatório em que muitos catadores vêm assumindo perante o poder público e a Sociedade Civil. De acordo com Estácio este posicionamento é necessário:

“A gente tem que passar para os catadores que o lixo, o reciclável é dividido em três categorias: o lixo domiciliar ele é competência do município; o lixo comercial, industrial é competência do Estado; todo aterro sanitário, ou lixão é competência do governo federal. São três esferas. Então o sujeito tem que saber bem quando faz qualquer coisa. Então, se vê, hoje o catador o que ele faz? Ele, além de coletar o lixo domiciliar e urbano, ele educa o cidadão que é competência do Estado e ainda evita que o material chegue no que é de competência do Federal, e não ganha nenhum tostão quanto a isso. Então tá na hora de agente começar com as nossas reivindicações”.

Os catadores de hoje estão levando a público, portanto, suas reivindicações. Querem do Estado a satisfação de seus pontos reivindicatórios, realizando neste processo uma publicização de sua problemática, o que indiretamente passa por um questionamento da relação Estado/Sociedade Civil, que pode comportar uma nova forma de relacionamento. Sendo assim, novas significações também podem ser construídas em torno do lixo, o que contribui para a constituição da identidade social do catador, discutida no próximo capítulo.

Isto porque, observa-se no Brasil um quadro não compatível da problemática do lixo com formulação e implementação de políticas públicas que propiciem um gerenciamento neste setor, aliado ainda à falta de conscientização da sociedade em ver que o lixo não diz respeito somente à dimensão sanitária, ao contrário, sobretudo o social, além de o ambiental e o econômico devem ser considerados de forma interligada.

Dá a necessidade que tem de se organizar e ter reconhecido o seu espaço, reivindicando contra a privatização do lixo, pela preservação do meio ambiente, pelo

reconhecimento da profissão de catador de material reciclável, pela inclusão social e pela autogestão social e econômica, através do MNCR, discutido no capítulo três.

2 A VIDA QUE SE RECICLA: IDENTIDADE, ESTIGMAS E TRABALHO NO UNIVERSO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL

“Vi ontem um bicho na
imundice do pátio
catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa
Não examinava nem cheirava
Engolia com voracidade.
O Bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O Bicho, meu Deus, era um Homem!”
(Manoel Bandeira).

INTRODUÇÃO

Para os catadores, no encontro da pobreza com o material reciclável, não só ganhos materiais estão em jogo, mas também identidades, organizações de significados acerca de si, da vida que levam, do trabalho que executam, sofrendo ainda tribulações de seu *eu*, causadas pela modernidade.

Sendo assim, discutiremos neste capítulo, o processo de construção de identidade do catador de material reciclável. Na primeira parte, faremos uma análise teórica a respeito da identidade: como se constitui, o que significa, como podemos entendê-la na modernidade e pós- modernidade.

Na segunda parte abordaremos questões específicas do universo do catador: estigmas a sua própria condição de ser humano e ao material reciclável socialmente ainda considerado como lixo, bem como ao trabalho que executam, revelando uma realidade que também expressa conquistas.

2.1 UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE

2.1.1 Compreendendo a construção de identidade

Procurando levantar questões relevantes para a compreensão da identidade, alguns pontos se fazem mister que sejam considerados. Inicialmente, falar de identidade é entendê-la enquanto processo, algo em construção. E como afirma Castells (1999,p.23) “toda e qualquer identidade é construída”, e recebe em seu percurso

“matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/ espaço” (CASTELLS,1999,p.23).

Neste viés, podemos entender que a identidade não é algo posto, dado *a priori*, nem tão pouco previsível, que se possa imaginar *a posteriori*. Antes sim, é processo de fragmentação e recomposição, num constante movimento de construção, e até mesmo de metamorfose. Isto porque, “cada um de nós não apenas tem, mas vive uma biografia reflexivamente organizada em termos do fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida” (GIDDENS,2002,p.20).

Nada pode ser medido, pois é o incomensurável que se debruça sobre nós, em termos de descontinuidades e desenraizamento, iluminando uma heterogeneidade, onde o *uno* e o *múltiplo* passam a ser componentes de um mesmo movimento, configurando uma identidade como uma totalidade.

Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança (CIAMPA,1991,p.61).

Ciampa (1993,p.200), vai afirmar também que “de um lado, o homem é ser-posto; de outro, é vir-a-ser”. Refletindo sobre estas palavras, o homem é um ser histórico, capaz de fazer a si mesmo, tendo a sua frente um leque de possibilidades de vir-a-ser e de se colocar no mundo, realizando um processo de formação de si, sua identidade.

No entanto, vale ressaltar aqui, o que Hall (2002,p.34), chamou de “descentramento final do sujeito cartesiano”, numa compreensão de que, parafraseando, o teórico Marx, “os homens fazem a história, mas apenas sob condições que lhes são dadas”. Aqui, Hall argumenta que o homem não sustenta sua condição de agente ou autor da história, visto que

não se pode negar a existência de “condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores” (2002,p. 35).

Para falar em termos de identidade individual, o homem não vai estar se “fazendo” sozinho, visto que cada um de nós participa de “uma substância humana, que se realiza como história e como sociedade, nunca como indivíduo isolado, sempre como humanidade” (CIAMPA,1991,p.68). O ser e o vir-a-ser de um, estará refletindo no ser, e no vir-a-ser do outro. É como ser mãe, porque existe um ser humano no mundo que é meu filho. Neste sentido, a identidade de um influencia na identidade do outro, processo que fornece o significado de ser- no- mundo; pois, de acordo com Castells (1999, p.22), identidade é “a fonte de significado e experiência”.

Neste sentido, o auto-conhecimento vai se dar num processo recíproco de ser reconhecido pelo outro. Como analisa Ciampa (1991,p.64), “o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc”.

A identidade também vai apresentar uma porção relativa visto que está presente em todas as expressões do homem em sua vida cotidiana. É como se a cada situação vivida houvesse uma apresentação de *ser-no-mundo*, revelando justamente a sua multiplicidade. “É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infindável transformação” (CIAMPA,1991,p.74).

Podemos entender essa relatividade através de “identidades múltiplas” analisadas por Castells (1999,p.22), ao explicitar haver um processo tensionado e contraditório nessa pluralidade. É mister que se entenda a diferenciação que se estabelece entre identidade e papéis desempenhados no dia-a-dia, para que se possa compreender a tensão existente.

Como forma de podermos distinguir identidade de papéis, Castells (1999, p. 23), vai explicitar que estes “são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”. As identidades por sua vez, representam “fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de auto-construção e individuação que envolvem”, no qual os indivíduos processam as informações e experiências vividas e reorganizam seus significados/identificação simbólica do que foi ou está sendo experimentado. Assim, “em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (CASTELLS,1999,p.23).

Neste processo, de exercício de funções e de organização de significados, o indivíduo movimenta-se entre a diferença e a igualdade. Se diferencia do outro que não lhe é igual, posto que é *uno*. Se iguala ao outro, de acordo com os papéis desempenhados nos vários grupos sociais a que faz parte. Portanto, a identidade deve ser pensada “a partir do movimento e não da permanência, reconhecendo que o seu campo é o campo da alteridade, da diversidade, da diferença” (MARTINELLI,1998,p.142); se determinando na relação com o outro e na relação que o indivíduo possa ter consigo mesmo.

Acrescenta-se a estas discussões sobre identidade de forma predominante, enquanto “processo de construção de significado”, que ela vai se conformar “ com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS,1999,p.22), promovendo a distinção de grupos e sociedades e organizando identidades coletivas. Isto porque a cultura pode ser entendida enquanto a expressão de uma parte da sociedade, seus costumes, suas representações e significados, e sua forma de se posicionar no mundo, influenciando a construção de identidade.

Alguns questionamentos podem ser articulados como forma de compreensão dessa construção: “como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (CASTELLS,1999,p.23). A questão aqui é tentar descortinar o processo de construção de identidade coletiva. Para Castells (1999,p.23),

em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem.

O ponto de análise é compreender que a construção social da identidade se dá em uma conjuntura marcada por relações de poder. Isto porque vivemos em sociedade, onde as relações sociais não se caracterizam por justaposições dos indivíduos numa possível simetria.

Ao contrário,

a sociedade humana é atravessada e impregnada por um coeficiente de poder; ou seja, os sujeitos individuais não se justapõem, uns ao lado dos outros, em condições de simétrica igualdade, mas colocam hierarquicamente, uns sobre os outros, uns dominando os outros. Torna-se assim uma sociedade política, uma cidade. Este coeficiente que marca as nossas relações sociais como relações políticas e que caracteriza nossa prática social envolve os indivíduos na esfera do poder (SEVERINO,1998,p.48-49).

Diante disto, há de se considerar a possibilidade de existência de distinção de formas e origens de identidades haja vista a atividade cognoscitiva do homem, podendo reproduzir os

valores cristalizados se curvando a um “discurso ideológico que permeia todos os demais discursos da consciência explícita dos homens” (SEVERINO,1998,p.53); ou inaugurar um processo de rompimento, um “discurso contra-ideológico (...), capaz de desvendar, de desmascarar esse primeiro discurso”, como completa Severino (1998,p. 53). Caminhando assim, em busca de uma outra forma de ser no mundo, com uma identidade não padronizada, distanciando-se do que seria para Castells (1999), de uma “identidade legitimadora”.

Para compreendermos este conceito de Castells (1999,p.24) o autor apresenta uma análise de formas e origens distintas de identidades que compreendem três tipos, a seguir:

- Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (...);
- Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes (...), e
- Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constróem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Em termos de identidade legitimadora vai estar presente, portanto, uma lógica de dominação. A identidade do indivíduo/grupo/sociedade será reproduzida a partir da racionalização dessa lógica, dando origem a uma sociedade civil estruturada e organizada em prol de interesses alheios de um grupo em particular.

A identidade de resistência revela um posicionamento coletivo de resistência frente à uma opressão, que pode resultar na formação de *comunas*, ou *comunidades*. O objetivo aqui é de defender-se contra a ideologia dominante, e apoiar os limites da resistência.

A transformação da sociedade com base em um projeto de uma vida diferente se encontra na identidade de projeto. Esta não somente deseja uma outra forma de viver e estar no mundo, como também produz sujeitos à medida que os indivíduos no processo de construção da identidade se colocam contra o conteúdo simbólico fornecido pelos dominantes alcançando assim, a constituição de serem atores sociais coletivos, portanto sujeitos.

Decorre que a questão em comum entre estas três formas de identidade se coloca a partir da afirmação de Castells (1999,p.24), que diz que “nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico”. Disto, podemos perceber primeiramente um caráter de mobilidade, pois as referidas identidades estão sujeitas à troca de posições: a de resistência pode se tornar

de projeto; a de legitimadora pode, por conseguinte, vir a ser de resistência, imprimindo neste processo, portanto, o próprio movimento da realidade social, visto que “nada é tão permanente, radical ou controlador a ponto de impedir que novas possibilidades sejam construídas” (JUNCÁ,1996,p.47) e novas posições sejam assumidas.

Ainda sobre a afirmação de Castells (1999), o componente histórico reassume aqui destaque para análise pela necessidade de se situar historicamente a constituição de uma identidade, para fugir do perigo de estar sendo atemporal na busca de sua compreensão.

Assim, para não correremos o risco de realização de abstrações, traremos aqui discussões acerca da construção de identidade na Modernidade Tardia ou Pós-Modernidade.

2.1.2 A identidade na Modernidade

Alguns pontos sobre a identidade na Modernidade já foram anteriormente sinalizados e podem ser retomados como forma de compreendermos no todo o que representa a organização dos significados na era das incertezas.

Falar de incertezas indica que a razão, a unificação, a padronização foram abaladas diante de uma nova ordem social, o Mundo Moderno. “A Modernidade é essencialmente uma ordem pós-tradicional” (GIDDENS,2002,p.25). Neste sentido, afastou-se de normas pré-estabelecidas, de práticas sociais consolidadas anteriormente, onde “a percepção de que o ambiente social e natural estaria cada vez mais sujeito ao ordenamento racional não se verificou” (GIDDENS,2002,p.33).

A Era Moderna nasce tendo como marco o processo de industrialização. Em sua constituição também se apresenta o capitalismo, que expande a competição, abre as fronteiras do mercado e envolve também a venda da força de trabalho.

Um dos seus produtos compreende a formação de Estado/Nação. Uma nova forma distinta de sociedade é estruturada, pois prevalece a organização: “o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas” (GIDDENS,2002,p.22).

As mudanças desencadeadas no modo de produção envolvendo novas relações sociais, engendraram transformações profundas no seio da sociedade alterando modos de trabalho e vida, imprimindo alterações na cultura pré-moderna.

O mundo moderno é um ‘mundo em disparada’: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores (GIDDENS,2002,p.22).

Diante destas transformações, o que na ordem tradicional (pré-moderna), era estável e ritualizado nas culturas, passa agora a ser descontínuo, provocando o declínio de “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social (...), fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL,2002, p.07).

É, portanto, o processo de descentração do indivíduo: suas bases e seus referenciais que o guiavam pelo mundo lhe fornecendo localização de si e de indivíduo social são assoladas “esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar de mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo” (HALL,2002,p.09).

Sendo assim, não existe mais essência e certezas. O ser considerado *uno* passa a defrontar-se com a fragmentação e a multiplicidade, pois à sua volta um mundo social também se fragmentou e se transformou, as sociedades modernas complexificaram-se atingindo um novo patamar em fins do século XX que por uns é denominado de pós-modernidade, por outros modernidade tardia. Aqui, o traço determinante é a globalização que envolve uma complexidade de processos e forças de transformação e escala global, superando limites e fronteiras nacionais e culturais, interligando povos e comunidades; provocando o que Giddens (2002,p.220), denominou de “separação de tempo e espaço”.

A globalização da atividade social que a modernidade ajudou a produzir é de certa maneira um processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais – como aqueles envolvidos no sistema global de estados-nações ou na divisão internacional do trabalho. Entretanto, de modo geral, o conceito de globalização é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço (GIDDENS,2002,p.27).

Produto do avanço da tecnologia de comunicação, a globalização permite a “compressão de distâncias e de escalas temporais”, a ponto de sentirmos que “o mundo é menor e as distâncias mais curtas, e que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância” (HALL,2002,p.69).

Isto resulta em uma nova forma de se pensar o local e o global. “A dialética do local e do global” (GIDDENS,2002), deve ser compreendida em termos de uma nova articulação, em um movimento contraditório, que ao mesmo tempo em que busca a homogeneização do mundo globalizado, se depara também com um caminho rumo ao local, o diferente, produzindo “simultaneamente novas identificações globais e novas identificações locais” (HALL,2002,p.78).

Se a ancoragem em tradições, e em identidades já postas centralizadas no indivíduo, já não é mais possível, o sujeito da pós-modernidade se vê diante desse movimento local/global, como impotente, caminhando entre as dúvidas e incertezas. Incertezas quanto ao seu lugar, seu porto seguro a que se ancorar, sofrendo ainda as conseqüências das transformações no Mundo do Trabalho que contribuem para o seu descentramento, no sentido de perda de sua importância como necessário para a manutenção do sistema capitalista, como é o caso do catador de lixo.

Sendo assim, também condições de vida e sobrevivência são alteradas bem como a própria constituição enquanto sujeito. Neste sentido, transformações no Mundo do Trabalho e transformações societárias mesclam-se e aglutinam-se fazendo com que o indivíduo perca sua referência. Referência por exemplo, quanto ao significado do trabalho no mercado formal rumo a uma reconstrução de representações em torno do trabalho, agora informal.

Para o catador de lixo esse seria um ponto de excelência em sua constituição enquanto sujeito visto que, desconstrói uma visão padronizada e legitimadora para reconstruir suas significações em torno do lixo, com possibilidades de construção de uma identidade de resistência, que lhe proporcione colocar-se neste mundo atribulado.

Aos sujeitos que vivem as incertezas, portanto, resta reencontrarem-se nesta panacéia desvairada, tentar superar a crise de identidade que lhe assola e fragmenta, mas, que ao mesmo tempo, o constitui, posto que é um indivíduo em permanente construção de sua identidade.

O reencontrar-se pode ser entendido, enquanto as escolhas por modos de vida diante de um leque de caminhos e possibilidades que se abrem ao sujeito; haja vista a desconstrução de identidade nacional e de uma cultura nacional – algo que seja unificador e subordinador da alteridade na modernidade tardia.

No entanto, todas essas questões presentes acabam por alterar a própria constituição do sujeito em sua atividade individual bem como em seu *eu*. Viver sob a égide da crise, das incertezas do mundo do trabalho, da dúvida sobre as grandes teorias sociológicas, da revisão de valores, enfim, de uma gama de aspectos que marcam a pós-modernidade pode ser algo perturbador e ameaçador para a organização de significados.

A natureza suscetível à crise da modernidade tardia tem assim conseqüências desestabilizadoras em dois aspectos: ela alimenta um clima geral de incerteza que o indivíduo acha perturbador por mais que trate de removê-lo da linha de frente de suas preocupações; e inevitavelmente expõe todos a uma diversidade de situações de crise de maior ou menor importância, situações essas que podem algumas vezes ameaçar o próprio centro da auto-identidade (GIDDENS,2002,p.171).

Para o enfrentamento das perturbações, portanto, “o eu se torna um projeto reflexivo...” onde, tem que ser “... explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social” (GIDDENS,2002,p.37).

Acrescenta-se a estas colocações de Giddens (2002), acerca da reflexividade, as análises de Castells (1999), que defende haver também neste processo de constituição do eu pós-moderno que estaria já na fase da sociedade em rede, uma indução de novas formas de mudança. Assim, Castells afirma que

o surgimento da sociedade em rede traz à tona os processos de construção de identidade durante aquele período (modernidade tardia), induzindo assim novas formas de transformação social. Isso ocorre porque a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais (CASTELLS,1999,p.27).

Neste sentido, falar em organização de identificação simbólica é compreender que ela vai ocorrer na “Sociedade em Rede” como defende Castells (1999,p.27), “no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunitários” haja vista as imposições globalizantes e informacionais que causam tribulações e influências no processo de identidade.

Apresenta ainda o autor, a idéia de que esta defesa/resistência comunitária originaria o desenvolvimento da identidade de projeto, que seria o germe da transformação social. A possibilidade de viver seguro em um “paraíso comunitário”, “de responsabilidade coletiva, em detrimento dos projetos individuais” (CASTELLS,1999,p.86), ofereceria ao sujeito a (re) construção de sua identidade.

Assim, “é possível que, dessas comunas, novos sujeitos – isto é, agentes coletivos de transformação social – possam surgir, construindo novos significados em torno da identidade de projeto” (CASTELLS,1999,p.86), em busca de seus direitos equacionados pela nova ordem global.

Estando, portanto, em movimento, realizam movimentos que trazem em si suas auto-definições, suas identificações simbólicas, e podem se posicionar enquanto sujeitos ativos; revelando uma “política de identidade – uma identidade para cada movimento” (HALL,2002, p.45). Estas questões são analisadas no capítulo três, a partir da fala do próprio sujeito catador. Continuaremos a abordar a questão da identidade e da defesa da condição humana do catador postergada socialmente pelos estigmas sociais que lhes são atribuídos.

2.2 CATADOR: ENTRE ESTIGMAS E IDENTIDADES

2.2.1 O lugar dos estigmas

Se temos condições de situar a crise de identidade como produto da Modernidade, o mesmo não podemos fazer com a problemática do lixo. Desde as sociedades primitivas há a produção de lixo. O que vai variar é o tipo de lixo produzido, compreendido em cada contexto histórico, bem como sua quantidade e forma de tratamento.

A variação só não vai ser observada na forma de representação sobre o lixo: desde que o mundo é mundo, o lixo, o resto, é algo de que queremos ver longe de nós.

Com base em observações arqueológicas, hoje é possível afirmar-se que na pré-história já se queimava o lixo em locais pré-determinados, supostamente para eliminar o mau-cheiro dos resíduos. Isto indicaria que desde tempos imemoriais há dificuldade em se conviver com restos que cheiravam mal (EIGENHEER,1999,p.39).

Ainda sobre as apreensões que predominam na sociedade sobre o lixo, Juncá (2004,p.72), expõe que

lixo é resto, é o que não presta é o que perdeu sua utilidade, já não serve para mais nada e se tornou um incômodo e perigoso refugio. Mesmo produzido pela própria sociedade, de alguma forma é negado, é ignorado e a alternativa mais imediata para fazer frente a tal problema encontra-se no ato do descarte, mantendo-o a uma distância segura.

O lixo está confinado, portanto, a uma “apartação”. De forma geral, não queremos tomá-lo “como presença decorrente do viver” (EIGENHEER,1999,p.09), não só do individualmente produzido como também do socialmente. Como a sociedade de consumo pode admitir que esteja chegando a seus limites de produção de lixo? Seria no mínimo, questionar as suas próprias bases.

A crise de *o quê fazer e como tratar* o lixo pode ser encontrada em nossa sociedade que, ao se complexificar e se modernizar com o avanço tecnológico (que imprimiu mudanças nos costumes sociais) acabou por produzir mais, consumir mais, e excretar mais. Ocorre que em nosso sistema simbólico rejeitamos “elementos inapropriados” (CARREGAL,1993,p.15), que representam o profano, a sujeira, e caminhamos rumo à pureza, à divindade.

No entanto, para quem lida diretamente com o lixo, através da catação de material reciclável, as significações deste, que giram em torno de um pólo positivo, parece ter destaque:

“Tudo é matéria-prima, o petróleo um dia vai acabar, a bauxita um dia vai acabar, a madeira... Se você não preservar um dia vai acabar. Então, quer dizer o reciclável é tudo nas nossas vidas, é questão de preservar a natureza e preservar nossos filhos e nossos netos também... Então a gente tem que ter essa visão, que é matéria-prima, o plástico, o petróleo tá sendo queimado. Quer dizer tá afetando a camada de ozônio, abrindo o buraco negro... A tendência é aumentar o material reciclável. O consumismo tá aí, não adianta, eles querem lançar embalagem mais bonita, então quer dizer, alguém tem que travar isso. A nossa criação, nós não fomos criados nesse sentido, agora hoje com a globalização nós temos que começar a avançar e pensar num futuro melhor para todo mundo”. (Estácio)

“Lixo para mim pode ser um milhão de reais, porque você pode ter um milhão de reais na tua conta de um monte de corrupção, pra mim tudo é um monte de lixo, aí não serve pra nada, não muda a vida de ninguém, só atrapalha cada vez mais a vida das pessoas. Então é um milhão de notas, em valor que não é nada, é lixo, muito mal serve pra você ser pobre. Agora, já o lixo que você vai lá e vê, é outra coisa, é material reciclável, é vida, é cidadania, é inclusão social, é resgate da cidadania das pessoas, é trabalho, é auto-estima, é preservação da natureza, é um monte de coisa. Então lixo pra mim é a política do Brasil, essa política é um lixo, a corrupção é um lixo...”. (Tião)

Os catadores entrevistados expressam assim, significações diferenciadas, seguindo tanto a via da questão ambiental quanto da questão político-social. Através de suas falas, podemos observar que o uso da terminologia *lixo* indica uma associação a algo negativo, no caso representado por corrupção. Quando realizam menção a terminologia *material reciclável*, parecem querer indicar a representação do positivo, através da defesa do meio ambiente, da inclusão social. Como relata Zumbi: *“O lixo pra mim não é nada, a minha onda é o material reciclável. O material reciclável pra mim é dinheiro, ele é fonte de renda, meu capital de giro... Jamais vou esquecer aquilo que me sustentou e me sustenta até hoje que é o material reciclável”*.

Mas, apesar desse pólo positivo do lixo enquanto material reciclável, persiste na nossa sociedade o processo estigmatizador. Neste processo, não somente o lixo é rejeitado como também as pessoas que com ele se envolvem, pois nele não há apenas resíduos ou mortes, mas também há vidas. Pensar o lixo é mexer um pouco no foco da lente e também visualizar relações que se desenrolam em seu entorno. Eigenheer (1999), acerca do aspecto negativo ao redor do lixo, expõe que,

tanto as pessoas que trabalham com lixo como os locais em que ele é disposto recebem tratamento negativo similar a de pessoas e espaços ligados a outras produções” da sociedade, igualmente antigas e indesejadas, como cemitérios, manicômios, hospitais terminais, prisões, áreas de prostituição e albergues para mendigos. São lugares malditos, relegados de preferência aos ‘cantos’ e a ‘periferia’ da cidade. Aqueles que trabalham nesses lugares são discriminados, e em muitos casos considerados cidadãos de terceira categoria. (EIGENHEER,1999,p.16)

Socialmente, o lixo e o que ou quem a ele se relaciona passam a ser estigmatizados, visto que fogem ao estereótipo pré-moldado socialmente tanto de matéria-prima para o trabalho como o trabalho a ser realizado e quem o realizará. O estigma influencia a visão negativa sobre o catador e sobre o material reciclável sendo o primeiro desconsiderado de sua condição humana e o segundo, se torna apenas lixo.

A expressão “quem com lixo mexe com ele se parece”, já diz o atributo social, revela um caráter depreciativo que caracteriza um estigma. Criar rótulos, classificações, categorizações em quem expressa o diferente do que possa ser aceitável socialmente, é assim que podemos entender o estigma, construído quando o indivíduo, de acordo com Goffman (1975,p.7), “está inabilitado para aceitação social plena”.

Assim, como fica a identidade de quem está em uma situação de estigmas? Como fica a identidade do sujeito que é um catador?

É interessante aqui ressaltar que o catador não carrega estampado em seu rosto uma placa que o identifica como tal. Não é como o deficiente físico, por exemplo, que na falta de uma prótese, não consegue esconder a ausência de um membro. Fora de seu lugar de trabalho, trajando roupas limpas, como saber sobre seu ofício, suas ferramentas e seu material de trabalho?

A problemática parece girar em torno das informações que comumente fornecemos sobre nós mesmos como o local de moradia, fonte de renda, ocupação exercida, trabalhos já realizados. Informações estas que nos situam do nosso lugar, nos identificam e contam ou refletem um pouco do que somos, “é a história se concretizando” (CIAMPA,1993,p.23).

Certa vez, ouvi de uma catadora, Sra. E.: “Quando vamos procurar emprego fora daqui, não podemos dizer que moramos perto do lixão não, tem que esconder, senão não dão emprego não”.

Isto porque, morar perto de um lixão pode significar (ou não), conviver com a sujeira, com a imundície, e os seres que comumente convivem com isso são os ratos, urubus, moscas. Neste momento, tira-se o catador da esfera da humanidade, da possibilidade de se dizer ser humano ao compará-lo a um bicho. É um bicho capaz de viver num lixão e do lixo sobreviver.

Goffman, (1975), ao falar das atitudes dos “normais” vai expor que

por definição, é claro, acreditamos (nós – normais), que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN,1975,p.15)

As atitudes dos “normais” reflete pois, a existência de um “mundo desumanizador” nas palavras de Ciampa (1993,p.227), no sentido de não só entendermos juntamente com o autor que ele “é um mundo humano, produzido pelo próprio homem, que assim se faz homem (como produtor do mundo humano), ao mesmo tempo que se faz não-homem (como produto do mundo desumanizador)” como também poderíamos acrescentar que é um mundo que cria o poder de retirar a identidade humana do ser que é estigmatizado.

Neste sentido, “a progressiva concretização de uma identidade será sempre, antes de mais nada, uma questão política” (CIAMPA,1993,p.216). E o quanto não deve ter se espantado o nosso poeta Manoel Bandeira ao ver que “o Bicho, meu Deus, era um homem”!

“Bichos” em contraponto aos “normais”, “vagabundos” em contraponto aos “turistas” (BAUMAN,1999), dois pólos dicotomizados, porém não equilibrados, ao lembrarmos do ditado popular: a corda sempre arrebenta do lado mais fraco.

Se, estão em desvantagens, colocados nas franjas da sociedade, os catadores agora vivem em fios da humanidade; sentindo sua identidade sendo deteriorada e outra lhe sendo atribuída; a de serem considerados bicho. Cardoso⁸ (apud JUNCÁ,1996,p.116), revela as terminologias “reviradores de lixo e vira-latas humanos” para os catadores de São Paulo. Buarque⁹ (apud JUNCÁ,1996,p.116), traz a terminologia “homem-gabiru” para Pernambuco, no sentido de que “procria velozmente, produz repugnância e mostra o lado sujo do Ambiente”.

Em meados dos anos 90, ganhou projeção nacional a reportagem que afirmava que os catadores do lixão de Olinda comiam órgãos humanos. Este tipo de reportagem só contribui para a reprodução do estigma, e torna ainda mais difícil a trajetória de vida do catador: além de lutar pela sua sobrevivência luta também, pela sua condição humana.

Inclui-se nesta discussão, o fato também de verificarmos uma generalização da sociedade ao perceber de forma padronizada as pessoas que se colocam nos mesmos espaços físicos dos catadores. Os catadores de rua, por exemplo, sofrem preconceito quando são confundidos com mendigos. É o que relata o entrevistado Estácio que, em seu discurso acaba por repassar também uma certa marginalização em relação a estes:

“As pessoas tem visto o catador como um pobre coitado, miserável, marginal... Muitas pessoas confundem o catador com povo de rua, muitos confundem. O povo de rua não quer

⁸ CARDOSO, Beatriz. “Os deserdados”. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, v.15, n.154, p.22-27, jul. 1992.

⁹ BUARQUE, Cristóvam. “Pequeno Glossário de Termos da apartação”. **Proposta**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 61, p.34-39, jun. 1994.

saber de nada, pega comida em butiquim, deita em qualquer lugar. O catador não. Ele morre de fome se ele quiser, ele sabe se virar, catador é trabalhador. Catador sai de manhã cedo, com carrinho dele, já tem os pontos dele, ele pega o material, vende e sustenta a família dele”.

Sua identidade é, portanto, manipulada, e um caminho de penitência lhe é traçado, marcado por um sentimento de impotência diante dos fatos que causa tribulações sobre o *eu* do sujeito em nossa sociedade. O entrevistado Tião, quando falava sobre seu primeiro contato com o lixo, relatou um momento de sua vida marcado pelo estigma social (que o fez desprezar o trabalho da catação), posteriormente superado:

“O que me levou a não gostar do trabalho foi quando eu tinha 12 anos de idade. Minha mãe foi a primeira pessoa aqui a dar uma reportagem no Globo Repórter, aí fiquei marcado pelo filho da lixeira, o cara que sobrevivia do lixo, então isso me afastou muito, muito, muito mesmo... Ninguém sabia como era a minha vida, eu era um aluno como os outros, mas fiquei marcado. E aí era pior porque eu fui crescendo e foi ficando cada vez pior. Uma vez fui com a namorada no baile, e os camaradas anunciaram ‘Qual é, mando alô pro Tião, filho da lixeira’, isso me magoava profundamente, eu chorava”.

No entanto, seguindo uma legitimidade do pensar social, de estigmatizar o diferente, também o catador revela sentimentos de outrora estigmatizantes:

“Eu era criança, a gente via o lixeiro passar, pegar o lixo e ir levar, eu jamais ia imaginar que existia um lugar assim, que todo o lixo vem. Pra mim, eles pegavam o lixo e assim, sei lá. Quando a primeira vez que eu vim pra cá eu achei estranho. Assim, que eu vim de um mundo diferente, eu morava na zona da Leopoldina, perto da Getúlio Vargas no Rio, então é uma cultura diferente. Você não tá acostumado a ver lixo na rua... Mas é difícil você ver uma pessoa assim (como mendigo), só mendigo mesmo, entendeu?” . (Estácio)

A isto podemos relacionar uma “identidade legitimadora” (CASTELLS,1999,p.24), dentro de nós que acaba por conduzir nosso pensar e agir. Algumas vezes nos tornamos impotentes diante de fatos que socialmente fogem da normalidade pregada pelo conjunto de leis e regras instituídas pela complexidade desenvolvida na Modernidade.

Giddens (2002), ao analisar o sentimento de impotência na sociedade pós-tradicional nos diz que

em contraste com o mundo tradicional, em que supõe que o indivíduo tinha controle substancial de muitas influências que davam forma à sua vida, nas sociedades modernas esse controle passou para agências externas (...). o que era originalmente humano torna-se alheio; os poderes dos homens são experimentados como forças que emanam de um ambiente social objetificado (GUIDDENS,2002,p.177).

No entanto, os catadores presos nas amarras da estigmatização, ainda assim se colocam em movimento. Mesmo se desfazendo a cada dia aos olhos da sociedade, pois de acordo com suas falas “*a sociedade nos coloca na posição de nos sentirmos pior do que o lixo*”, se fazem constantemente perante si um bicho-humano, e se reencontram a cada nascer do sol, através do seu trabalho e de seu processo de luta. Reconhecem que a “*mudança teve que vir de dentro de mim primeiro, para depois mudar minha família, meu bairro e a sociedade*” (Tião).

Assim, enfocaremos a seguir a defesa de identidade dos catadores, através da categoria trabalho.

2.2.2 O lugar do trabalho

O homem moderno se organizou em sociedade, mas antes disso precisou organizar a sua humanidade, categoria que o colocou num patamar acima dos animais, num processo de “*progressiva humanização da espécie humana, que se elevou acima das condições de existência animal*” (CIAMPA,1993,p.209), construindo assim sua identidade humana.

Perder esta identidade seria, portanto, equiparar-se a um animal. Mas o que fazer quando não a perde-se, mas sim a tiram do indivíduo? Eis, portanto a questão do catador que, não tendo alternativa no mercado de trabalho busca no lixo uma alternativa de sobrevivência; e ao conseguir um ganho material – concreto – acaba por perder perante a sociedade, um pouco de sua humanidade.

Destaca-se que a via desse processo de deterioração da identidade do catador não se expressa por uma única mão, antes sim, contraditoriamente se processualiza formas de resistência, onde os catadores

buscam concretizar sua identidade humana – em contraponto ao reconhecimento externo de malandro, marginal, bicho que come lixo – e, dentro de um espaço limitado, fazem algumas escolhas. Escolhem a via do trabalho, o discurso de provedor, de honestidade e dignidade, querendo provavelmente se reencontrar na sociedade da produção e concretizar uma nova identidade nas relações em que vão se enredando. (JUNCÁ; AZEVEDO; GONÇALVES,2000,p.84)

Assim, ancorando-se na categoria trabalho, buscam o restabelecimento dos laços com a sociedade. Esta dita as normas, cria uma identidade em torno do trabalho em contraponto à posição de vagabundo, indolente e preguiçoso; a qual as identificações “*são normatizadas, tendo em vista manter a estrutura social, vale dizer, conservar as identidades produzidas*” (CIAMPA,1993,p.171).

Ser um trabalhador é, portanto, uma identificação re-posta cotidianamente no conjunto das relações sociais da sociedade moderno-capitalista que impõe identidades pressupostas aos indivíduos e dita-valores acerca do trabalho que corresponde aos interesses do capital, como dignidade, por exemplo.

Mas o que fazer quando não há mais o trabalho? Ao menos o trabalho formal? São questões que se colocam na contemporaneidade e se expressam na chamada nova Questão Social, revelando precarização do trabalho e más condições de sobrevivência como conseqüências do estágio atual do capitalismo que prevê justamente o agravamento das desigualdades sociais, reproduzindo a cultura da má distribuição de renda e do desemprego, pois a ele interessa agora o capital financeiro globalizado. Como forma de enfrentamento dessas questões e de afirmação do trabalho do catador, os catadores entrevistados revelam uma necessidade de estarem se informando:

“Eu conheço plástico bem, conheço papel bem, conheço tudo sobre material reciclável. Eu dou aula na Cáritas (Instituto Cáritas) para os catadores, pela Petrobrás, conto história de como surgiu o vidro, o papel. Nós temos apostila com tudo bem simples para eles entenderem, porque a maioria é analfabeta, então tem que ser bem simples, de catador para catador. Eu sou catador, de manhã eu acordo aqui, vou lá e cato o material. O dia que for, boto a mão no lixo, não tenho vergonha não. Vou nas indústrias, dou palestras, falo, mas, à noite eu estudo, faço pesquisa, vou para internet, eu tô sempre me aprimorando. Hoje com a globalização, se você não aprimorar, você está fora do mercado de trabalho, assim como todas as profissões... A visão que eu tenho hoje é de capacitar e orientar o catador, porque ele não é tão ingênuo, nós hoje já tamos com outra visão, tanto a questão política, nós nos organizamos”. (Estácio)

“No 3º Festival de Cidadania em Belo Horizonte, convenci o Zumbi a viajar comigo... Quando cheguei no quarto do hotel um monte de folders, aí eu falei pra ele: ‘pô cara tu acabou com os folders do Festival’, aí ele falou: ‘pô cara o desenvolvimento da categoria lá dentro da associação vai dá a partir da informação, a gente tem que levar informação’. Daí a gente criou um informativo que é o MV (Mensageiro da Verdade), onde a gente começou a criar esta questão da identidade nossa própria, de identidade de catador... Hoje eu sou muito tranqüilo pra falar assim, até hoje as pessoas acham que eu nasci assim, mas foi realmente construção. Eu fiz curso de jovem liderança, aonde eu passei a me identificar com a questão da sociologia, tive aulas de ciências políticas, de liderança, direitos humanos, Direitos Universais, o tal do Sufrágio Universal, aprendi um monte de coisa. Então assim eu fui muito bem preparado, pelos cursos do IBISS (Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social)”. (Tião)

A informação buscada se expressa pela necessidade de estarem se articulando, em prol do Movimento. A secretaria nacional do Movimento (Secretaria Executiva do Movimento Nacional dos Catadores), que fica na cidade de São Paulo/SP, está aos poucos se estruturando

para atingir a este objetivo, com a organização de *sites*¹⁰ do MNCR por meio de convênio entre a OAF (Organização de Auxílio Fraternal) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para que se expanda o acesso à *internet* entre eles, os catadores contam com o apoio de ONGs que disponibilizam tal serviço. No entanto, grande parte dos catadores não alcança esta possibilidade. Mas, anterior a esta página na *internet*, os catadores já dispunham de jornais informativos¹¹, distribuídos gratuitamente com o apoio também de ONGs e entidades. Passam, assim, a conviver com a tecnologia a seu favor, incorporando as influências da modernidade, em busca de aprimoramento:

“Depois que conheci o Movimento (MNCR) eu passei a viver coisas novas, tipo assim não gostava de celular, mas hoje tenho que andar de celular, não tinha horário marcado, aprendi a ter horário, ter agenda, aprendi a falar bem. Só gostava de lê gibis, revistas, hoje lá leio uma coisa a mais, me interessa por debates na rádio, televisão. A Voz do Brasil é uma coisa que te instrui. Não tinha acesso nenhum à internet, hoje eu tenho até endereço: zumbicatadormncr@hotmail.com e zumbicatador@hotmail.com”. (Zumbi)

Os catadores que “inventaram” o seu trabalho iniciaram a construção de uma identidade em torno da atividade que possa tanto por eles como pela sociedade ser reconhecida como tal, procurando responder justamente ao processo de re-posição da identidade de trabalhador. Querem acima de tudo, serem reconhecidos como catadores de material reciclável e desprezam outras terminologias, como por exemplo a de serem agentes ambientais:

“Houve o Congresso em Brasília e ninguém quis mudar. O catador é histórico, desde 50 anos atrás, e ele não quer mudar para agente ambiental. É catador é catador, não tem que ter vergonha de falar catador. Nós já existimos há 50 anos já, sempre foi catador e porque agora vai mudar para agente ambiental?”. (Estácio)

“Não gosto dessa palavra de agente ambiental. Porque há 50 anos as pessoas que trabalham aqui sempre se identificaram como catador de material reciclável. Trabalhamos e lutamos na questão de criar esta identidade como catador de material reciclável, conseguimos o reconhecimento da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), como catador de material reciclável. Se eu mudo hoje para agente ambiental é como se hoje eu fosse o Tião, Sebastião, e agora eu vou mudar, o meu nome vai ser José, ou qualquer outra coisa... Porque agente ambiental é igual a muitas outras coisas, por exemplo o cara que refloresta uma área que foi devastada, é um agente ambiental, mas não é catador de material reciclável... As instituições querendo levantar a auto-estima dos catadores, acabou trocando o nome catador para agente

¹⁰ www.movimentodoscataadores.org.br ou www.mncr.org.br.

¹¹ DE CATADOR PARA CATADOR. Jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Contatos: e-mail: secretarianacionalcatadores@uol.com.br
INFORMATIVO DO CATADOR. Contatos: e-mail: informativodocatador@novapesquisa.org.br ou nova@pesquisa.org.br.

ambiental: ‘eles vão ter mais orgulho e vão tá com muito mais auto-estima’... mas acho que isso é uma questão muito polêmica”. (Tião)

A questão é que parece haver uma escala de valores para as atividades exercidas em nossa sociedade e se realmente houver (como cremos que há), a atividade com o lixo estará na posição menos valorativa, precedendo a ele possivelmente o trabalho na lavoura (em áreas no interior dos Estados) e no mercado ambulante, por exemplo. No entanto, a atividade de catação é defendida pelos catadores que se vêem enquanto categoria necessária para o bem-estar da sociedade, como ressalta Estácio:

“Eu acho que nosso papel hoje é importante para a humanidade, para a natureza... Eu falo com as pessoas: esse tipo de trabalho nosso com material reciclável não existe faculdade pra isso, isso se aprende no dia-a-dia, não tem escola pra isso... Nós não estamos preocupados em só ganhar, a questão monetária, mas também ambiental. A reciclagem em si, a pessoa não tem que ver o quanto ela vai gastar, mas o quanto vai estar ganhando ali. Você tá ajudando a natureza, nesse sentido o ganho ambiental é muito grande em termos de qualquer tipo de investimento nessa área de resíduos sólidos”. (Estácio)

Contudo, este pensamento revela-se enquanto construção num processo de busca de superação dos estigmas atribuídos aos catadores, com destaque para a fala de Tião que narra como superou seus próprios estigmas:

“Depois com o tempo eu fui me curando, matando meus fantasmas e acabei reconhecendo que era um trabalho digno. Quando entrei pra cooperativa eu comecei a notar que: ninguém me dá nada, ninguém me ajudava em nada. Meus melhores amigos nunca me criticaram, me conheciam profundamente. Meus familiares nunca me desfizeram de mim por causa disso. Então eu disse: pra que que eu vou ficar esquentando a cabeça com pessoas que não são nada minha e que não contribuem nada pra mim, na minha vida? Aí eu não dei muita idéia. Então quando eu comecei a ver essa idéia de ser catador de cooperativa, de criar uma identidade, eu comecei a assumir minha identidade também de catador, do valor do trabalho que eu exercia, eu disse: ‘eu gosto de ser catador, é um trabalho digno’. E eu comecei a levantar minha auto-estima por mim mesmo.... Meu trabalho passou a ter valor a partir que eu na minha cabeça coloquei que meu trabalho tinha valor e por mais que tinha gente que dizia que não tinha valor, quem tinha que saber o grau do meu valor era eu. Eles só iam valorizar meu trabalho se eu próprio valorizasse. Hoje em dia, onde eu passo todo mundo conhece meu trabalho. ‘Geral’ sabe que eu sou da cooperativa. ‘Tião catador’, isso pra mim é um slogan”. (Tião)

A identidade de ser trabalhador aparece, portanto, “como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por uma história pessoal” (CIAMPA,1993,p.157). Ela se faz e se refaz na medida em que a história pessoal e social se processualiza. As experiências vividas pelos catadores, vão construindo

significados que são internalizados e revelam o movimento de reflexividade. Vivem numa realidade específica e com ela dialogam. É o momento em que de acordo com Giddens (2002,p.175), o eu lança-se “à proteção e à reconstrução da narrativa da auto-identidade diante das intensas e extensas mudanças que a modernização provoca”, já discutidas anteriormente.

Se na vida dos catadores há o lugar do trabalho procurando vencer os estigmas que encontram seu lugar na sociedade e incidem sobre estes sujeitos, também se observa a via do movimento organizado empreendido por eles, que se colocam no caminho de construção de uma identidade de resistência. Assim, caminhos são seguidos como forma de encontrar vez e voz na sociedade, o que podemos observar na fala de Zumbi:

“Eu queria deixar uma coisa bem clara assim, pra todas as esferas da sociedade, que o Movimento Nacional não tá aí pra competir com nenhum dos outros movimentos. Simplesmente o Movimento tá aí pra lutar e defender a nossa categoria que é de catador e não só a nossa categoria, como ser solidário aos outros movimentos. Pode ser o dos Sem-Terra ou qualquer outro, nós estamos aqui pra somar...Tenho a minha atitude dentro do Movimento, tenho a minha voz dentro do Movimento. Essa foi a grande vitória que eu tive ao conhecer o Movimento Nacional”.

A significação deste processo de organização será tratada no próximo capítulo.

3 CATADORES EM MOVIMENTO: A LUTA QUE NÃO PODE PARAR

“Haverá melhores condições de vida
porque nos permitimos começar”
(Petra Kelly)

INTRODUÇÃO

Numa Era onde os ganhos são para a economia e as perdas para a Humanidade, lutar e resistir parecem estar em alta, delineando para os catadores de materiais recicláveis algo que circunda a esfera do novo. Esse novo que se forma a partir do movimento social organizado, constrói o caminho em que o individual se processa através do outro, não mais sendo uno, homogêneo, mas diverso e heterogêneo.

Assim estaremos expondo aqui, as conquistas em torno do movimento social empreendido pelos catadores, o MNCR, realizando inicialmente uma análise sobre a questão dos movimentos sociais no Brasil, resgatando um pouco da história, resgatando um pouco sobre a luta dos catadores. Procuramos também refletir sobre o processo de formação de identidades dos catadores, compreendendo a significação construída em torno do MNCR.

3.1 O LUGAR DE CONQUISTAS

Os movimentos sociais no Brasil tiveram sua maior explosão e repercussão no período que vai de 1978 a 1985, num momento histórico marcado por transições na área política e por problemáticas crescentes nas áreas econômica e social. Problemáticas estas que fazem despertar inquietações na sociedade civil que se expressa através de vários segmentos: movimento operário, movimento sanitário, movimento sindical urbano, movimentos sociais urbanos, movimento ambientalista e outros. Interessa-nos aqui, realizar uma exposição sobre os movimentos sociais e em particular, sem intenções extremas de um resgate histórico, capturar pontos/fatos que se destacaram na trajetória do movimento ambiental e do movimento

social empreendido pelos catadores de material reciclável, chegando ao seu ponto de encontro e desdobramentos para os catadores.

Tais movimentos revelaram novas formas de lutas suscitadas especialmente a partir da *crise do milagre*, se diferenciando das lutas sociais ocorridas no pré-64 que compreendiam a relação capital/trabalho. Recorrendo à história para compreender este período, podemos retomar de forma breve a partir do momento da promessa de desenvolvimento assistida por todo o país.

Na década de 1960 faz-se presente uma intensa crise política. A burguesia industrial se associa aos setores militares e instauram uma nova forma de governo no Brasil: o regime militar deteriora direitos políticos e põe em recesso no país a dimensão participativa. Sem pretensão de um detalhamento histórico, apresenta-se neste período a presença do capital nacional associado ao multinacional. Pretendia-se uma modernização na agricultura como forma de resolver o atraso do país. Desenvolve-se uma tecnoburocracia civil e militar, correspondendo a uma burocracia altamente qualificada tecnicamente. Os donos de indústrias e banqueiros conseguiram facilidades para a obtenção de créditos e foram favorecidos pela política de expansão do mercado interno.

Situa-se, então, um aprofundamento da acumulação capitalista, marcando o momento de promessa do *milagre brasileiro*. No entanto, o crescimento econômico, implementado durante os governos militares, não atingiu a maioria da população. Persistiam as situações de desemprego e subempregos, as quais o *bolo* jamais seria dividido. Desenvolve-se uma despolitização das questões sociais, com conseqüente fechamento de caminhos participativos do povo brasileiro.

Neste período, instala-se a combinação da repressão com a assistência, estando o Estado no papel de mecanismo de acumulação do capital. A ampliação da política assistencial, de caráter técnico-burocrática de roupagem moderna e humanitária, confirmou o interesse de o Estado em aumentar seu poder de regular as relações sociais, mantendo sua estrutura autoritária, e abandonando por definitivo sua posição ambígua presente no populismo de décadas anteriores.

Em meados da década de 1970 o país começará a sentir os primeiros sinais da crise do governo militar. Concomitante à expansão do processo de privatização nos setores de bens de consumo coletivo, o país sofre um aumento da situação de pobreza revelando uma precarização de vida da maior parte da população brasileira, devido à compressão de seus salários. Nos finais da referida década, o período de queda nas taxas de crescimento aliado à

crise internacional do petróleo, contribui para o despertar de que o sonho do *milagre brasileiro* não se concretizaria efetivamente.

Neste momento, um governo centralizado e autoritário na tentativa de eliminar os graves problemas que incidiam sobre o sistema econômico poderia prejudicar os interesses particulares e classistas do processo de acumulação. Sendo assim, a burguesia refaz suas alianças e seu pacto de dominação e *recicla* o Estado, iniciando seu processo de redemocratização, dando-lhe uma nova face, mas conservando suas bases.

Aliado a este momento de transições políticas percebe-se uma influência da sociedade civil que através de suas pressões exercidas, aspira pela re-efervescência da democracia. Enfrentando ainda os resquícios da repressão, observa-se a presença de grupos isolados da sociedade civil que passam a despontar paulatinamente no cenário político constituindo os movimentos sociais que de acordo com Sader (1988,p.313), “foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985”. O autor completa que os movimentos sociais

expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política (SADER,1988,p.313).

A luta por melhores condições de trabalho, por melhores salários, por melhores condições de moradia, em defesa dos recursos naturais, em geral, por questões que interferiam em suas condições de vida, revelaram uma diversidade dos movimentos sociais. Cada grupo da sociedade com suas reivindicações expressava um conjunto próprio de suas significações, não homogêneas e nem padronizadas. A isto se refere o que Sader (1988,p.313), relacionou à autonomia, “suas formas de expressão são as mais variadas, mas privilegiam as ‘ações diretas’, através das quais manifestam suas vontades”.

Assim, os grupos de sindicalistas, de feministas, de negros, ambientalistas e outros, mantinham cada qual a sua identidade, pretendendo sua afirmação. Queriam ser “sujeitos de sua própria história”, indo, portanto contra “as instituições de poder estabelecidas” (SADER,1988,p.311). E neste processo, altera-se a relação Estado/Sociedade Civil através da politização das questões sociais, e incursão da sociedade no campo político, fazendo surgir, portanto, o que Sader (1988,p.17) considera de “novos sujeitos políticos” .

Questões antes tidas como privadas passaram, então a ter seu caráter público e foram incluídas nas agendas governamentais de discussões. Foi o que aconteceu com o movimento ambientalista no Brasil, que obteve como produto a afirmação da politização da questão

ambiental tendo como marco a promulgação da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, nº 6.938, em 1981¹².

Um caráter mais científico envolvia inicialmente o movimento ambientalista, por volta da década de 1950, como aponta Portilho (1997,p.12), que afirma que “as preocupações ambientais estavam restritas à preservação de espécies ameaçadas de extinção e à conservação dos recursos naturais”.

Posteriormente, ao longo das décadas, outros segmentos com interesses particulares foram aderindo ao movimento ambientalista, como ONGs, setores político e empresarial, modificando “a cara dos movimentos ambientalistas que ganham, a partir de então, a definição de um movimento complexo-multisetorial” (PORTILHO,1997,p.12).

Neste sentido, acrescentam-se novas questões a este movimento. Assim,

aos poucos, cresce a preocupação com o meio ambiente urbano e com a problemática das cidades, a partir do aceleramento da concentração urbana e da explosão demográfica. Os movimentos ambientalistas começam então a se preocupar com os problemas ambientais urbanos e com a qualidade de vida nas grandes cidades, deslocando suas lutas para temas variados como a contaminação dos alimentos, a energia nuclear, a fome, as tecnologias limpas, a saúde do trabalhador, etc. O cotidiano, o dia-a-dia, o ‘aqui e agora’ surgem como categorias centrais nestas discussões. (PORTILHO,1997,p.12)

Em 1988, a nova Constituição Federal, considerada *Constituição Cidadã*, passa a congregiar os anseios de lutas e reivindicações da Sociedade Civil, consolidando direitos sociais requeridos pelos movimentos sociais, reservando um capítulo sobre o meio ambiente¹³. No entanto, isto não seria o bastante. Era necessário continuar com o processo de luta em prol de uma maior conscientização de toda a sociedade para a questão do meio ambiente.

Verifica-se no Brasil, portanto, na década 1990, um espraiamento de consciência para a questão ambiental com destaque para a reciclagem, principalmente a partir da ECO-92 / Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, evento realizado no Rio de Janeiro que envolveu a participação de mais de 170 países.

O encontro resultou na elaboração da Agenda 21, documento que estabelece o “princípio dos 3Rs: Reduzir o consumo de produtos e o desperdício de materiais; Reutilizar e Reciclar os materiais” (ABREU, 2001, p.27). Houve uma reflexão sobre a necessidade de uma mudança de consciência por parte da população, pois envolveria além do cuidado em não

¹² Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, publicada no D.O.U. em 02 de setembro de 1981. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/6938-81.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

¹³ O Capítulo VI, Do Meio Ambiente, da Constituição Federal, Art. 225, diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

desperdiçar, a prévia seleção dos resíduos e junto ao poder público, uma correta destinação do material reciclável e do rejeito.

O documento foi gerador de uma maior preocupação de ambientalistas e sanitaristas com a questão ambiental, aliado aos elevados índices de volume de resíduos produzidos no país. Observa-se no Brasil a institucionalização de leis como a Lei de Crimes Ambientais – Leis nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998¹⁴ –, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; entre outras.

Também se destaca no ano anterior a esta, a Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997¹⁵ – que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 1º da Lei nº. 8.0001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. E ainda a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999¹⁶ que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

É ainda em 1997, que durante o 19º Congresso da ABES (Associação Brasileira de Engenheiros Sanitaristas) que se deflagra, em opinião unânime, a necessidade de implantação urgente de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos; revelando o descaso federal para com a questão ambiental. No entanto, percebe-se aqui uma maior preocupação com o nível ambiental, procurando justamente atingir os princípios representados pelos três Rs¹⁷.

Paralelamente, percebe-se um trabalho de organização e mobilização de população de rua catadora de papel da cidade de São Paulo, influenciado por religiosos católicos, ligados à Fraternidade das Oblatas de São Bento e à Organização de Auxílio Fraternal – OAF, no início da década de 1980. O resultado deste trabalho foi a organização de uma cooperativa – a COOPAMARE, que obteve em 1989 a colaboração do poder local, o estabelecimento de parcerias com ONGs, e projeção de sua experiência chegando até Belo Horizonte/Minas Gerais.

Na cidade de Belo Horizonte, foi formada a Equipe de Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, dando início a um trabalho tanto de incentivo a organização

¹⁴ Publicada no D.O.U. em 13 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.silex.com.br/leis/l_9605.html>. Acesso em: 27 maio 2006.

¹⁵ Publicada no D.O.U. em 09 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.silex.com.br/leis/l_9433.html>. Acesso em: 27 maio 2006.

¹⁶ Publicada no D.O.U. em 28 de abril de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9795.htm>.

¹⁷ Esta preocupação de acordo com Portilho (1997,p.13) pode ser constatada na “pesquisa sobre meio ambiente realizada pelo Ibope, em junho de 1996. Nesta pesquisa, ao serem solicitados a apontar os três problemas ambientais mais graves da cidade do Rio de Janeiro, dentro de uma lista de dez itens, a maioria dos cariocas (62%) apontou o acúmulo de lixo e entulho nas encostas, nos rios e nas ruas”.

dos trabalhadores, quanto à resistência de preconceitos sociais fortemente presentes na cidade. Seu resultado compreende a criação da ASMARE, oficialmente fundada em 1990.

Assim, impulsionados a princípio pela ação de agentes externos e organizações sociais, como a Pastoral, e ONGs, num trabalho que foi iniciado com os catadores em São Paulo, posteriormente em Belo Horizonte, Porto Alegre e que se multiplicou em várias cidades do país, os catadores passaram a empreender uma luta pela legitimação da atividade que exercem em prol de reconhecimento social e busca de inclusão social com políticas que privilegiem o catador de material reciclável nos projetos e programas de reciclagem, incluindo não somente a problemática dos catadores de rua, como também de lixões e aterros.

Em 1998 é criado o Fórum Nacional Lixo & Cidadania, resultado de um encontro de órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas que atuam em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano e na área social. São aproximadamente 40 entidades, como o CEMPRE, a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), CEF (Caixa Econômica Federal), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Pastoral da Criança, entre outras, que se comprometeram com a implantação do Programa Nacional Lixo & Cidadania, que tem como objetivos a

erradicação do trabalho infanto-juvenil nos lixões, propiciando a inclusão social, com cidadania, das crianças que trabalham no lixo; a geração de renda para as famílias de catadores, prioritariamente na coleta seletiva; e a mudança radical da destinação final de lixo, acabando definitivamente com os lixões no Brasil (ABREU, 2001, p.39).

Concomitante, portanto a órgãos formais como o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), criado no Brasil a partir da Política Nacional de Meio Ambiente, de 31 de agosto de 1981, começam a ser organizados também formas de expressão da Sociedade Civil, como o Fórum. Destaca-se na organização deste, a iniciativa do UNICEF

que se envolveu com a questão do lixo a partir de 1994, por um fato que comoveu o País. Várias crianças que trabalhavam no lixão de Aguazinha, em Olinda, foram hospitalizadas com intoxicação por terem ingerido lixo. Suspeitava-se que havia carne humana no lixo hospitalar que era depositado a céu aberto, com os demais resíduos da cidade. Iniciou-se, então, a participação do UNICEF na busca de soluções para o problema de milhares de crianças que, que junto com suas famílias, sobrevivem do que colhem nos lixões do Brasil. (ABREU,2001,p.16)

Diversas articulações foram realizadas através do Fórum, procurando criar um espaço favorável para a apresentação de soluções para a problemática do lixo. Acontece em novembro

de 2000, o IV Seminário Nacional de Resíduos Sólidos¹⁸, realizado em Recife. Um dos quatro temas do seminário incluiu então a questão social sob o título: “Soluções Apropriadas para a Gestão Integrada – Aspectos Sociais”, que abriu o 3º Encontro do Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Neste momento vislumbramos uma aproximação das temáticas movimento ambiental e luta dos catadores, que se constituirá, como apontaremos a seguir, no Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável.

É expresso um esforço de reconhecimento da questão social a partir do movimento empreendido por catadores de resíduos recicláveis, que mereceu reformulação do Projeto de Lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo então o reconhecimento da profissão dos catadores e inserindo-os no ciclo produtivo do lixo.

Atualmente, o documento que incorpora os objetivos dos catadores compreende o Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Anexo IV), que se encontra na Casa Civil, caminhando para a Câmara, de acordo com Sílvia Astolpho – Gerente de Gestão Ambiental Urbana e Territorial do Ministério do Meio Ambiente – em palestra proferida ao Fórum Lixo e Cidadania, no dia 05 de maio de 2006.

O anteprojeto foi reformulado em vários aspectos incluindo a questão da responsabilidade por parte dos geradores de resíduos, o que acaba por mexer com interesses econômicos, aliado à proposta de redução de geração de resíduos. Um gerenciamento correto, portanto, é defendido em conjunto com a melhoria das condições sociais das comunidades que trabalham com o aproveitamento de resíduos bem como a “integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos” como consta no Inciso XIV, do Art. 10, Seção I, do referido anteprojeto (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2006, p.17).

O atrelamento da questão ambiental à questão social acontece quando se pensa na possibilidade de geração de renda através do gerenciamento correto dos resíduos sólidos, com coleta seletiva e reaproveitamento por reciclagem, valorizando a prática de catação, considerando neste processo, “as condições para a inclusão social dos catadores de material reciclável” – Inciso VI, do Art.15, Seção II (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2006, p.20). A questão que se coloca é de potencialização da geração de renda através da reciclagem enquanto estratégia de combate à pobreza.

¹⁸ Evento realizado pela Associação Brasileira de Engenheiros Sanitaristas, o qual não conseguimos maiores informações.

São considerados pontos marcantes do movimento dos catadores o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte/MG, em novembro de 1999, a qual decidiu-se a partir de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, pela organização de um Congresso, que se constituiria em outro marco histórico para o movimento.

Assim, ocorreu em Brasília, nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2001, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu de acordo com Mota (2005,p.07) “1.600 congressistas, entre catadores(as), técnicos(as) e agentes sociais de 17 estados brasileiros”. Seus representantes apresentaram então à época, o anteprojeto de lei que propõe ainda o reconhecimento da profissão, a garantia do trabalho dos catadores em programas municipais de coleta seletiva, a criação de financiamentos específicos para cooperativas e associações, a criação de mecanismos de incentivo a indústria nacional de reciclagem, manutenção do setor de saneamento como atividade pública e erradicação dos lixões.

Ao falar do referido Congresso, Magalhães (2001, p.01), expressa que

só o fato de estarem ali, realizando esse Congresso, é a prova de que os catadores conseguiram uma parte importante do que queriam: lançar um holofote sobre seus problemas e mostrar a força de sua organização. O acontecimento talvez tenha surpreendido a eles mesmos que puderam perceber sua importância numa escala provavelmente inimaginável até então. A cada anúncio de apoio, uma satisfação renovada se expressava em todos os rostos, e a platéia explodia numa confiança que tomava conta de todos. Nos três dias, desfilaram pelo Congresso autoridades do governo,, deputados, senadores, representantes de instituições da área de direitos e de resíduos sólidos, prefeitos, vereadores.

É organizado, portanto, em consequência deste Congresso, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Menezes (2005,p.20) afirma que “um dos resultados do congresso foi a eleição da Comissão Nacional do MNCR e a apresentação da ‘Carta de Brasília’ (Anexo V)¹⁹, documento que expressa as propostas dos catadores em todo o país”.

Os ganhos obtidos a partir deste movimento compreenderam de acordo com o editorial do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (2001,p.02), um assento dos catadores no Conselho Nacional de Meio Ambiente, a criação de novas linhas de financiamento para gestão de resíduos sólidos, e os órgãos do Governo Federal responsáveis pela destinação dos recursos, passaram a exigir dos municípios a adesão ao Programa Lixo e Cidadania para financiar as obras necessárias para resolver os problemas do lixo urbano. Destaca-se também a

¹⁹ GONÇALVES,2003,p.111.

reafirmação, por parte dos empreendedores dos órgãos articulados que discutem a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos preceitos para inclusão social dos catadores de lixo.

No Rio de Janeiro, por conta da preparação deste Congresso de Brasília, nasce de acordo com Mota (2005,p.07),

a Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis (RICAMARE), que conta com a participação de aproximadamente 25 cooperativas e associações de diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, Petrópolis, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São João de Meriti, entre outros. É um espaço da sociedade civil, independente, no qual se luta pela defesa de interesses comuns dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis.

Um outro ponto muito importante para o MNCR, foi quando em 2002, de acordo com Menezes (2005,p.18), o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu, através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – portaria 397)²⁰, a categoria ‘Catador de Materiais Recicláveis’, ficando estabelecido que o catador é aquele que cata, seleciona e vende materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

Os catadores estão acumulando assim, tanto experiências e conhecimentos quanto forças para o processo de empoderamento – o despertar de sujeitos sociais capazes de se colocarem contra as situações que lhes são dadas historicamente, lançando no ar “germes de resistência social” (CASTELLS,1999,p.95).

Os germes lançados no Congresso acima citado fizeram brotar dois novos encontros de maior amplitude como os Congressos Latino-Americanos de Catadores (Caxias do Sul em 2003 e São Leopoldo em 2005); com a participação de representantes de países como Chile, Uruguai, Argentina e Colômbia.

A dinâmica do encontro de São Leopoldo consistiu na formação de subgrupos de trabalho com a proposta de avaliarem os resultados obtidos após a realização do encontro de Caxias do Sul. Após os Congressos, na prática,

em linhas gerais, os participantes sentiram que houve mais articulação entre a categoria. Há casos de grupos que conseguiram melhores condições de trabalho e aumento da renda; outros envolveram a comunidade com a coleta seletiva e alguns realizaram fóruns regionais. Poucos estabeleceram parcerias com o poder público. A grande maioria sofre com a falta de apoio da sociedade. (ROCCO, 2005, p.4).

²⁰ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO: Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://novacbo2000.gov.br/busca/descriçao.asp?codigo=5192>>. Acesso em: 15 out. 2002.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 2005, aconteceram dois encontros que serviram como possibilidade de os catadores estarem refletindo sobre o seu trabalho e sobre si mesmos. O primeiro deles foi o 1º Encontro de Catadores da Baixada Fluminense & Rio de Janeiro²¹, ocorrido em 08 de julho de 2005, realizado pela COOPERGRAMACHO e Associação dos Catadores de Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Na ocasião, vários pesquisadores sociais puderam participar expondo seus trabalhos de pesquisa, com temas que abordaram tanto a questão ambiental quanto social e econômica. Aconteceram debates após a exposição dos temas, que contaram com o envolvimento dos catadores presentes.

O segundo, compreendeu o 1º Encontro de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro e Espírito Santo²², em 01 de outubro de 2005, realizado pela RICAMARE/RJ e NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação. Seu tema central foi “Catadores e catadoras: quem somos? O que queremos?” Este encontro contou com a presença de aproximadamente mil catadores, que se reuniram no auditório da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para discutir questões sobre sua identidade e lugar na sociedade, e exporem suas opiniões.

Sendo realizados outros encontros desse mesmo teor em vários estados do país pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania. O objetivo é de realização ao todo de 14 congressos estaduais de catadores de materiais recicláveis, entre outras ações, por meio

do projeto criado pelo MNCR e aprovado, em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O ministério destinou R\$1,4 milhão para o MNCR. A liberação do dinheiro está sendo feita por meio de um convênio entre o órgão federal e a organização de Auxílio Fraternal. (MENEZES,2005,p.18)

Neste ano de 2006, o MNCR realizou o “Encontro dos 700”, nos dias 21, 22 e 23 de março, no Minas Clube de Brasília, Distrito Federal. O evento foi organizado para o encontro das 700 lideranças que passaram pelo processo de capacitação durante todo o ano de 2005, cada um em seu Estado. Essas lideranças eram catadores de 23 estados do Brasil e Distrito Federal, contando ainda com a presença de lideranças da Argentina e da Colômbia. O objetivo do encontro foi negociar com o Governo Federal a possibilidade de abertura de 39 mil postos

²¹ O objetivo deste encontro foi construir a identidade dos catadores (as) como categoria, buscando elucidar a importância da organização no sentido de reivindicar a construção de políticas para atender à demanda específica do profissional da área ambiental, fortalecendo desta forma o movimento em suas bases. (FONTE: Folders do evento)

²² Este encontro apresentou como objetivo aprofundar uma consciência profissional e debater sobre a importância da organização independente e autogestionária. (FONTE: Folders do evento)

de trabalho para os catadores, embasado no projeto que prevê 244 unidades básicas de catadores, em 199 municípios do país e em 22 estados, para 160 catadores por unidade.

Durante a audiência com o Presidente da República e Ministros integrantes do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores, foi organizada uma marcha dos participantes do evento, totalizando mil manifestantes, em apoio às negociações. O governo ficou de avaliar a proposta.

O movimento representa um ganho ao nível de consciência, revelando uma participação ativa dos catadores neste processo, onde a mesma se dá quando é estabelecida pelo processo de conquista com envolvimento dos atores sociais. Estão, portanto, num processo de desenvolvimento humano/social e passam, assim, a querer catar mais dignidade.

Podemos entender a participação enquanto processo nos termos analíticos de Demo (1988, p.18), onde

participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente. Não pode ser entendida como dádiva, porque não seria produto de conquista, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção; seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais; seria apenas um expediente para obnubilar o caráter de conquista, ou de esconder, no lado dos dominantes, a necessidade de ceder. Não pode ser entendida como algo preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro.

Assim, participação é conquista. Conquista de espaço e de poder, de forma ativa. Os catadores agora, com uma noção maior de organização, se mobilizam em prol de seus interesses e tomam o rumo do movimento. Constituem-se em atores sociais participativos, indivíduos que agora são sujeitos, pois “a transformação de indivíduos em sujeito resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades e a dos indivíduos contra o mercado” como assinala Touraine²³ (apud CASTELLS,1999,p.26).

Ao publicizar as questões, abrem uma possibilidade de democracia, trazendo ao centro a necessidade de complementaridade entre Estado e Cidadão. Eles não estão mais individualizados. Ao contrário, estão num processo de socialização, realizando um mergulho nos movimentos sociais, compreendendo “la trama de confianza y cooperación desarrollada para el logro de bienes públicos” (LECHNER,2000,p.19).

Todo o movimento destes catadores, organização e definição de suas reivindicações apontam para o despertar de uma identidade de resistência em construção. Esses sujeitos se

²³ TOURAINE, Alain. **La formation du sujet**. In: Dubet e Wieviorka (orgs.). 1995,p.21-46.

colocam em processo de reflexividade: relacionam e interpretam os fatos de sua vida de catador e se colocam contra o que lhes é dado e atribuído; procurando romper com a dominação social a que são submetidos, de estigmatizados e inferiores; sem funcionalidade na sociedade mercantil. Estão, portanto em movimento, conquistando na sociedade a possibilidade de um lugar para o MNCR.

3.2 ENTRE IDENTIDADES E MOVIMENTOS: O LUGAR DO MNCR

Podemos analisar que ao construírem o movimento próprio da categoria, os catadores também se constroem enquanto sujeitos ativos. Parafraseando Sader (1988), que aponta os “novos sujeitos políticos” em contraposição aos sujeitos dos movimentos sociais pré-64, também os catadores podem ser considerados os “novos sujeitos políticos” na questão dos resíduos sólidos atualmente. Estão rompendo o silêncio, a individualidade para inaugurar uma voz que ecoa da coletividade para a sociedade, expressando sua resistência inicialmente a partir da organização em cooperativas e associações e ao longo desta trajetória ainda em curso, a partir do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Estar nestas organizações pode revelar também um outro sentido de se trabalhar com o lixo, como a indicação de uma preocupação ambiental revelada por Estácio relatando que:

“para o catador é mais ferro, papelão, não tinha a visão do plástico em si, então a gente começou a trabalhar com o plástico e resíduo, pet, agregando valor ao material. A nossa questão era a coleta seletiva mesmo, ou seja, a educação ambiental, onde o cidadão separasse o material na fonte geradora, em casa. Então eu aliei não só o ganho, mas a questão ambiental também”.

Um caminho de superar os estigmas sociais pode ser encontrado dentro do trabalho em cooperativas, um espaço que se revela para o reencontrar-se, como relata Tião: *“só na cooperativa que eu me identifiquei. Já olhei a cooperativa e falei: ‘aqui eu tô aqui, aqui eu vou ficar, meu futuro tá aqui’”*. O espaço da cooperativa faz surgir então, significações valorativas em torno do trabalho com o lixo a partir da percepção de uma estrutura organizacional: *“gostava mais porque eu vi o interesse das pessoas pelo trabalho que a gente exercia. Minha mãe era diretora. A cooperativa passou a ser ponto de referência, saiu em muitas reportagens. Eu vi então o trabalho ser mais organizado e menos sacrificante para as pessoas”*. A possibilidade de ‘fazer carreira’ dentro da cooperativa também despertou um interesse por ela, como completa Tião:

“então a cooperativa tinha essa coisa pra mim, tanto que com 21 anos eu já fazia parte do conselho fiscal da cooperativa, com 22 era o fiscal, berando os 23 anos eu era o presidente da cooperativa. Então assim, eu vi que aqui eu podia fazer carreira, então fiz carreira. Eu sempre fui uma pessoa de visão, eu vi pô que aqui eu ia ter o meu passe e daqui eu vou fazer o que eu quiser. Eu tinha asas pra voar pra onde eu quisesse. A cooperativa foi as minhas asas”.

No entanto, o engajamento em cooperativas e ou associações não se dá de forma imediata. Ao contrário, é possível identificar resistência em participar entre os catadores, revelando ser processo de construção e de enfrentamentos de questões da vida cotidiana como podemos observar na fala de Zumbi:

“a organização da associação partiu entre eu e o Tião. Até então era só eu e ele, agente conversava, debatia, fazia um trabalho que nem os cristãos fazem: chamar o povo pra dentro da igreja. Então nós tava chamando os catadores pra nosso lado. Teve uma resistência devido ao poder paralelo (poder do grupo de tráfico de drogas local) que no começo impedia a nossa organização. Eles não sabiam o que nós tava querendo, que era se organizar. O que afastou um pouco os catadores, mas conseguimos trazer alguns catadores, companheiros que hoje fazem parte da associação que hoje é referência dentro da comunidade. Quando se fala em Jardim Gramacho não tem só a referência da COOPERGRAMACHO, não tem só a do aterro, tem também a associação, mas já existia esse trabalho, sendo que a associação surgiu agora”.

Cabe ainda considerar que processos de conquistas podem ser observados na organização em cooperativas e ou associações. A autora Mota (2005,p.06), analisa que a organização coletiva dos catadores permite identificar avanços importantes, enumerando em primeiro lugar “a construção da identidade dos catadores e das catadoras como trabalhadoras e trabalhadoras, como uma categoria profissional”, o que pode “resultar na valorização pessoal e profissional dessas pessoas” principalmente por ter o sentimento de pertencer a um grupo social. É possível encontrar esta análise na seguinte fala de Tião que ao estar trabalhando na associação, diz estar *“trabalhando com dignidade, sabendo o valor do seu trabalho, reconhecimento de categoria. Meu trabalho é um trabalho digno, eu comecei a sentir valor no trabalho”.*

Em segundo lugar, a autora aponta que “o(a) catador(a) que trabalha vinculado a uma cooperativa ou associação tem condições de estabelecer vínculos mais sólidos com a sociedade, viabilizando a construção de parcerias e a prestação de serviços” (MOTA,2005,p.06). No caso da coleta na fonte geradora como em grandes empresas, estar organizado faz a diferença. O entrevistado Estácio nos relata que *“pra isso tem que tá organizado, tem que ter licença de operação da FEEMA, porque sem esse registro, empresa nenhuma dá esse resíduo para você”.*

Mota (2005,p.06) apresenta em terceiro lugar que “uma pessoa sozinha, por mais que se dedique à atividade de recolhimento dos materiais recicláveis, não conseguirá alcançar a quantidade, o volume e o peso necessários para conseguir os melhores preços no mercado”, sendo assim, se torna mais rentável para o catador a coleta e comercialização do material reciclável através de cooperativa.

Por último, a autora aponta que a organização favorece as discussões com os poderes público e privado no sentido de reivindicar suas questões. Assim, “o diálogo com governos e empresas com vistas à participação no processo de produção e definição de políticas sociais públicas também fica facilitado quando catadores e catadoras se organizam” (MOTA,2005,p.06) e vislumbram a esperança de que juntos podem mudar sua situação: “quando a gente acredita mesmo, a gente vai lá e muda... A gente se estruturando, tendo conhecimento, a gente vai longe, muito longe mesmo” (Zumbi).

Germes de mudanças, contestações e resistências são lançados quando juntos, os sujeitos catadores passam a interpretar sua realidade e construir assim novos caminhos. Para se chegar ao Movimento os seus caminhos foram diversos, mas marcado por interesse de se reunirem e aglutinar outros catadores. O entrevistado Estácio já apresentava uma trajetória de encontros e reuniões com catadores de São Gonçalo, Niterói, antes da realização do Congresso Nacional que deu origem ao MNCR. Ele relata que “na época havia reuniões dos catadores, tanto dos catadores de rua quanto de coleta seletiva. Quando teve o Congresso Nacional esse grupo foi para o encontro e a gente começou a se unir para manter esse movimento dos catadores”.

Para muitos catadores, como no caso de Tião e Zumbi e muitos catadores do Jardim Gramacho, o Movimento era desconhecido devido a pouca articulação existente, sendo ainda incipiente no Estado do Rio de Janeiro. O desconhecimento fez suscitar em Tião um sentimento de estar sozinho, de que seus problemas seriam apenas de ordem local, de sua comunidade: “o que acontece é que a gente acha que só existe catador aqui, era isso que passava pela minha cabeça, eu achava que as minhas questões eram puras minhas”.

Com o prosseguimento do Movimento, as articulações foram sendo realizadas e cooperativas, associações e catadores de aterros sanitários foram se engajando. Tião relata que quando conheceu o Movimento “foi uma coisa louca”, e completa explicando um sentimento de identificação com o outro que lhe é igual na mesma problemática. Uma identificação construída a partir do reconhecimento de significações semelhantes por viverem a mesma realidade, apesar das particularidades.

“Então começa a tua identidade a partir até mesmo do sofrimento. Não foi nem uma criação de identidade assim logo a priori, por como questão de categoria, mas sim de se identificar com o próximo, porque pô, tem um cara igual a tu aí. Aprendi até a falar um pouco de castelhano. Então conversamos com os caras do Uruguai, da Argentina, assim você via o mesmo processo de exclusão social, praticamente as mesmas reivindicações, as mesmas ideologias, então assim, eu falei: ‘existe uma identidade de sofrimento que era igual e da ideologia também, então tu não tá sozinho. São pra mais de 1000 pessoas aqui nesse encontro, fora os técnicos e profissionais que estavam junto no movimento social, buscando a integração da categoria e desenvolvimento, é uma questão de movimento social’. Então eu vi muita gente interessada, muita gente querendo ajudar. Meu trabalho é um trabalho digno, eu comecei a sentir valor no trabalho. Comecei a achar que guardar isso pra mim era um egoísmo, e que eu devia dividir isso para um monte de gente, cada vez mais, e distribuir aí e falar que tinha várias reivindicações iguais. Um monte de gente aí se organizando, então eu vi que não tava sozinho”. (Tião)

O ingresso de Zumbi no Movimento deu-se por incentivo de Tião. Ele narra que tinha certa resistência em participar por estar mais preocupado em trabalhar e de ser uma pessoa *“fechada para aquela coisa da organização”*. Esta narração de Zumbi aponta para uma relação com um discurso legitimado de não contestar o que está posto, apoiando-se numa conformidade dentro de seu cotidiano. O que revela *“efeitos mortificadores”* (VASCONCELOS,2003,p.24), de seu *eu*, resultantes mesmo do processo sofrido de estigmatização social, expressando uma identidade legitimadora.

O início da superação deste processo compreende o resultado da insistência de Tião para que Zumbi participasse do Movimento. Tendo finalmente aceito, Zumbi relata que *“aí foi outro mundo”*. Sua fala revela um reencontrar-se neste mundo fragmentado e fragmentador de seu eu, e se coloca na construção de algo novo e inacabado: *“uma coisa que jamais eu ia imaginar de acontecer. Eu andava assim, de tapa-olho, depois que ele me mostrou o Movimento Nacional, meu irmão! Foi um mergulho tão profundo, tão profundo, que até hoje eu não consegui achar o final”*.

Estas narrativas retratam caminhos diferentes que foram sendo trilhados, porém, que alcançaram o mesmo destino: a inserção no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, que hoje conta com a adesão de catadores de quase todos os Estados do Brasil. *“Já estamos com 21 Estados, falta só 3 ou 4 pra gente fechar”* (Estácio) . Para o Estado do Rio de Janeiro, há um cadastro total de 26 cooperativas, associações e grupos em formação do MNCR.

Uma vez estando no movimento, passaram a ser não somente grupos isolados que se reuniam, mas começaram a constatar o fato de ascenderem enquanto uma categoria organizada trilhando um caminho único, agora de ideais e objetivos comuns. Dispuseram-se os catadores,

portanto, a um processo de participação e engajamento, mesmo que este estivesse carregado de uma significação religiosa, como expressa Estácio:

“Eu tenho uma missão aqui na Terra, eu tenho um dom que Deus me deu, eu sou uma pessoa que vê muito a coisa espiritual e não material. Eu não tenho esta pretensão por dinheiro, eu não ligo pra essas coisas não. Quer dizer, foi um dom que Deus me deu, de ajudar essas pessoas, quer dizer, tudo o que eu faço é por amor, eu to fazendo meu espaço lá em cima. Então se minha missão é ajudar as pessoas então eu vejo nesse sentido, eu não tenho problema na vida, só tenho solução. Tudo o que eu quero, eu consigo”. (Estácio)

Tião, assumindo uma posição de militância, nos relata com muita convicção sobre a sua participação no movimento: *“ah, não é pra eu me sentir o máximo não, mas eu tenho que dar valor ao que eu faço. Sou militante neurótico. Todos que estão aqui, eu consegui transmitir isso”*. Compreendemos ser esta fala a expressão do fortalecimento da identidade de resistência dos catadores. Se, anteriormente não conheciam o Movimento, hoje, ao conhecê-lo e nele se engajarem, exprimem o sentimento de identificação com a causa que é deles, para eles e feita por eles. Em sua avaliação, Tião analisa ter absorvido *“toda a demanda que o movimento traz, a proposta que o movimento traz”*. Completa dizendo que: *“eu consegui trazer aqui para Jardim Gramacho o Movimento, consegui fazer as pessoas acreditarem nisso, a prova que o Movimento existia, que realmente é um movimento que veio para mudar as coisas”*.

Um movimento que veio não somente para mudar as coisas, mas para contribuir no processo de reconstrução de suas identidades. E contribui ainda para a expressão dos catadores em suas participações em encontros e debates, tomando como exemplo os encontros promovidos pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania, que sempre conta com um espaço para estes sujeitos estarem palestrando também. Foi o que aconteceu, por exemplo, no encontro do Fórum no dia 04 de maio deste ano, que contou em sua programação com debate sob o tema “Gramacho e a construção da identidade do catador”, tendo como palestrantes uma Mestre em Lingüística, uma Doutoranda em Serviço Social, um Mestrando em Sociologia e Direito, e um catador da Associação de Catadores do Jardim Gramacho, sendo representado pelo nosso entrevistado Zumbi, que palestrou sobre as particularidades dos catadores de Jardim Gramacho.

Em nossa entrevista, o relato de Zumbi expressa um sentimento de total disponibilidade e de desprendimento para realização de qualquer atividade junto ao movimento:

“É, o Zumbi participando do Movimento é uma pessoa esforçada, presente e tão presente a ponto de fazer qualquer coisa. Por exemplo, eu não preciso só ficar atrás de uma mesa falando. Posso carregar uma caixa, como posso limpar o salão, ajudar a servir um almoço. Para o Movimento Nacional eu sou ‘pau pra toda obra’. O que falar eu to fazendo, sendo para o Movimento, não escolho nem função, nem escolho hora”. (Zumbi)

Assim colocaram-se juntos nesta caminhada em prol de:

“cidadania, valorização da profissão, questão de casa, esse tipo de coisa... A gente não queremos monopólio, o negócio é dividir, nós queremos é a união de todos, o cooperativismo”. (Estácio)

“inclusão social dos catadores; a responsabilidade social das empresas; reivindicação de reconhecimento como categoria de trabalho; recebimento pelos serviços prestados à sociedade e aos poderes públicos e privados, então são muitas coisas”. (Tião)

“tudo que venha de melhor para o nosso povo. Claro que a gente não vai se contentar com cesta básica e cheque cidadão e essas outras coisas que o governo dá, mas claro que o que a gente tiver de cobrar, a gente vai reivindicar ali juntinho”. (Zumbi)

Oficialmente, o MNCR mantém seus princípios (Anexo VI) de: auto-gestão, ação direta, independência de classe e solidariedade de classe. Com objetivos de: coleta feita por catadores, pagamento pelos serviços de coleta, controle da cadeia produtiva pelos catadores, moradia, saúde, educação e creches. Os catadores externalizaram de forma conjunta seus anseios e necessidades e configuraram um movimento que traz a marca própria e que só é possível porque ela existe: a identidade de catador, que luta contra a privatização do resíduo sólido reaproveitável e a exclusão dos catadores no trato deste, contra as indústrias de reciclagem, lutando também pelo reconhecimento social e valorização da profissão de catador. Assim, apresentam as três características determinantes de um movimento social apontadas por Castells (1999,p.144): “identidade, adversário e objetivo”.

Seus adversários compreendem também alguns problemas identificados pelos próprios catadores por ocasião do “Encontro dos 700”, citado no item anterior, que dentre outros, destacamos:

baixo preço dos materiais recicláveis; ausência de leis de incentivo ao trabalho do catador; dificuldade de organização entre os catadores; desunião e disputa entre os catadores, entre as cooperativas e entre os diferentes municípios; alcoolismo; falta de comunicação entre os catadores. (SÃO PAULO. Secretaria Executiva do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2006,p.06)

A identificação de seus problemas contribui assim, para a busca de soluções. Estão em trincheiras imaginárias lutando com uma identidade de resistência, buscando romper com a

exploração sofrida, como observado na fala de Tião, por exemplo, ao narrar sobre algumas cooperativas de categoria mista que querem ingressar no MNCR:

“Eu não vou reconhecer nenhuma cooperativa que não tenha a participação dos catadores... Base de movimento é base composta de diretoria composta por catadores. O Movimento vem a ser um divisor de águas mesmo, separar o joio do trigo, acabar com a exploração da categoria. Então eu não vou aceitar uma cooperativa que não reconhece o catador, porque geralmente o catador trabalha e quem se beneficia são os outros. A gente veio aqui pra separar mesmo, quem não gostar me desculpe, mas é nossa obrigação como catador e como formador de opiniões, e como a gente fala: ‘nosso Movimento é um movimento político, um movimento social político, então a gente tem que saber separar mesmo’”.

Admitem, portanto, estar lidando com uma questão política, com uma luta diária pelo poder. Poder de superar seus próprios problemas dentro do Movimento. Poder de lutar contra a falta de leis que contribua para a sua inclusão social. Poder de conjugar e viver o verbo ser e ter na sociedade. Para tanto se colocam em processo de re-construção. Estão abandonando concepções alheias e assumindo as próprias re-elaborações de seu cotidiano, revelando uma autonomia de defesa de seus próprios princípios. Uma autonomia que, de acordo com Sader (1988,p.56), é o processo “pelo qual meu discurso toma o lugar desse discurso estranho que está em mim e me domina”. É um discurso próprio e que se torna comum, uno, entre os catadores de que “o Movimento é um movimento político, então é mobilização” (Estácio). Revelam ainda o interesse de uma expressão maior na sociedade:

“A gente tem que lutar pelos nossos direitos, é organizar categoria, é politizar o catador. Quer dizer, a intenção nossa é dar o ‘grito dos excluídos’, nós tamos fazendo um levante mas aos pouquinhos. Nós tamos comendo pelas beradas, quando a categoria tiver todo mundo organizado aí o grito vai ser hoje, depois dos Sem-terra, o segundo movimento maior a nível de Brasil, vai ser dos catadores”. (Estácio)

Assim, ao integrarem o Movimento já não são mais como antes, como relata Zumbi:

“Eu só passei a perceber o que era o Movimento depois que eu entrei, porque até então eu não conhecia... Eu era individualista, não queria saber muito de organização. Vou dizer assim pra você, viu, eu acho que nessa vida eu tive perdas mas também vitórias. A vitória foi que quando eu conheci o Movimento eu me dediquei de corpo e alma, entendeu? Achei legal, participei, assim como participo até hoje, sou um militante tipo revolucionário, entendeu?”.

Ao falar sobre suas perdas, Zumbi relata emocionado sobre sua questão pessoal:

“E a derrota, ou melhor, a perda que tive, que o Movimento não me trouxe só conhecimento é claro, mas trouxe a perda da minha família. A adrenalina foi tanta que eu me deixei levar pelo Movimento. Assim, quem não é visto não é lembrado, então todo o convite que eu era

lembrado, eu ia. Ficava às vezes 20 dias, às vezes uma semana fora de casa... em Brasília, em Goiás. A esposa que eu tinha não quis acreditar, me criticava pô, dizia que: ‘isso ia dar em nada, isso aí não tem nada a ver com o que você tá fazendo’. Ela não era catadora, e isso eu acho que era o grande problema. Também não desisti da luta, é o que o Tião sempre fala: ‘esposa a gente arruma outra, filho a gente faz outro, mas o Movimento a gente não pode deixar, porque é uma coisa que agente acredita’. Claro que filho é filho, esposa é esposa, mas também tem que entender que é uma coisa que a gente luta é pelo sustento da nossa família”.

A respeito da frase “mulher a gente arruma outra, filho a gente faz outro, mas o Movimento a gente não deixa”, Tião explica que:

“Eu acho assim, hoje a minha filha quando eu viajava por causa da cooperativa COOPERGRAMACHO, ela pode sentir saudade, ela pode ficar triste, a minha esposa também, mas tristeza pior ela vai sentir se daqui há trinta anos eu for um cara frustrado por não ter feito nada, carregar uma mágoa imensa e querer descontar nelas por não ter feito aquilo que eu queria fazer neste determinado momento e até não conseguir dar uma vida melhor a elas por não ter feito o que deveria fazer. Então acho assim, o tempo vai justificar o que eu estou fazendo. Quando a minha filha compreender ela vai ter o maior orgulho. Até lá muita gente vai entrar e sair e ela vai falar que ‘meu pai há muito tempo é militante, meu pai é pioneiro, meu pai é um marco disso aí’. Então ela passa a ter orgulho do pai dela, por mais que tenha isso hoje mas, cara, mulher a gente arruma outra, filho a gente faz outro, mas o Movimento é tudo. O Movimento hoje é tua mulher, é teu filho, é teu casamento. Não to dizendo que filho não vale nada, a mulher não vale nada. A minha filha é importantíssima na minha vida, mas até por saber que ela é tão importante que eu tenho que fazer alguma coisa hoje, porque hoje eu posso fazer, então a importância da minha filha tá aí”.

Através destas falas, os catadores passam a exprimir o que pensam e sentem sobre o MNCR. Um misto de significados resultantes da simbiose construída entre identidade pessoal e identidade social. Constróem assim o Movimento reconstruindo a si mesmos e revelam significações positivas neste processo:

“Olha, eu sempre gostei muito da política, e ali é luta, é militância, é sangue. No Movimento hoje nós somos é militantes, nós temos que lutar por alguma coisa, essa coisa é o social. É questão de luta mesmo... Identificação de lutar pela categoria sofredora. Hoje nós estamos organizados, mas tem milhares de companheiros que não estão organizados ainda. Então nossa preocupação não é com a gente que tamos organizados, mas com quem não tá organizado, estou preocupado com o catador avulso. Eu luto hoje pela pessoa, pela categoria do catador, pelo ser humano”. (Estácio)

“Acho assim, eu acho não, tenho certeza, que o Movimento tem eu como militante aqui dentro. Sabem que sou o primeiro a ter o Movimento tatuado aqui no meu coração. Eu sou militante do Movimento desde 2002, participei de todos os encontros que o Movimento fez... Então assim, tudo o que eu passei, com viagens fora de casa, desavenças com a família, de quase terminar casamento porque passei 15 dias fora no curso de capacitação, depois cheguei de Minas, dois dias tava pegando o avião pra viajar de novo. Então assim, minha esposa passou dificuldades, não financeira, mas emocional. Hoje eu to aqui e graças a Deus

elas compreendem. Eu digo a você, faria tudo de novo. E por quê? Porque eu me sinto recompensado hoje pelo o que o Movimento tem em mim, que sou ponto de referência. Então eu acho que é tudo aquilo que uma pessoa quer na tua área profissional, que é o teu reconhecimento. Eu acho que o Movimento me dá essa moral. Então eu não tenho que reclamar não, eu tenho que cada vez mais tentar retribuir isso em trabalho, em luta pelas reivindicações, ir nas outras cidades, em Campos (RJ), chegar lá e levantar a bandeira do Movimento. Hoje, aqui na associação a gente causa discussão até no bar. Antes, o catador chegava, trabalhava, ia no bar, bebia, depois ia embora e não tinha identificação nenhuma. O bom é isso, causar discussão sobre o Movimento”. (Tião)

“Vou falar uma coisa que eu falo sempre e que muitas vezes alguns duvidam, questiona, mas pô, o Movimento é a minha vida, é a minha vida mesmo. Uma coisa que eu me dedico, identifico. Se for preciso eu até mato, até morro. Porque no colégio eu jurei à bandeira Nacional, certo? A bandeira do nosso Estado, nosso país, a bandeira Nacional. E logo assim que eu conheci o Movimento Nacional eu jurei à bandeira (do Movimento), e aquela bandeira eu carrego e defendo com unhas e dentes. Então o Movimento Nacional é a minha vida. O MNCR é a minha paixão”. (Zumbi)

A exemplo do Fórum citado anteriormente, também os Congressos, encontros e marchas promovidos pelos próprios catadores, contribuem para o fortalecimento do Movimento, servindo como “estratégias de lutas antiopressivas e de *empowerment*” (VASCONCELOS,2003,p.279), sendo iniciativas que buscam mudanças. Por *empowerment*, Vasconcelos (2003,p.20) preferindo não traduzir como empoderamento, admite “um sentido provisório de ‘aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relação de opressão, dominação e discriminação social”.

Observamos este sentido de busca de autonomia e de aumento de poder não somente entre os catadores entrevistados, mas também em outros catadores através de nossas participações nos encontros dos catadores promovidos em julho e outubro de 2005, apontados no item anterior. Dentre muitas falas ditas quando os debates eram abertos à plenária, algumas se sobressaíram, como: “*Não vamos aguardar que as coisas sejam perfeitas. Elas nunca serão*”; “*Lutamos por união, respeito e trabalho*”; “*Temos que lutar porque os empresários descobriram que o lixo dá dinheiro e querem tirar o nosso pão*”; “*Vamos fazer de nosso Estado uma potência forte de catador*”; “*Vamos tirar das nossas cabeças que nós somos pobres coitados. Nós somos uma classe*”; “*A importância do Movimento é que está dando dignidade aos catadores, mostrando que eles são capazes*”.

Uma autonomia buscada que assume o sentido também de liderança do Movimento, como relata Estácio: “*lá no Movimento, é o seguinte: reunião dos técnicos aqui, e dos catadores é pra lá. Não se envolvem e a gente não deixa, nós é que temos que tomar a frente e não os técnicos. Técnicos é apoio*”. No entanto, reconhecem o trabalho dos técnicos que pode

contribuir para sua caminhada: *“os técnicos fazem os contatos com o governo, os políticos, as empresas, então é importante este tipo de apoio. Quer dizer, nós somos pedra bruta e tem que ter alguém pra lapidar”*.

O MNCR conta, portanto, com técnicos e com apoio e parcerias de ONGs e de entidades tais como: INSEA (Instituto Nenuca da Desenvolvimento Sustentável), Fundação Luteranos, Organização de Auxílio Fraternal, Pangea – Centro de Estudos Sócio Ambientais, Cáritas Brasileira, Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, ASPAN (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza), Pastoral de Rua, Fórum Lixo e Cidadania Nacional, Fundação Avina, Petrobrás, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tanto Tião como Zumbi, admitem a existência de *“ONGs e ONGs”*, procurando repassar uma preocupação quanto aos interesses delas, mas, no entanto reconhecem a seriedade de muitas ao falar de forma geral como identificado na fala de Tião: *“existem ONGs que trabalham sério”*. Zumbi completa que: *“claro que a gente não sabe o interesse do que aquela pessoa tá realmente, se está agindo de boa fé ou não, mas até então o que eles estão mostrando pra nós, transparência, clareza... É isso que eu consigo perceber”*.

Assim como foram impulsionados inicialmente por ONGs e conseguiram se fortalecer buscando a autonomia do Movimento e construíram uma identidade própria, querem também ser provocadores de pensamentos e reflexões, num processo de busca pela capacitação de todos os catadores. Para tanto, contam em seus encontros para capacitação, com uma cartilha elaborada pelo próprio Movimento, intitulada *“Programa de Formação do Movimento Nacional dos Catadores”*. Esta assume fundamentalmente um caráter de resgate histórico ao trazer à tona ilustres personagens que ocuparam seu lugar na História com lutas e movimentos sociais. Querem assim, entre outros motivos, resgatar sua própria história perdida na sociedade, mostrando que é possível a mudança, através da luta, sendo necessário, portanto falar da:

“Questão da luta popular; os mártires; a luta dos negros, como foco o Zumbi; a luta dos trabalhadores; dos índios...Então assim, mostrando que a luta do povo, o movimento social não é uma coisa do hoje, que o povo pra alcançar as coisas teve sempre mesmo que lutar. Então a capacitação da cartilha é nessa base, de resgatar quem tu é? De onde tu veio? Já fez parte de algum movimento social político? É trabalhar com quem nós somos, com essa identificação”. (Tião)

Estácio, apesar de defender uma reformulação da cartilha por conter *“algumas coisas anarquistas”* vai expor que: *“a gente fala muito da questão de quem foram os nossos heróis, Zumbi dos Palmares, Maringuela, a história que a História não conta. Que eles (a sociedade)*

só conta os heróis que valem a pena pra eles contar". Se a sociedade só conta, portanto, as histórias que a interessam contar, ressalta-se um empreendimento importante dentro do Movimento, de resgate da história popular, de um povo que sempre lutou e que hoje conta com a presença de atores sociais que começam a sair dos bastidores rumo ao palco principal, com uma identidade de luta sendo construída, como complementa Estácio: *"então quer dizer, hoje a gente se vê como continuação desses heróis, nós somos militantes, e isso é luta, quer dizer, nós temos uma causa do bem-estar de outras pessoas, do povo e tudo mais"*.

Caminham assim, lutando, dialogando, interpretando, re-elaborando..., resgatando a história, para modificar o presente e construir um futuro que guarde um lugar para o resíduo sólido reaproveitável, para os catadores de materiais recicláveis, para o MNCR. Atingir este lugar depende inicialmente da aprovação do Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Depende da implantação de políticas estaduais para que façam valer as leis federais dentro da especificidade de cada Estado. Depende de um posicionamento responsável das indústrias, mas depende fundamentalmente de uma mudança de consciência por parte de toda a sociedade. Os germes de mudança os catadores já estão lançando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento em que germes são lançados e poucos frutos ainda são colhidos, não se torna fácil chegar a um ponto final deste trabalho. Em todo momento primamos pelo caráter de construção por sabermos que tudo se dá por meio de processos e de re-elaborações, e temos convicção de que ainda não acabou. Continuará em nós o desejo de acompanhamento da germinação e de futura colheita de bons frutos desta luta empreendida pelos catadores.

Quando tratamos analiticamente pobreza, identidade e movimentos sociais não descartamos a historicidade de cada categoria. Ao contrário, nos propomos a um processo de compreensão, relacionando neste processo o próprio conteúdo do catador. Suas falas e significações, seu pensar e seu agir nos conduziram em nossas análises sem, contudo impedir de realizar as devidas problematizações.

A nossa compreensão no campo da relação da pobreza com o lixo, ou melhor, com o material reciclável não se deu de imediato. Foram através dos contatos com os catadores que pudemos perceber que se anteriormente estavam em situação de pobreza, desempregados e identificavam-se como pobres, ao terem o contato com o material reciclável suas vidas ganharam um outro sentido. Ou seja, estar lidando com o material reciclável não significa estar num *último patamar social*. Cabe ainda a afirmação embasada nos depoimentos dos catadores de que hoje eles não são mais pobres, porque admitem ter um trabalho digno que os sustenta.

A questão da identidade revelou-se para nós como primordial, como meio de se chegar às discussões sobre movimentos sociais. Entendemos a identidade como as significações construídas ao longo das vivências e experiências, que são assimiladas e internalizadas pelo sujeito social. Vivências e experiências essas que se processam em meio ao turbilhão de fatos e acontecimentos cotidianos que sofrem ainda influência da pós-modernidade. Convivemos com incertezas de nosso *eu*, que nos colocam em constantes re-elaborações sobre nós mesmos.

O catador, além de sofrer estas questões, sofre ainda com o processo de estigmatização social que deteriora o seu *eu*. Necessita então se reencontrar nesta panacéia e um meio encontrado para isso foi reconhecer no material reciclável a possibilidade de construção de identidade de uma categoria, a identidade de catador de material reciclável, buscando defender o direito de exercer um trabalho diferente, porém não inferior.

Sair rumo a esta trajetória significou o posicionamento de contestação ao que lhe era imposto, revelando a construção de identidade de resistência. Os catadores descobriram que juntos poderiam iniciar alterações em suas vidas e lutar também contra a exploração sofrida por parte dos atravessadores e donos de fábricas e pelo reconhecimento social e inclusão social através da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Inúmeras questões estão presentes, portanto, no cotidiano dos catadores que se colocaram em movimento. Assim, buscamos também neste trabalho uma compreensão de seu processo de organização em movimentos sociais, no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR. Nos propomos a ouvir as representações do Estado do Rio de Janeiro, que exprimiram um significado de luta, de reivindicações e de mudanças em seus relatos.

Em suas lutas e reivindicações puderam iniciar a construção de seu espaço politizado na sociedade ao publicizar suas questões em Congressos e Encontros, chamando a atenção para sua questão social, provocando alteração na Política Nacional e abrindo espaços para discussão.

No âmbito das mudanças, transformaram-se a si mesmos, e desejam a propagação de suas discussões por todos os catadores e estão seguindo, resistindo aos estigmas.

Consideramos que, resistindo aos estigmas, os catadores reforçam seu papel fundamental na cadeia de reciclagem e renomeiam-se enquanto catadores de materiais recicláveis.

Resistindo aos estigmas, demonstram que o lixo coletado para reciclagem também é vida, significação também positiva de algo que se pensava que já não servisse mais, sendo considerado material reciclável.

Resistindo aos estigmas, dão um novo sentido ao olhar social sobre o trabalho com o lixo, que produz benefícios tanto para a sociedade como para o meio ambiente, despertando uma consciência ambiental.

Por fim, resistindo aos estigmas, superam a identidade de bicho que lhes é atribuída e se redescobrem novos sujeitos, agora politizados, que se colocam na trajetória de lutas com uma identidade de resistência em prol da redefinição de sua posição na sociedade. Neste

sentido, imprimem uma qualidade em suas vidas que contribui para a re-constituição do próprio *eu* através do MNCR.

Enfrentam assim, a mesmice formadora de sua identidade anterior e inauguram um novo processo de re-posição de novos valores em suas vidas e constróem as bases para a sua “identidade de projeto”. Esses catadores estão alcançando algo mais que sua sobrevivência. Estão alcançando o sentido de sujeitos sociais e descobriram o seu cotidiano como o lugar de conflitos e tensões, o lugar dos movimentos.

Os catadores, no entanto, não estão isentos da formação de uma identidade legitimadora a partir do MNCR. Acabam por estipular regras e valores e desejam que estas sejam seguidas. Haveria então, espaço para autocríticas? É uma questão que se coloca para os catadores, como forma de buscar a superação dos próprios desafios, cientes de que novos virão.

Isto porque, como um espaço social, o espaço do MNCR é contraditório. O entrevistado Estácio relatou já ter acontecido um tipo de movimento para destituí-lo da representatividade do Estado do Rio de Janeiro, explicando ter sido por inveja: “*já teve até gente com inveja. Mandaram várias cartas para a Nacional (Secretaria Executiva do MNCR), mas não conseguiram... Só se todos os catadores assinarem um papel*”.

O entrevistado Tião também relatou uma aversão feita a ele por alguns catadores de Jardim Gramacho: “*eu era visto como playboy aqui, tipo 'mauricinho', eu era lento no lixo, um metidinho*”. Acrescenta ainda que: “*hoje, tens uns que não gostam de mim, porque não gostam mesmo, pela questão política que se tornou a causa hoje, uns acham que eu levo vantagens, que eu ganho mensalão...*”.

Coloca-se também a necessidade de compreensão, por parte dos catadores, da complexidade de algumas questões. Suas reivindicações em alguns casos, acabam por extrapolar as reivindicações específicas de sua questão, como narrado anteriormente por Zumbi, que colocou que o Movimento pode “*ser solidário aos outros movimentos. Pode ser o dos Sem-Terra ou qualquer outro, nós estamos aqui pra somar*”. Passam, então, a ficar expostos a possíveis generalizações e ao tentar abarcar outras problemáticas, podem comprometer o processo de reivindicações próprias, não alcançando o que desejam. O problema também persiste sobre as reivindicações da categoria de catadores: estariam idealizando muito? A questão se coloca pela possibilidade de pouco conseguir concretamente.

Os catadores convivem assim, com certezas e incertezas, com processos e contradições, com perdas e também ganhos, buscando alterar suas vidas em prol da construção de um mundo melhor, um mundo reciclado em seus valores e em suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo a cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 2001.

AGUIAR, Alexandre. **As parcerias em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos**. São Paulo, 1999. 224 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. 205 p., Cap. I, p. 09-23.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Os recicladores de miséria**. Rio de Janeiro, 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARROS, Ricardo, Paes de et al. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.15, n.42, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 jun. 2004 .

BERGAMASCO, Cláudia. A riqueza dos reciclados. **Pequenas empresas & grandes negócios**. Rio de Janeiro, n.169, p.20-22, fev.2003.

BOBBIO, Norbert. **Teoria geral da política**: a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.183-191.

BRANDÃO, André Augusto Pereira. **Os novos contornos da pobreza urbana**: espaços sociais periféricos na região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002. 481 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Conceitos e coisas: Robert Castel, a desfiliação e a pobreza urbana no Brasil. **Emancipação**. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, v.01, n.2, p.141-147, 2002.

_____. Liberalismo, neoliberalismo, e políticas sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 12, n.36, p.84-100, ago. 1991.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sqa/residuos/doc/pnrs.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2006.

BROW, Lester. **Nova York**: capital mundial do lixo. Disponível em: <<http://www.wwiUma.org.br/artigos/001.html>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

BURSTYN, Maciel, (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CANCIO, Elaine; FAGNOLI, Ana Paula. **Resíduos**: Nova York reconhece viabilidade da reciclagem. Disponível em: <<http://www.listas.pegasus.com.br/pipermail/residuos/2005-May/000015.html>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

CARREGAL, Lúcia Thereza Lessa. O lixo, uma interpretação. In: ISER. **Falas em torno do lixo**. Rio de Janeiro: ISER, 1993, p. 12- 27.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. As transformações da questão social. In: **DESIGUALDADE** e questão social. São Paulo: EDUC, 1997, p.161-190.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. Identidade. In: LANE, Sílvia; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.50- 77.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. 2.ed. São Paulo: CEMPRE/IPT, 2000.

COSTA, Idalina Farias. **De lixo também se vive**. Recife: Massangana, 1986.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1991.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo e Vanitas**: considerações de um observador de resíduos. Niterói, 1999. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ESCURRA, Maria Fernanda. **Sobrevivendo do lixo**: população excedente, trabalho e pobreza. Rio de Janeiro, 1997. 240 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FAES, Ivana Arquejada de; GONÇALVES, Marilene Parente. (A) Serviço (do) Social: além do “que fazer”, notas acerca do “como fazer”. In: JORNADA DE ATUALIZAÇÃO, 1., 2004, Campos dos Goytacazes, **Anais...** Campos dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, 2004. p.39-49. (Série: Serviço Social).

FALCÃO, Rosa Reciclagem transforma lixo em dinheiro. **Diário de Pernambuco**. Maio 1999. Disponível em: <<http://www.compre.org.br/clipping/clipping13.html>>. Acesso em: 14 ago. 2001.

FERNANDES, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In.: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p., Cap. II, p.54-61.

FLEURY, Sônia. **Qual política? Que social?** : reflexões analíticas sobre América Latina, 2002. 35 p. (mimeo).

FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. **Tempo**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.34-58, jun., 1997.

FORUM NACIONAL LIXO & CIDADANIA. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: DP&A, 1975.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.2, p. 357-363, abr./jun. 2005.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Coleta seletiva e inclusão social**. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/artigoel.htm> . Acesso em: 30 jul. 2001.

GROSSI, Gabriele. Os badameiros: a descoberta do lixo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 182, p. 67-84, jul./ago. 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese de indicadores 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IPEA. **O mapa da fome II: informações sobre a indigência por município da federação**. Brasília: IPEA, 1993.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobranes: trajetórias de sujeitos no lixo**. Rio de Janeiro, 2004. 237 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 52, p. 106- 126, dez. 1996.

_____. Assistentes e assistidos: o feitiço da identidade atribuída. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 54, p. 26- 49, jul. 1997.

_____. Vida de cata-dor: outras palavras sobre o lixo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.193, p.61-68, maio/jun. 2001.

_____; AZEREDO, Verônica Gonçalves. Terras de margaridas: vidas no compasso do lixo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.157, p.67-79, maio/jun.1995.

_____ ; _____ ; GONÇALVES, Marilene Parente. **A mão que obra no lixo.** Niterói: EDUFF, 2000.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História social. **Projeto História**, São Paulo, v.22, p.79-103. jun. 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. Nuevas ideas em política social, y concertación para el desarrollo social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLDA SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais...** Panamá: Editora, 2003, 27p. p.1-27.

KOUMROUYAN, Elza. A pesquisa do indizível: a escuta do outro. In: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE IDENTIDADE. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio. **Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social**, PUC/ SP: São Paulo, 1994.

LAVINAS, Lena. **Combate à pobreza, combate à exclusão**: sinalizando a distribuição e competências entre as esferas de governo. Trabalho apresentado na XXVII Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 2003. (mimeo).

LECHNER, N. **Desafios de um Desarrollo Humano**: individualización y capital social. Barcelona: PNUD – IIG, 2000.

LOBATO, Lenaura. Estado, governo e administração pública. Niterói, 2003. mimeo.

_____. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, FGV. v.31, n. 01, jan./fev. 1997.

MAGALHÃES, Téia. **Catadores de Dignidade**. Disponível em: <<http://www.cisbyte.com.br/assem2/catadores.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Jannus (orgs.). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 139-151.

_____. Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico-metodológicos. In: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. **Produzir e compartilhar saberes**. Campos dos Goytacazes: UFF, ESR, 2005. p. 8-29.

MARTINS, José de Souza (org). O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto da morte**: história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1995.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, Gabriel. Profissão: catador. **OCAS**. São Paulo, v.34, n.38, p.18-20, set. 2005.

MORAES, Isabel. Ecologistas da sobrevivência. **Autonomia**, São Paulo, n.79, p. 10-17, set./out.1999.

MOTA, Adriana Valle. Do lixo à cidadania. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.27, jun./jul. 2005.

MUNIZ, Marise. **Riqueza garimpada no lixo**. Minas, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/clipping/clipping15.html>>. Acesso em: 14 ago. 2001.

MUÑOZ, Jorge Vicente (org.) **O catador de papel e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão. **Proposta**, Rio de Janeiro, v.23, n.65, p.24-28, jun.1995.

_____. A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. **Cadernos do CEAS**. Salvador, v.152, p.57-65, jul./ago. 1994.

NOGUEIRA, Jozeni. **Viver sobre o lixo e sobreviver do lixo**: um estudo com os catadores de lixo em Vitória. Vitória, 1996. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal no Espírito Santo, Vitória, 1996.

NUNESMAIA, Maria de Fátima da Silva. **Lixo**: soluções alternativas, projeções a partir da experiência. Feira de Santana: UFFS, 1997.

OLANDIM, Adriana. Um povo em movimento. **Lixo e cidadania**. São Paulo, v.1, n.2, p. 4-5, jun. 2001.

OLIVEIRA, Maria Vany de. **Entre ruas, lembranças e palavras**: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Minas Gerais, 2001. 288 f. Dissertação (Mestrado em Gestão das Cidades) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas, Minas Gerais, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTILHO, Maria de Fátima Ferreira. **Profissionais do lixo**: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores. Rio de Janeiro, 1997. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia/Programa Eicos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ROCCO, Luciano. Catadores da América Latina se encontram no Rio Grande do Sul. **Informativo do Catador**. 6. ed. Rio de Janeiro: Organização Civil de Ação Social, jan./mar. 2005.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.205p. Cap.II, p.51-53.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Executiva do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Relatório do Encontro dos 700**. São Paulo, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O poder da verdade e a verdade do saber. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Jannus (orgs.). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 46- 54.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira. **Sobrevivendo das sobras: as novas formas de miséria urbana**. Rio de Janeiro, 1995. 150 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.205p. Cap.II, p.39-50.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**. Curitiba, n. 23, p.55-62, nov.2004.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. “Implementando o *empowerment* na prática: níveis de ação e exemplos em trabalho social e saúde mental”. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment**, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

VIANA, Ana Luíza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, FGV, n. 24, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ANEXOS